

**CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA  
E SOCIEDADES DEPENDENTES**

**RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO**

## **CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA**

Sede Social: Plaza de los Bandos, n.º 15/17 – Salamanca – Espanha

Sucursal em Portugal: Av. 5 de Outubro, 73 – D – Lisboa

Número de Pessoa Colectiva: 980 116 775

Registada sob o n.º 980116775/NIPC do Registo Comercial de Lisboa

### **Relatório de gestão consolidado do exercício de 2008 CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA**

O exercício de 2008 decorreu no âmbito da crise global financeira iniciada em meados do exercício passado, à qual se seguiu um cenário de deterioração geral económica de nível mundial, cujo impacto definitivo é, actualmente, difícil de quantificar e de prever no que diz respeito à sua dureza e duração.

O panorama que o sistema financeiro espanhol enfrentou revelou-se mais complexo do que se adivinhava no fecho do exercício passado, e às dificuldades que se previam pela falta de liquidez geral nos mercados, que já implicavam uma mudança total do modelo de negócio bancário, somou-se uma mudança de ciclo que, depois de fortes aumentos nos preços das matérias-primas e das taxas de juro, e ainda que a crise e as medidas adoptadas em todo mundo tivessem como um de seus objectivos o seu abrandamento, provocaram um aumento muito significativo da morosidade, sobretudo dentro do sector imobiliário e suas empresas fornecedoras, morosidade que está a afectar os resultados das entidades financeiras e terá um impacto ainda maior em 2009.

O modelo de negócio bancário mudou, não só em Espanha, mas também em todo o mundo desenvolvido, e esta mudança não é conjuntural, mas estrutural. A época de taxas de juro baixas e do acelerador financeiro, que supunha o crescimento constante no preço dos activos, gerou um crescimento do volume de créditos concedidos no qual se apoiava a margem de intermediação das entidades. Este crescimento dos volumes de negócio e o seu impacto nas margens da conta de resultados não voltarão a ocorrer.

O desafio desta mudança centra-se nas instituições financeiras, na gestão da mesma, que tornará necessário um fortalecimento da solvência, o controlo exaustivo dos custos de estrutura e a diferenciação por preço dos clientes, e tudo isso com um controlo rígido dos vencimentos e renovações da estrutura de financiamento.

Por isso, com base na permanência das condições actuais no âmbito da actuação da Caja, e considerando que o mesmo mudou significativamente em termos operacionais, tornou-se necessário um novo planeamento da política estratégica que levou à necessidade de introduzir revisões no Plano Estratégico vigente e apresentar a conta de resultados prevista para o período restante, com uma base realista e rígida em relação ao crescimento da morosidade e às necessidades de realizar provisões para insolvências.

O mencionado Plano Estratégico para o período 2007-2010 foi aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 22 de Dezembro de 2006, definindo as directrizes básicas de actuação da Entidade nas melhorias na produtividade, na eficiência e na rentabilidade. O Plano gira em torno de um objectivo central, o crescimento rentável, ao qual se submetiam os restantes objectivos, com um significativo aumento na produtividade, e tudo isso aliado a uma melhoria substancial da eficiência. Da mesma forma, definiam-se estratégias de sucesso comercial em função da presença da Caixa em cada território de actuação e do potencial de

crescimento dos diferentes mercados geográficos.

O menor aumento no volume de negócio e um estreitamento da margem financeira devem ser tidos em conta no impacto que vão representar na conta de resultados da Caja e nas agências da rede. Por isso, ainda que sem abandonar o objectivo prioritário de rentabilidade, com melhorias na produtividade e na eficiência, os crescimentos estimados de negócio e o crescimento potencial em outros mercados através de presença e posicionamento da nossa rede tiveram de ser reconfigurados e, neste sentido, e para contemplar a nova situação, o Plano foi revisto e nas suas alterações, foi novamente aprovado na Assembleia com a data de 19 de Dezembro de 2008.

## **CONTEXTO ECONÓMICO**

Já se referiu que o cenário no qual se desenvolve a actividade da Caixa mudou a partir do mês de Agosto do exercício passado. O aumento nas taxas de juro que se verificava no referido exercício provocou um aumento na morosidade das hipotecas subprime nos EUA, o que teve uma repercussão inesperada na comunidade financeira, pela transferência desses activos para outras estruturas diferentes das iniciadoras do risco e do seguimento do mesmo, que foram subscritos por outras entidades financeiras ou por outros investidores menos preparados para a avaliação do risco assumido. O aumento da probabilidade de não pagamento dos subjacentes, unido à falta de liquidez dos títulos com as referidas garantias, originaria grandes perdas entre as entidades e investidores contaminados, o que provocou uma grande desconfiança pelo desconhecimento da profundidade da crise e da magnitude das entidades financeiras que poderiam vir a ser afectadas por terem investido nesses activos, o que, ao aumentar o risco de contrapartida, provocou um retraimento da liquidez.

### **Economia internacional**

O denominado "capitalismo financeiro", que tinha imposto a sua lógica a toda a economia, e a ideia da onnipotência do mercado, que não devia ser alterado por força alguma, deram lugar a um novo planeamento generalizado da economia, baseado na ideia da necessidade de uma maior regulação, e fala-se até numa "refundação do capitalismo", o que obrigou as autoridades políticas, económicas e financeiras dos EUA e de outros países representativos da economia ocidental à elaboração de planos de resgate de entidades e de apoio ao sistema, não contemplados desde outras grandes crises do século passado.

As piores previsões sobre a profundidade da crise e as entidades afectadas concretizaram-se, com as primeiras falências ocorridas, no final do Verão, entre entidades de investimento, o resgate de outras e as necessidades de intervenção em gigantes do ramo segurador e hipotecário bem, como de entidades de crédito europeias de grande dimensão, que originaram um autêntico desabamento do sistema com um aumento adicional da desconfiança e do risco sistémico de contrapartida.

A desconfiança entre as próprias entidades financeiras transferiu-se para os seus clientes, preocupados com a segurança e garantia das suas poupanças nessas entidades. Perante isso, e para evitar colapsos locais, como os que ocorreram em alguns países, determinados governos, numa acção não concertada, procederam à garantia dos depósitos dos detentores de poupanças. Da mesma forma, em muitos países procedeu-se à criação de fundos para a compra de activos de qualidade das entidades financeiras, e inclusive ao fornecimento de ajudas em forma de capital, numa nacionalização encoberta de entidades em dificuldades, com o objectivo de, com a injeção de liquidez, voltar a activar a maquinaria de concessão de

operações de crédito tão necessárias para a reactivação das economias.

A crise financeira e a dificuldade de obtenção de liquidez por parte das entidades originou um retraimento do crédito, que se juntou à mudança de ciclo na geração de paralisação das economias, o que está a provocar um desemprego elevado e alimenta a diminuição do consumo, que agrava ainda mais a situação e já originou a entrada em recessão de alguns países.

Neste sentido, ainda que de uma maneira muito lenta, as medidas adoptadas pelos Governos começam a dar seus primeiros frutos na estabilização do sistema financeiro, esperando-se que reactivem a actividade económica. Apesar disso, prevê-se que 2009 representará o ponto mais alto da crise.

As principais economias do mundo continuam a baixar as suas expectativas de crescimento, numa economia global que continua a oferecer sinais negativos nos indicadores adiantados. Assim, os índices de confiança dos consumidores e os índices de actividade e sentimento empresarial encontram-se em valores mínimos, tanto nos EUA como na Europa, e o mercado de trabalho segue uma tónica geral de destruição clara de emprego com a única ressalva da Alemanha, o que implica reactivar os sinais de recessão económica.

A inflação, que chegou a níveis muito elevados na primeira metade do ano, diminuiu de uma forma extrema no final do mesmo, graças à queda dos preços do crude, derivados de uma diminuição da procura como consequência do abrandamento económico. O receio, apesar disso, é que a crise de consumo e a sobrevalorização dos activos levem a um processo de deflação que possa vir a originar uma grande depressão económica, como a ocorrida no ano de 1929 e na década posterior.

As importantes e extraordinárias medidas de resgate que se estão a anunciar e a implantar em todo o mundo, para tentar aliviar os efeitos mais imediatos da crise e para tentar sustentar sectores tão relevantes como o financeiro ou a indústria automóvel, terão, de uma maneira ou de outra, consequências inevitáveis para a economia. Podem traduzir-se num aumento muito significativo do défice público e dos níveis de dívida sobre o PIB, que terá de ser financiado no futuro, ou então drenarão recursos orçamentais do erário público.

### **Situação em Espanha**

A política expansiva do crédito seguida pelas entidades financeiras em Espanha nos anos anteriores, num mercado em forte desenvolvimento, levou, logicamente, a uma necessidade de financiamento crescente das próprias entidades financeiras, com a dificuldade acrescida da obtenção desse financiamento pelos canais tradicionais de uma situação de taxas de juro reais que, em alguns exercícios, foram negativas, o que veio paralisar a poupança e favorecer o investimento e o crescimento da margem de intermediação das entidades pela via do aumento do crédito.

Neste contexto, o modelo de negócio das entidades espanholas dirigiu-se para o financiamento pela via de emissão de valores e apelo aos mercados grossistas.

O desconhecimento da profundidade da crise mundial e da magnitude das entidades financeiras que poderiam vir a ser afectadas, por terem investido em activos ilíquidos e garantidos com hipotecas subprime, resultou num aumento da desconfiança e do risco sistémico de contrapartida que, por sua vez, se transformou num retraimento da liquidez e num aumento no diferencial das taxas interbancárias em relação às de intervenção, por

elevação do prémio de risco, o que provocou uma dificuldade de obtenção de liquidez nas entidades para financiar o aumento do crédito e uma consequente subida nos custos dos riscos creditícios que, por sua vez, resulta num aumento da morosidade.

Estes últimos pontos, aliados a uma desconfiança no modelo de crescimento espanhol, são os que afectam o nosso sistema financeiro, pois as nossas entidades não só não conceberam produtos estruturados complexos que não podiam ser retirados dos balanços, como também não investiram neles e, por isso, não tiveram de reconhecer as perdas inerentes à sua avaliação a preços de mercado.

A falta de liquidez, de que depende tanto o sistema financeiro espanhol, considerando o grande desfasamento existente entre o investimento e a poupança no nosso país nos últimos anos, e a consequente dificuldade para a obtenção de financiamento em mercados grossistas, juntamente com um aumento significativo da morosidade pelo encarecimento das taxas e das matérias-primas e pela crise do mercado imobiliário, teve como efeito um endurecimento do crédito, tanto em preço como em volume de concessão. Isto, unido à subida do preço do dinheiro pelo diferencial em relação às taxas de intervenção, ajudou ainda mais ao aumento da morosidade e prejudicou ainda mais o próprio sector imobiliário e a sua indústria fornecedora, refém de uma sobrevalorização de activos com preços muito elevados na sua denominada bolha e das operações de compras empresariais enormemente alavancadas.

Da mesma forma, as necessidades de financiamento das entidades financeiras espanholas e a ameaça dos vencimentos de posições de dívida anteriores, na actual situação de estreitamento da liquidez, provocaram um aumento evidente no apetite pelos passivos bancários tradicionais, o que, por um lado, encareceu de uma forma importante o seu custo e tem conferido ainda mais rigidez às margens e, por outro, penaliza outras formas de poupança, entre as quais se encontram os fundos de investimento.

Em resumo, os recursos financeiros estão a encarecer significativamente e a escassa liquidez contraiu o crédito com um forte crescimento da morosidade. Por tudo isso, as margens vão ser cada vez mais reduzidas e as provisões deverão crescer no novo cenário de morosidade, o que empurrará para baixo os lucros das entidades financeiras. É por isso que todas as provisões estratégicas passam pela melhoria da solvência, na eficiência e no controlo e diminuição dos custos.

A nível macroeconómico, os indicadores do quarto trimestre indicam uma "continuação do padrão de deterioração da economia espanhola", segundo o Banco de Espanha, o que poderá confirmar a entrada em recessão, ao cumprir-se o segundo trimestre consecutivo de queda inter-trimestral da economia, depois de quinze anos de crescimento ininterrupto.

A inflação fechou, finalmente, no mês de Dezembro, em 1,4%, depois de baixar cinco décimas num mês, o que constitui o seu nível mais baixo da última década, num exercício com uma alta dispersão que levou o índice a taxas de 5,3% no mês de Julho. No acumulado do exercício também fechou em 1,4%.

As medidas adoptadas pelo Governo Espanhol ao longo do exercício 2008 foram orientadas para a solução do problema de liquidez das entidades financeiras para a posterior reactivação dos créditos às empresas e particulares, necessários para a reactivação da nossa economia. Essas medidas consistiram no aumento da garantia dos depósitos retalhistas até 100 000 euros por titular e entidade, na criação de um fundo de aquisição de activos financeiros às entidades, por um montante de até 50 000 milhões de euros e no outorgamento de garantias, por um total de até 90 000 milhões, em garantia de emissões bancárias de obrigações, notas

promissórias e depósitos interbancários.

Estas medidas juntam-se às realizadas pelo BCE para reactivar o crédito de particulares e empresas, com facilidades de desconto sem limites de quantia e por um período de seis meses, prazo que, previsivelmente, será ampliado. Esta medida procura alcançar, juntamente com a desconstracção da política monetária, um aumento do fluxo de liquidez e uma diminuição da rigidez das taxas interbancárias em relação às de intervenção, em valores máximos como consequência da desconfiança entre as entidades, que está a prejudicar o custo do crédito e, por isso, a aumentar a morosidade do sistema.

Esta morosidade, e a sua respectiva repercussão, tanto nas contas de resultados como na solvência das mesmas é, uma vez diminuído o risco de falta de liquidez, o principal desafio que as entidades financeiras espanholas enfrentam.

### **Mercados financeiros**

O ano de 2008 passará à história como um dos piores, se não o pior, para os mercados financeiros em geral. Durante o exercício observaram-se comportamentos nunca antes vistos em muitas classes de activos, atingindo-se níveis de volatilidade que deram lugar a movimentos violentos em todos os mercados sem excepção. As bolsas acumularam quedas superiores ao 40%, a taxa fixa a longo prazo, depois de baixar mais de 7% no primeiro semestre, subiu mais de 14% na segunda metade do ano, o barril de petróleo que cotou acima de 160 dólares caiu posteriormente para menos de 40 dólares com muito poucos meses de diferença, o cruzamento de divisas, como o dólar face ao euro, tem flutuado mais de 40% entre os máximos e os mínimos e as taxas de intervenção registaram mínimos históricos, o que, depois das reticências iniciais fruto da desconfiança entre entidades, também provocou movimentos extremos nas taxas interbancárias.

O IBEX terminou em 9 195 pontos, o que representou uma diminuição de 5 987 equivalentes a uma queda do 39,43%, com uma única empresa a fechar no positivo e graças a uma OPA. No conjunto dos valores cotados na Bolsa Espanhola, apenas quatro empresas fecharam no positivo. As restantes bolsas mundiais tiveram um comportamento similar e assim, a francesa retrocedeu 42,69%, a inglesa 31,97%, a japonesa 42,12%, a alemã 40,37% e Wall Street 33,8%.

A libra esterlina terminou o ano muito perto da paridade com o euro, depois de ter sofrido uma depreciação de 25% no ano face à divisa comunitária, reflectindo a diminuição das taxas de 350 pontos base no Reino Unido pelos 150 do BCE. Da mesma forma o dólar, que chegou a mínimos em relação ao euro abaixo de 1,6, subiu finalmente, fechando abaixo de 1,4 dólares por euro.

No que diz respeito às taxas de juro, e para a zona euro, o movimento no ano foi de uma subida inicial no Verão até 4,25%, acompanhando as oito subidas anteriores, desde finais do exercício de 2005, num movimento que foi criticado na situação de crise. Posteriormente, e numa medida concertada entre todos os bancos centrais e em sessão extraordinária no mês de Outubro, ocorreu uma redução de meio ponto. A esta diminuição há que somar um novo de meio ponto no mês de Novembro e outro adicional em Dezembro de três quartos de pontos, o que constituiu a maior redução da sua história, numa só sessão. Com isto, as taxas de intervenção na Europa fixaram-se em 2,5% ao fecho do exercício.

Estas taxas ainda se encontram muito acima das fixadas pela FED para os EUA, taxas que iniciavam o ano em 4,25% e que o finalizaram entre 0 e 0,25%.

As descidas nas taxas de intervenção não tiveram efeito imediato nas taxas interbancárias devido ao prémio de risco adicional surgido da desconfiança entre entidades e assim a correspondente a 12 meses que iniciava o ano em 4,793%, teve os seus máximos anuais no mês de Outubro, acima do 5,53%, para finalizar o ano em 3,452%. Ainda que o diferencial com as taxas oficiais continue elevado, a tendência previsível é a de uma rápida descida acompanhada de novas descidas da taxa de referência.

### **Avaliação do negócio**

Neste panorama do sector financeiro, o Grupo Consolidável Caja Duero, já desde o início da crise no mês de Agosto de 2007, tem vindo a desenvolver a sua estratégia com uma atenção especial para a captação da poupança tradicional que possibilite uma situação de liquidez folgada com a qual fazer face ao crescimento do investimento a crédito. Esta situação foi já antecipada no Plano Estratégico para o período 2007-2010 antes de se proceder à sua revisão, no qual se contempla, como a principal via de negócio, a captação de recursos no balanço e de novos clientes como um pilar básico para apoiar a estratégia de crescimento rentável, subordinando o crescimento do negócio à obtenção de financiamento retalhista.

O crescimento do crédito a clientes, ainda que tenha continuado a ser uma linha estratégica de negócio do Grupo, foi-o com uma visão diferente, fixando o foco de atenção nos preços e na rentabilidade ajustada aos riscos, com o objectivo de conseguir uma rentabilidade sustentável nos próximos exercícios. Esta política seguida já antes da crise, foi acentuada nos últimos meses do exercício, nos quais a estagnação económica e o aumento da morosidade obrigaram a uma análise mais rígida dos riscos e a concentrar grande parte dos esforços na política de tentar prevenir e, em última instância, diminuir a morosidade.

Isto levou a aumentos moderados no negócio durante o exercício, com um volume que terminou o ano com 33 760 milhões de euros, o que representou um crescimento do 3,1% equivalente a 1 006 milhões novos geridos.

O balanço consolidado do Grupo Caja Duero situou-se, em 31 de Dezembro de 2008, em 20 744 milhões de euros, com um aumento de 7,7 % em relação ao fecho na mesma data do exercício anterior. O balanço individual da Caja fechou em 20 598 milhões. Sendo o balanço consolidado muito similar ao individual, dado o peso específico que a Caja representa na consolidação, faremos apenas referência, nos comentários seguintes, a variações no balanço individual. Pelo contrário, os comentários sobre a conta de resultados referir-se-ão à conta consolidada.

No mês de Outubro do exercício agora terminado iniciou-se uma nova corrente negativa que se juntou à situação geral de crise financeira. Mesmo com o Governo Espanhol a adoptar medidas de garantia dos depósitos retalhistas até um montante de 100 000 euros por titular e entidade, no referido mês observou-se na nossa Caja, e no sistema em geral, uma fuga de clientes e depósitos, com retiradas significativas de fundos, numa tentativa de diversificar os riscos das entidades face a rumores de persistência na escassez de liquidez e solvência. Esta situação, generalizada em todo o sector, foi mais notória em entidades como a nossa, líderes do mercado na nossa zona de actuação tradicional, mas com um menor peso específico noutras zonas.

Este facto influenciou o crescimento dos recursos de credores no balanço, os quais, apesar do seu montante, no termo do exercício, de 16 833 milhões de euros, apresentam um crescimento no mesmo de 5,8%.

Na análise desta epígrafe devem ter-se em consideração os seguintes pontos. Em primeiro lugar, e no que toca ao financiamento grossista, procedeu-se, no exercício, à emissão de novos títulos hipotecários singulares com um montante total de 1 600 milhões de euros, que foram emitidos com o objectivo de adquirir e manter no balanço, posteriormente, os títulos emitidos pelo fundo de titularização, dentro da possibilidade que estas operações oferecem, de desconto imediato no BCE para a obtenção de financiamento.

Em segundo lugar há que considerar as diminuições de notas promissórias que foram produzidas no exercício, com um montante de 1 314 milhões, numa conjuntura de menor atractividade destes produtos devido ao seu vencimento imediato e à dificuldade de os colocar na poupança colectiva através dos fundos de investimento, menos atractivos para os detentores de poupanças pelas quedas das Bolsas de Valores e pela guerra declarada entre entidades para a captação de recursos no balanço, que proporcionem liquidez às mesmas.

Da mesma forma, durante o exercício procedeu-se à amortização do vencimento de uma emissão de cédulas territoriais e outra de obrigações subordinadas, ambas emitidas no ano de 2003 com um montante de 150 milhões de euros cada. Também no exercício, procedeu-se à emissão de novas obrigações subordinadas, com um montante de 132,5 milhões de euros, que compensam capital pela amortização anteriormente referida, e de obrigação sénior com o montante de 220 milhões.

Dentro do mercado retalhista, procedeu-se à emissão de títulos hipotecários por 150 milhões de euros com vencimento a 18 meses. Da mesma forma, os depósitos a prazo aumentaram em 423 milhões aproximadamente, o que representa um crescimento de 7,5%. Pelo contrário, a poupança à ordem e os saldos com Administrações Públicas diminuíram.

A política estratégica na estrutura de financiamento centrou-se na diminuição da posição com notas promissórias até montantes mais adequados à situação actual pelo seu vencimento a curto prazo, e na captação de fundos com um vencimento mais longo, em protecção da estabilidade da liquidez, dentro da manutenção de uma composição adequada do financiamento medido pela relação entre os passivos grossistas em comparação com os de rede ou retalhistas e pela proporção de investimento a crédito, que se encontra financiado com recursos retalhistas, rácios que permanecem, na nossa Entidade, mais sólidos do que na média do conjunto das entidades espanholas.

Tudo isso leva a uma variação dos recursos de credores no balanço que representou um aumento de 920 milhões de euros, o que equivale a um crescimento do 5,8% em relação ao fecho do exercício anterior.

Os recursos desintermediados sofreram, ao longo de todo o exercício, a sua menor atractividade em comparação com os recursos tradicionais bancários, tanto pela rentabilidade que apresentam dentro da guerra de captação estabelecida entre as entidades para a obtenção de financiamento no balanço, como devido à sua própria situação, que suporta quedas significativas nas bolsas e uma situação incerta nos investimentos com taxa fixa. Os fundos de investimento sofreram uma queda significativa no exercício, no montante de 270 milhões de euros, que não só resulta de reembolsos aos associados, mas também da diminuição do montante dos valores liquidativos. Com isso, com um saldo em patrimónios geridos com o montante de 796 milhões de euros, apresentam uma diminuição no ano de 25,3%.

Com tudo isso, os recursos totais geridos ascendiam, no termo do exercício, a 18 774 milhões de euros, com um crescimento no montante de 501 milhões, o que representa uma variação anual de 2,7%.

O Crédito a clientes continua a apresentar aumentos muito moderados, em linha com os observados no conjunto do sector, o que, no momento actual, pode representar uma vantagem pelo menor consumo de liquidez necessária para este capítulo do activo. O seu volume ascende, no final do ano, a 14 010 milhões de euros, com um aumento no exercício no montante de 717 milhões, o que representa um crescimento de 5,4%. O peso específico que esta rubrica mantém sobre o total do balanço situa-se nos 66,3%, um dos mais baixos do sector, o que pode constituir uma vantagem competitiva neste enquadramento de crescimento da morosidade.

Por epígrafes, continua a destacar-se o investimento com garantia real, que, com um saldo final de 9 532 milhões de euros, apresenta um crescimento acumulado no exercício de 540, o que em termos relativos equivale a um crescimento de 6,2%, elevando, desta forma, o seu peso específico na estrutura total do crédito a clientes para 69,9%.

A morosidade seguiu a sua evolução de ascensão ao longo de todo o ano, e de uma forma mais pronunciada desde o final do Verão, dentro da tendência geral que se observa no cenário creditício espanhol. O montante de saldos duvidosos ascende, no termo do exercício, a 510,7 milhões de euros, com um aumento anual de 350,2%, o que representou um aumento da taxa de morosidade de 0,85%, com que terminava o exercício anterior, para 3,65%, com que fechou o presente.

A taxa de cobertura caiu até 71,7% e isso ainda contando com as dotações extraordinárias que se realizaram como consequência da aplicação à provisão das mais-valias obtidas com a venda do 50% do capital das empresas Seguros de Vida e Gestora de Pensões, a que se faz referência mais adiante. A cobertura total sobre o crédito a clientes situa-se em 2,6%, o que significa praticamente meio ponto acima do fecho do exercício imediatamente anterior, devendo considerar-se, adicionalmente, que o aumento nesta epígrafe do activo, como se indicou, ultrapassa os 5,4%. Isto dá uma ideia do esforço em dotações que a conta de resultados está a suportar nesta mudança de ciclo.

Há que destacar o facto de que durante o exercício não se utilizou a provisão genérica para diminuir o impacto das dotações específicas na conta de resultados. Fica, por isso, a sobrar um montante de 192,4 milhões de euros aproximadamente para o previsto aumento da morosidade no ano de 2009 e a conta de resultados do referido ano poderá ver-se afectada favoravelmente pelo referido fundo na quantia que seja considerada necessária com os limites impostos pelo regulamento actual.

Os investimentos em Dívida Pública diminuíram como consequência da venda materializada no mês de Dezembro de referências no montante de 435 milhões aproximadamente, vendas que se consideraram convenientes para reduzir a nossa exposição em momentos de incerteza na evolução das rentabilidades associadas. Noutra sentença, o balanço apresenta um aumento significativo em "Outros títulos de taxa fixa", pelo investimento nos títulos emitidos pelos fundos de titularização criados com as emissões de títulos hipotecários multicedentes, realizados por diferentes caixas de aforro, entre as quais nós nos encontramos, e que para a nossa Entidade significou emissões de 1 600 milhões no ano. Estes títulos subscritos oferecem a possibilidade de dedução no Banco Central Europeu, podendo ser utilizados, por isso, como uma segunda linha de liquidez.

No que diz respeito à taxa variável, a evolução das bolsas de valores com uma queda referida, no caso do IBEX, de 39,4%, representou a diluição da totalidade das mais-valias que mantínhamos na carteira no início do ano. Esta evolução, associada a determinadas vendas realizadas para recolher mais-valias pontuais em determinados títulos, levou a um fecho de

exercício numa posição de menos-valias latentes no montante de 14 milhões aproximadamente.

Na epígrafe "Participações" e no seu movimento inter-anual, como facto mais significativo, há que indicar que, durante o exercício, se procedeu à venda de 50% das empresas da Unión Duero Compañía de Seguros de Vida e Duero Pensiones SGFP, venda que supôs mais-valias para a Caja no montante de 37,7 milhões de euros e para o Grupo consolidado no montante de 86,5 milhões aproximadamente, ao considerar as que o Grupo de Negocios Duero também obteve como accionista da primeira. O destino dado a estas mais-valias foi a constituição de provisões, que para o caso da conta individual da Caja não se cingiram unicamente à mais-valia obtida pela mesma, mas à total do grupo consolidado, através da distribuição de um dividendo na conta da filial geradora da mais-valia.

Da mesma forma, e derivada da má situação económica geral, nesta epígrafe incluem-se 14,5 milhões de adjudicações em pagamento de dívidas. Também se incluem deteriorações do valor de determinadas sociedades no montante de 17,1 milhões que se reflectiram em encargos na conta de resultados do exercício. No balanço consolidado, estes últimos investimentos têm um tratamento diferente pois devem eliminar-se os investimentos correspondentes às integradas globalmente e pelo método da integração proporcional e reflectir no valor patrimonial de consolidação, as integradas pelo método da participação, considerando o fundo de comércio que surgiu na sua aquisição.

Fechando os comentários sobre o balanço, há que mencionar a epígrafe "Activos não correntes em venda", que contou com movimentos significativos como consequência de compras realizadas a devedores e de diversas adjudicações de activos em pagamento de dívidas atrasadas, quer pela via da dação em pagamento ou por decisões judiciais. Entre elas destaca-se a aquisição de 208 habitações na localidade de Seseña e a adjudicação de 14 lotes urbanizáveis em Palencia.

Da mesma forma, mas incluída na epígrafe de "Imobilizações corpóreas" pelo seu destino para exploração através da sua renda, cabe destacar a dação em pagamento de dívidas de um edifício em Madrid pelo montante de 64 milhões de euros, aproximadamente.

## **Resultados**

Os resultados da conta consolidada do exercício ascenderam a 77,9 milhões de euros, com uma queda em relação aos conseguidos no exercício anterior de 40%, num exercício marcado, como referido anteriormente, pela degradação da qualidade creditícia, que implicou a necessidade de realizar dotações à provisão para insolvências muito elevadas, pela escassez de liquidez que obrigou à remuneração elevada dos recursos de credores, pela crise global económica, que prejudicou, da mesma forma, o negócio das nossas participadas e pela decisão de fortalecer as provisões com as mais-valias obtidas na venda de uma participação em duas sociedades do Grupo, comentadas mais adiante e a que já se fez referência anteriormente.

Em relação à conta de resultados, há que indicar, em primeiro lugar, que o modelo de apresentação das demonstrações mudou no exercício, de acordo com a norma incluído na Circular do Banco de Espanha 6/2008 de 26 de Novembro. Esta norma, que procura uma convergência com os formatos das demonstrações públicas estabelecidos pela CNMV [Comissão Nacional de Mercado de Valores], não incluiu grandes modificações quanto aos critérios contabilísticos aplicáveis, mas introduziu mudanças significativas nas demonstrações financeiras, tanto no seu conteúdo como em, alguns casos, na sua

denominação.

Através da reclassificação de determinadas rubricas, procedeu-se à elaboração das demonstrações correspondentes ao exercício anterior, de acordo com a nova norma, com o objectivo de conseguir uma comparação adequada. Os comentários seguintes realizam-se, por isso, em função da nova forma de apresentação das diferentes margens.

A margem de juros consolidada, que reflecte a diferença entre a rentabilidade dos investimentos materializados em crédito a clientes, valores de taxa fixa e depósitos em instituições financeiras, menos os custos do financiamento necessário para os mesmos, fechou com um montante de 260,1 milhões de euros, com uma queda de 14,4%. Esta margem sofreu os efeitos do menor crescimento no volume de negócio no crédito a clientes, e, sobretudo, do aumento dos custos que a captação da poupança tradicional representa na situação actual de procura de liquidez das entidades financeiras através do negócio tradicional pela rede de agências. Da mesma forma agrega, no novo formato de apresentação da conta, o líquido dos rendimentos menos os custos financeiros da actividade de seguros, menor no exercício por não se incluir na consolidação a correspondente à Unión Duero Compañía de Seguros de Vida, dado que, após a referida venda, não apresenta o controlo necessário para a sua inclusão no Grupo.

Os rendimentos dos instrumentos de capital obtidos fora do grupo apresentam mais 6 milhões do que os obtidos no exercício anterior e as comissões líquidas apresentaram um crescimento moderado, variação que foi absorvida pela contribuição de perdas na conta consolidada das sociedades associadas, e pela menor actividade de seguros, consequência da referida venda que, de acordo com a nova forma de apresentação das demonstrações, é classificada em "Outros produtos e Outros encargos de Exploração".

Da mesma forma, os resultados de operações financeiras são significativamente inferiores aos obtidos no exercício anterior, exercício no qual se procedeu à venda das acções da Inmobiliaria Colonial, com cuja mais-valia se procedeu a uma dotação extraordinária por riscos creditícios sub-padrão identificados entre os do sector imobiliário, venda que procurava, da mesma forma, uma diminuição do risco no referido sector.

A margem bruta consolidada constituída assim pela margem de juros mais os rendimentos dos instrumentos de capital, dos resultados de associadas, das comissões líquidas, dos resultados de operações financeiras e de outros produtos e custos de exploração, de acordo com a nova forma de apresentação da conta de resultados pública, atingiu um montante de 427 milhões de euros e apresenta também uma queda de 15% aproximadamente, em relação ao reorganizado no exercício anterior. Apesar disso, descontando nesta epígrafe do exercício anterior, a mais-valia da operação sobre acções referida anteriormente, e que ascendeu a 47 milhões, a queda da margem diminuiria até 6%, aproximadamente.

No bloco da conta de resultados que leva da margem bruta consolidada até ao resultado da actividade de exploração consolidada, os custos de estrutura apresentaram uma evolução contida, com poupança, inclusive, nos gastos gerais de administração, num cenário de inflação elevada ao longo de todo o exercício, que, apesar disso, tem vindo a ser moderado nos últimos meses, até fechar o exercício abaixo do objectivo pré-definido.

As dotações para provisões específicas dos investimentos a crédito aumentaram muito significativamente no exercício como consequência da morosidade ocorrida. Com as dotações por regulamento sobre os duvidosos, mais as extraordinárias realizadas com as mais-valias obtidas pela venda de uma participação nas Compañías de Seguros de Vida e

Pensiones, procedeu-se a uma dotação líquida conjunta no montante de 161 milhões de euros, valor que supera o do mesmo período do exercício anterior em 75,7 milhões, o qual se encontrava já aumentado na provisão extraordinária constituída pelos riscos na categoria sub-padrão e para as quais foi utilizada a mais-valia na venda das acções da Imobiliária Colonial, anteriormente referida.

Da mesma forma, agregam-se neste bloco as dotações efectuadas para a provisão genérica pelos títulos de taxa fixa subscritos em relação aos títulos hipotecários emitidos, títulos que proporcionam liquidez através do seu desconto no BCE, como referido anteriormente, e as constituídas por deteriorações observadas na nossa carteira de taxa variável.

O esforço conjunto que as dotações por deterioração representaram para a conta de resultados consolidada soma um montante de 172,1 milhões de euros, incluindo, da mesma forma, as correspondentes à deterioração estimada em fundos de comércio das participadas, e supõe um aumento de 84,4% relativamente ao exercício imediatamente anterior comparável, e muito longe do realizado no exercício de 2006 de apenas 18,8 milhões, o que, comparando com esse exercício, denota um aumento de 815%.

O último bloco da conta de resultados agrega outros ganhos e perdas obtidos fora da actividade de exploração e inclui, por isso, o benefício obtido na venda de 50% do capital das Companhias de Seguros de Vida e Pensiones, venda já referida anteriormente.

### **Evolução de outros aspectos quantitativos e qualitativos**

No fecho do exercício, a rede de caixas multibanco ascendia, em número de unidades, a 630 operativos, com um número de cartões emitidos de 591 000 aproximadamente e de 6 371 terminais nos pontos de venda.

O número de clientes da Caja ascendia, no final do exercício, a 990 700, aproximadamente.

A rede de agentes financeiros conta com 250 agentes activos nas suas diversas variantes, financeiros, imobiliários, promotores e do sector agro-alimentar, os quais levaram a cabo mais de 800 operações no exercício com um volume de negócio superior a 61 milhões de euros.

O serviço de banca electrónica continua em crescimento e assim, durante o exercício 2008, a actividade de contratação de produtos e serviços através da Internet aumentou 154%, ultrapassando os 63 670 contratos e 1 448 milhões de euros.

No que diz respeito aos sistemas de informação, é de destacar a plena consolidação da tecnologia que permite dispor de dois Centros de Dados localizados em diferentes edifícios, formando um único Centro de Processamento lógico, dentro de um plano adequado de contingências que permite assegurar o nosso Sistema Informático face a eventuais desastres. Estes centros suportaram uma actividade diária de mais de 1 430 654 operações, com um crescimento no exercício de 13,1% aproximadamente, com um tempo de resposta que ficou reduzido a 0,24 segundos.

### **Ratings atribuídos à Entidade**

A prestigiada agência internacional de rating, Moody's Investors Service Ltd. manteve pelo décimo ano consecutivo o rating atribuído à nossa Entidade sustentada numa boa franquia, ainda que local, na menor posição de risco, apesar de uma certa concentração creditícia, e em

instrumentos financeiros fundamentais satisfatórios, ainda que com uma rentabilidade ajustada ao risco modesta, numa boa posição de liquidez, solvência adequada e numa qualidade satisfatória do activo, ainda que esta última se esteja a deteriorar rapidamente em todo o sector financeiro espanhol. Destaca "a sólida franquia, com forte reconhecimento de marca a nível local e nacional, a sólida qualidade do activo, boa liquidez com menores recursos de mercados do que os seus concorrentes graças à forte base de financiamento retalhista e uma boa capitalização".

A classificação de "perspectiva estável" indica que não se observam, a médio prazo, situações de menor rentabilidade nem de deterioração nos rácios de eficiência.

Com isso, oferece-se à Entidade a possibilidade de ampliar as fontes de financiamento nos mercados internacionais em condições em conformidade com estas garantias.

A manutenção do rating na nossa Entidade torna-se mais importante num ambiente de dificuldade crescente, e num ano no que um grande número de entidades financeiras viu as suas classificações baixarem, tanto no conjunto do estado espanhol como na nossa própria comunidade autónoma.

### **Obra social e Fundação Caja Duero**

A Obra Social da Caja Duero continua a ser o elemento essencial e inerente à própria Caja, que tem o objectivo prioritário de intensificar continuamente seu envolvimento no progresso e desenvolvimento social, económico e cultural da comunidade e estender sua participação activa, não só como ponto de referência de natureza económica e financeira, mas também como promotor de iniciativas sociais e culturais. O compromisso da Caja é patente: devolver à sociedade, através da Obra Social, uma boa parte dos lucros obtidos da mesma através da actividade financeira. Actualmente, como desde a sua fundação, a Entidade segue a linha de compromisso social, que a converte no principal mecenas do seu âmbito histórico de actuação.

A Caja Duero, através da Obra Social, destinou, durante o ano de 2008, o valor de 36 milhões de euros a cinco grandes áreas de actuação (Social e Cooperação, Cultura, Formação e Emprego, Desporto e Lazer e Património) mantendo assim a sua razão de ser.

Na distribuição do orçamento da Obra Social para o exercício de 2008 continuou a destinar-se uma maior percentagem à obra própria, 65%, face aos 25% de obras em colaboração ou os 10% de obras alheias. Desenvolveu-se uma ampla programação cultural e de exposições artísticas ao longo de toda a nossa geografia.

Com isto, incrementaram-se as acções sociais, entre as quais se destacam as destinadas aos nossos idosos, com o programa "ActivaT", que procura o desenvolvimento integral deste colectivo e do qual beneficiaram mais de 13 000 pessoas, ou com a implementação de um programa contra a violência de género e da igualdade efectiva entre homens e mulheres, que chegou a mais de 3 000 pessoas. Também se continuaram as acções destinadas à Infância e Juventude com os projectos "Aulas de natureza Caja Duero" que chegou a 1 600 alunos, e o programa "Atletismo Divertido" que chegou a mais de 35 000 crianças desde o seu início.

O nosso apoio aos imigrantes, através do projecto "Diversidade", cujo objectivo é fomentar a integração laboral e a formação de imigrantes residentes em Castela e Leão, tendo beneficiado mais de 4.000 pessoas, requer menção especial.

O programa "Rota Ibérica Caja Duero", na sua segunda edição, sob o lema "Rios Ibéricos 2008", reuniu 150 jovens de Espanha e Portugal. Foi patrocinado, outra vez este ano, pelos Ministérios dos Assuntos Exteriores e Cooperação de Espanha e Portugal, contando com o apoio da Casa Real espanhola e da Presidência da República de Portugal.

Por último, há que assinalar que o nosso trabalho no presente exercício foi reconhecido pela revista Actualidade Económica na V Edição dos seus Prémios para a Melhor Obra Social das Caixas de Aforro com o prémio na categoria de "Assistência Social", pelo projecto "Tecendo redes pela diversidade".

A Fundação Caja Duero iniciou o seu percurso em 2005, com uma clara definição dos seus compromissos, que passam pela actualização de matérias que outrora eram consideradas nobres, tanto nas artes como na música, na "Escola de San Eloy", e pela iniciação na utilização das tecnologias da informação e da comunicação, especialmente a favor de populações excluídas. Completava a lista de compromissos fundacionais, a realização de estudos e publicações no campo da economia social, com o objectivo de analisar a interacção entre a economia e a sociedade e a sua capacidade para gerar bem-estar e desenvolvimento.

Ao serviço destes objectivos, a Fundação pôs em marcha, ao longo dos seus quatro anos de funcionamento, diversos programas de actividade com o denominador comum de oferecer oportunidades extraordinárias de formação e crescimento pessoal e social. Tudo isso em conformidade com uma linha de pensamento, talvez mais vigente agora do que nunca, que vem dos nossos alunos e que defende que as fontes da prosperidade social e da felicidade pessoal podem ser muitas, mas todas nascem da mesma origem e essa origem é a instrução.

A consolidação dos programas em marcha e o desenvolvimento do seu potencial foi a linha condutora das actividades da Fundação em 2008. Ainda que os projectos de carácter formativo e inovador, que constituem o núcleo das suas actividades, sejam necessariamente projectos a médio e longo prazo, o balanço do presente ano antecipa já importantes resultados.

No Programa de Actividades Musicais, tanto o Coro de Crianças como a Jovem Orquestra de Câmara continuaram com a formação musical de crianças e jovens através dos seus ensaios, ateliês e concertos públicos ao longo de todo o ano. O Coro ampliou a sua oferta, desdobrando-se em duas formações e, em aliança com o L'Auditori de Barcelona e a Câmara de Salamanca, pôs em marcha um ambicioso programa de formação coral em escolas de Salamanca. A Orquestra conseguiu, com a terceira edição do Florilegio Musical Salmantino, converter-se numa referência da música clássica na nossa comunidade.

O Programa de Artes Plásticas e Visuais continuou os seus ateliês de iniciação na prática da arte para crianças e adultos, com um extraordinário sucesso de participação em todas as faixas etárias no seu novo convite, sinal inequívoco de que a linha de trabalho traçada desperta um indubitável interesse e de que a sua execução cumpre as expectativas geradas.

O Programa de Tecnologia centrou-se em projectos de associação estratégica para a inovação tecnológica, cuja experiência mais marcante foi a criação do clube universitário de inovação no âmbito do acordo formalizado com a Universidade Pontifícia (Escola Superior de Informática). A Tecnoduero ampliou a sua oferta de ateliês de iniciação à utilização da tecnologia, facilitando o uso das ferramentas informáticas, principalmente por pessoas da terceira idade e mulheres adultas, em Salamanca, Valladolid e Zamora. No âmbito do Plano Avança, financiado pelo Ministério da Indústria, Turismo e Comércio, começou a desenvolver-se um projecto de criação de uma ferramenta tecnológica para a gestão, que

denominámos Centro Virtual de Teleassistência Multi-dispositivo e que se destina à detecção precoce e prevenção de deteriorações cognitivas e a promover práticas de envelhecimento activo.

A partir do Programa de Economia Social tiveram lugar, em Valladolid e Salamanca, as sessões de "Aula de Economia", onde foram analisados, por intermédio dos melhores peritos, alguns dos temas económicos e empresariais mais actuais. Manteve-se o encontro com os assinantes da revista "Livros de Economia e Empresa" (LEE) com mais quatro entregas da mesma. Continuou-se o apoio à rede de investigação organizada em torno do "Observatório Social de Espanha" e à publicação "A Situação Social em Espanha", cujo terceiro volume está em preparação. Igualmente em preparação está um estudo sobre a opinião pública em Castela e Leão (OpenCyL 2008), continuação das publicadas nos quatro anos anteriores, e que procura aprofundar opiniões, preocupações e atitudes dos castelhanos e leoneses em temas da actualidade e de claro conteúdo e relevância.

Exige menção especial, o ciclo de conferências que, sob o título genérico "Temas do Nosso Tempo", demonstrou o interesse que os temas de alta divulgação científica e cultural despertam na nossa sociedade.

Outra novidade de destaque é a incorporação na oferta das actividades da Fundação das turmas de ballet clássico, até agora dependentes do Centro Lermontov, gerido até agora pela Obra Social.

## **Factos posteriores**

Não ocorreram factos relevantes dignos de menção após o fecho do exercício.

## **Objectivos estratégicos e desafios para 2009.**

A linha fundamental da política comercial da Caja, já implantada em 2006 e impulsionada de uma forma decisiva em 2007, foi o pilar de actuação do exercício de 2008 e sê-lo-á no próximo ano de 2009. A captação de recursos de clientes, como objectivo prioritário, está contemplada no Plano Estratégico vigente, com uma política de retribuição da poupança claramente definida, para potenciar e reforçar a estrutura financeira da Caja na situação actual, já prolongada, de crise global que afecta os mercados de financiamento grossista.

Prevê-se que em 2009 a actividade se desenvolva num contexto de crise económica global, com um aumento da morosidade que provavelmente se irá agudizar em relação ao observado em 2008. Da mesma forma, espera-se um menor aumento no volume de negócios e um estreitamento da margem financeira, factores que devem ser tidos em consideração pelo impacto que vão representar na conta de resultados da Caixa e nas agências da rede.

Por isso, ainda que sem abandonar o objectivo prioritário de rentabilidade, com melhorias na produtividade e na eficiência, estabelecido no Plano Estratégico vigente, os crescimentos estimados de negócio e o potencial crescimento noutras mercados através da presença e posicionamento da nossa rede, tiveram de ser novamente reconfigurados, e, neste sentido, e para contemplar a nova situação, o Plano foi revisto e com as suas alterações, foi novamente aprovado na Assembleia à data de 19 de Dezembro de 2008.

Por isso, as alterações ao Plano constituem um especial enfoque na solvência, como verdadeiro músculo financeiro e suporte do crescimento futuro, dentro de um controlo adequado dos custos de estrutura e de funcionamento que melhorem a eficiência.

Em relação ao modelo comercial, deve aproveitar-se a base de clientes, dando-se relevância aos modelos de gestão de rede.

Em função de tudo isso, a alteração no Plano Estratégico apoia-se nas seguintes plataformas de acção:

**Negócio:** com ampliação e exploração da base de clientes, especialização e potenciação dos segmentos de altos rendimentos e com planos de choque na melhoria das comissões.

**Custos de exploração:** com optimização da rede de agências e serviços centrais e redução geral dos custos de exploração.

**Gestão do risco:** com uma melhoria contínua nos procedimentos de gestão do risco de crédito.

E tudo isso prestando especial atenção à liquidez, à solvência, à estrutura do financiamento e à adequada gestão dos seus vencimentos.

No Anexo 1 deste Relatório de gestão consolidado inclui-se o Relatório do Governo Corporativo do exercício 2008.

**CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y  
SORIA E SOCIEDADES DEPENDENTES  
CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS  
CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO ANUAL  
TERMINADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2008**

## **CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS**

**BALANÇOS CONSOLIDADOS DA  
CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA  
E SOCIEDADES DEPENDENTES**

CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA E SOCIEDADES DEPENDENTES

Balanços Consolidados a 31 de Dezembro

	Nota	Milhares de Euros	
		2008	2007
<b>ACTIVO</b>			
<b>Caixa e Depósitos em bancos centrais</b>	<b>8</b>	<b>154 549</b>	<b>261 843</b>
<b>Carteira de Negociação</b>	<b>9</b>	<b>350 142</b>	<b>110 163</b>
Depósitos em entidades de crédito		-	-
Crédito a clientes		-	-
Valores representativos de dívida		246 746	26 605
Instrumentos de Capital		-	2 412
Derivados de negociação		103 396	81 146
Pro memória: Empréstimos ou em garantia		-	-
<b>Outros activos financeiros de justo valor com variações em perdas e</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>9 412</b>
<b>Ganhos</b>			
Depósitos em entidades de crédito		-	-
Crédito a clientes		-	5 405
Valores representativos de dívida		-	4 007
Instrumentos de Capital		-	-
Pro memória: Empréstimos ou em garantia		-	-
<b>Activos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>11</b>	<b>3 356 460</b>	<b>3 726 215</b>
Valores representativos de dívida		2 772 496	2 852 314
Instrumentos de Capital		583 964	873 901
Pro memória: Empréstimos ou em garantia		2 724 903	2 503 551
<b>Investimentos a crédito</b>	<b>12</b>	<b>14 477 753</b>	<b>14 109 977</b>
Depósitos em entidades de crédito		822 059	934 502
Crédito a clientes		13 655 694	13 175 475
Valores representativos de dívida		-	-
Pro memória: Empréstimos ou em garantia		618 737	-
<b>Carteira de Investimentos a vencimento</b>	<b>13</b>	<b>968 879</b>	<b>-</b>
Pro-memória: Empréstimos ou em garantia		604 830	-
<b>Acertos a activos financeiros por macro-coberturas</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Derivados de cobertura</b>	<b>14</b>	<b>72 543</b>	<b>36 604</b>
<b>Activos não correntes em venda</b>	<b>15</b>	<b>173 845</b>	<b>5 345</b>
<b>Participações</b>	<b>16</b>	<b>292 774</b>	<b>210 358</b>
Entidades Associadas		292 774	210 358
Entidades Multigrupo		-	-
<b>Contratos de seguros vinculados a pensões</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Activos por Resseguros</b>	<b>21</b>	<b>5 403</b>	<b>7 587</b>
<b>Activo corpóreo</b>	<b>17</b>	<b>599 030</b>	<b>537 636</b>
Imobilizado corpóreo		433 813	429 389
De uso próprio		414 489	410 282
Cedido em arrendamento operacional		2	11
Afecto à Obra Social		19 322	19 096
Investimentos Imobiliários		165 217	108 247
Pro memória: Adquirido por arrendamento financeiro		-	-
<b>Activo incorpóreo</b>	<b>18</b>	<b>2 268</b>	<b>13 241</b>
Fundo de Comércio		1 540	7 700
Outros Activos incorpóreos		728	5 541
<b>Activos Fiscais</b>	<b>27</b>	<b>208 177</b>	<b>160 674</b>
Correntes		78 801	16 514
Diferidos		129 376	144 160
<b>Restantes Activos</b>	<b>19</b>	<b>81 833</b>	<b>69 889</b>
Existências		43 823	41 289
Outros		38 010	28 600
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>20 743 656</b>	<b>19 258 944</b>

CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA E SOCIEDADES DEPENDENTES

Balanços Consolidados a 31 de Dezembro

	Nota	Milhares de Euros	
		2008	2007
<b>PASSIVO</b>			
<b>Carteira de Negociação</b>	<b>9</b>	<b>79 339</b>	<b>43 912</b>
Depósitos de bancos centrais		-	-
Depósitos de entidades de crédito		-	-
Depósitos de clientes		-	-
Débitos representados por valores negociáveis		-	-
Derivados de negociação		79 339	43 912
Posições curtas quanto aos valores		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
<b>Outros passivos financeiros de justo valor com variações em perdas e ganhos</b>		-	<b>5 467</b>
Depósitos de bancos centrais		-	-
Depósitos de entidades de crédito		-	-
Depósitos de clientes		-	5 467
Débitos representados por valores negociáveis		-	-
Passivos subordinados		-	-
Outros passivos financeiros		-	-
<b>Passivos Financeiros ao Custo Amortizado</b>	<b>20</b>	<b>19 115 556</b>	<b>17 266 086</b>
Depósitos de bancos centrais		684 047	-
Depósitos de entidades de crédito		1 567 810	1 185 504
Depósitos de clientes		15 040 145	13 307 237
Débitos representados por valores negociáveis		1 383 820	2 298 893
Passivos subordinados		382 489	399 362
Outros passivos financeiros		57 245	75 090
<b>Acertos a passivos financeiros por macro-coberturas</b>		-	-
<b>Derivados de cobertura</b>	<b>14</b>	<b>14 853</b>	<b>87 863</b>
<b>Passivos associados a Activos não correntes em venda</b>	<b>15</b>	<b>62 138</b>	-
<b>Passivos por contratos de seguro</b>	<b>22</b>	<b>22 185</b>	<b>236 688</b>
<b>Provisões</b>	<b>21</b>	<b>150 664</b>	<b>159 531</b>
Fundos para pensões e obrigações semelhantes		113 031	141 572
Provisões para impostos e outras contingências legais		3 219	-
Provisões para riscos e compromissos contingentes		26 275	14 322
Outras provisões		8 139	3 637
<b>Passivos Fiscais</b>	<b>27</b>	<b>81 295</b>	<b>155 430</b>
Correntes		6 349	10 830
Diferidos		74 946	144 600
<b>Fundo da Obra Social</b>	<b>26</b>	<b>34 005</b>	<b>31 104</b>
<b>Restantes Passivos</b>	<b>19</b>	<b>25 030</b>	<b>30 718</b>
<b>Capital Reembolsável à ordem</b>		-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>19 585 065</b>	<b>18 016 799</b>

CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA E SOCIEDADES DEPENDENTES

Balanços Consolidados a 31 de Dezembro

	Nota	Milhares de Euros	
		2008	2007
<b><u>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</u></b>			
<b>Fundos Próprios</b>	<b>24</b>	<b>1 182 234</b>	<b>1 135 119</b>
Capital / Fundo de Dotação		-	-
Emitido		-	-
Menos: Capital não exigido (-)		-	-
Prémio de emissão		-	-
Reservas		1 104 356	1 005 097
Reservas (perdas) acumuladas		1 091 717	1 000 250
Reservas (perdas) de entidades avaliadas pelo método da participação		12 639	4 847
Outros instrumentos de capital		-	-
De instrumentos financeiros compostos		-	-
Quotas de participação e fundos associados		-	-
Outros instrumentos de capital		-	-
Menos: Valores próprios		-	-
Resultado do exercício atribuído à entidade dominante		77 877	130 022
Menos: Dividendos e retribuições		-	-
<b>Acertos por avaliação</b>	<b>23</b>	<b>(23 782)</b>	<b>106 498</b>
Activos financeiros disponíveis para venda		(27 002)	109 000
Coberturas dos fluxos de caixa		-	-
Coberturas de investimentos líquidos em negócios no estrangeiro		-	-
Diferenças de Câmbio		-	( 2 502)
Activos não correntes em venda		-	-
Entidades avaliadas pelo método da participação		3 220	-
Outros acertos por avaliação		-	-
<b>Interesses minoritários</b>		<b>139</b>	<b>528</b>
Acertos por avaliação		-	-
Outros		139	528
<b>TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>		<b>1 158 591</b>	<b>1 242 145</b>
<b>TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>		<b>20 743 656</b>	<b>19 258 944</b>
<b>PRO MEMÓRIA</b>			
<b>Riscos Contingentes</b>	<b>25</b>	<b>976 805</b>	<b>1 144 220</b>
<b>Compromissos Contingentes</b>		<b>2 363 054</b>	<b>2 972 492</b>

**CONTAS DE GANHOS E PERDAS DA  
CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA  
E SOCIEDADES DEPENDENTES**

CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA E SOCIEDADES DEPENDENTES

Contas Consolidadas de Ganhos e Perdas correspondentes aos exercícios

anuais terminados a 31 de Dezembro

	Nota	Milhares de Euros	
		2008	2007
<b>Juros e rendimentos assimilados</b>	<b>28.1</b>	<b>920 152</b>	<b>761 622</b>
<b>Juros e encargos assimilados</b>	<b>28.1</b>	<b>(660 052)</b>	<b>457 653</b>
<b>Remuneração de capital reembolsável à ordem</b>		-	-
<b>MARGEM DE JUROS</b>		<b>260 100</b>	<b>303 969</b>
Pro-memória: Actividade bancária		260 100	303 969
<b>Rendimento de instrumentos de capital</b>		<b>31 397</b>	<b>25 381</b>
<b>Resultado das entidades avaliadas pelo método da participação</b>		<b>(1 439)</b>	<b>4 147</b>
<b>Comissões recebidas</b>	<b>28.2</b>	<b>84 670</b>	<b>81 320</b>
<b>Comissões pagas</b>	<b>28.2</b>	<b>(7 814)</b>	<b>(6 423)</b>
<b>Resultados de operações financeiras (líquido)</b>	<b>28.1</b>	<b>26 190</b>	<b>76 249</b>
Carteira de negociação		589	10
Outros instrumentos financeiros de justo valor com variações em perdas e		-	-
Instrumentos financeiros não avaliados de justo valor com variações em perdas e		25 474	76 238
Outros		127	1
<b>Diferenças de câmbio (líquido)</b>		<b>1 539</b>	<b>(233)</b>
<b>Outros produtos de exploração</b>	<b>28.4</b>	<b>74 160</b>	<b>116 335</b>
Rendimentos de contratos de seguro e resseguro emitidos		39 734	93 774
Vendas e rendimentos por prestações de serviços não financeiros		-	-
Outros produtos de exploração		34 426	22 561
<b>Outros encargos de exploração</b>		<b>(42 246)</b>	<b>(101 170)</b>
Gastos de contratos de seguros e resseguros		(30 733)	(90 503)
Variação de existências		-	-
Outros encargos de exploração		(11 513)	(10 667)
<b>MARGEM BRUTA</b>		<b>426 557</b>	<b>499 575</b>
<b>Gastos de administração</b>		<b>(233 778)</b>	<b>(233 014)</b>
Gastos com pessoal	28.5	(157 891)	(151 269)
Outros gastos gerais de administração	28.6	(75 887)	(81 745)
<b>Amortização</b>		<b>(14 237)</b>	<b>(13 667)</b>
<b>Dotações para provisões (líquido)</b>		<b>(20 702)</b>	<b>(3 280)</b>
<b>Perdas por deterioração de activos (líquido)</b>	<b>28.1</b>	<b>(160 791)</b>	<b>(85 044)</b>
Investimentos a crédito		(116 236)	(80 590)
Outros instrumentos financeiros não avaliados de justo valor com variações em		(44 555)	(4 454)
<b>RESULTADO DA ACTIVIDADE DE EXPLORAÇÃO</b>		<b>(2 951)</b>	<b>164 570</b>
<b>Perdas por deterioração dos restantes activos (líquido)</b>		<b>(11 300)</b>	<b>(8 273)</b>
Fundo de comércio e outros activos incorpóreos		(9 343)	(7 567)
Outros activos		(1 957)	(706)
<b>Ganhos/ (perdas) na baixa de activos não classificados como não correntes em</b>	<b>28.7</b>	<b>89 395</b>	<b>13 603</b>
<b>Diferença negativa de consolidação</b>		-	-
<b>Ganhos/ (perdas) de activos não correntes em venda não classificados como</b>		-	-
<b>operações interrompidas</b>			
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>75 144</b>	<b>169 900</b>
<b>Imposto sobre lucros</b>	<b>27</b>	<b>2 660</b>	<b>(39 809)</b>
<b>Dotação obrigatória para obras e fundos sociais</b>		-	-
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO PROCEDENTE DE OPERAÇÕES</b>		<b>77 804</b>	<b>130 091</b>
<b>Resultado de operações interrompidas (líquido)</b>		<b>110</b>	-
<b>RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>77 914</b>	<b>130 091</b>
<b>Resultado atribuído à entidade dominante</b>		<b>77 877</b>	<b>130 022</b>
<b>Resultado atribuído a interesses minoritários</b>		<b>37</b>	<b>69</b>

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RENDIMENTOS E GASTOS  
RECONHECIDOS  
E DEMONSTRAÇÃO TOTAL DAS VARIAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO  
CONSOLIDADO  
CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA  
SOCIEDADES DEPENDENTES**

## CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA E SOCIEDADES DEPENDENTES

### I. Demonstração consolidada de rendimentos e gastos reconhecidos

	Milhares de Euros	
	2008	2007
<b>A) RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>77 914</b>	<b>130 091</b>
<b>B) OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS</b>	<b>(130 280)</b>	<b>(48 721)</b>
Activos financeiros disponíveis para venda	(194 288)	(69 684)
Ganhos/ (perdas) por avaliação	(168 814)	6 554
Importâncias transferidas para a conta de ganhos e perdas	(25 474)	(78 238)
Outras reclassificações	-	-
Coberturas dos fluxos de caixa	-	-
Ganhos / (Perdas) por avaliação	-	-
Montantes transferidos para a conta de ganhos e perdas	-	-
Montantes transferidos para o valor inicial das rubricas cobertas	-	-
Outras reclassificações	-	-
Coberturas de investimentos líquidos em negócios no estrangeiro	-	-
Ganhos / (Perdas) por avaliação	-	-
Montantes transferidos para a conta de ganhos e perdas	-	-
Outras reclassificações	-	-
Diferenças de câmbio	3 574	(2 642)
Ganhos / (Perdas) por avaliação	3 574	(2 642)
Montantes transferidos para a conta de ganhos e perdas	-	-
Outras reclassificações	-	-
Activos não correntes em venda	-	-
Ganhos / (Perdas) por avaliação	-	-
Montantes transferidos para a conta de ganhos e perdas	-	-
Outras reclassificações	-	-
Ganhos / (Perdas) actuariais em planos de pensões	-	-
Entidades avaliadas pelo método da participação	4 600	-
Ganhos / (Perdas) por avaliação	4 600	-
Montantes transferidos para a conta de ganhos e perdas	-	-
Outras reclassificações	-	-
Restantes rendimentos e gastos reconhecidos	-	-
Imposto sobre lucros	55 834	23 605
<b>TOTAL RENDIMENTOS / GASTOS RECONHECIDOS (A+B)</b>	<b>(52 366)</b>	<b>81 370</b>
Atribuídos à entidade dominante	(52 403)	81 301
Atribuídos a interesses minoritários	37	69

CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA E SOCIEDADES DEPENDENTES

II. 1 Demonstração total das variações no património consolidado correspondente a 31 de Dezembro de 2008

Milhares de Euros  
Fundos Próprios

	Reservas												
	Capital / Fundo de Dotação	Prémio de emissão	Reservas (perdas) acumuladas	Reservas (perdas de entidades avaliadas pelo método da participação	Outros instrumentos de capital	Menos: Valores Próprios	Resultado do exercício atribuído à entidade dominante	Menos: dividendos e retribuições	Total de fundos próprios	Acertos por avaliação	Total	Interesses minoritários	Total do património líquido
<b>Saldo final a 31 de Dezembro de 2007</b>	-	-	<b>1 000 250</b>	<b>4 847</b>	-	-	<b>130 022</b>	-	<b>1 135 119</b>	<b>106 498</b>	<b>1 241 617</b>	<b>528</b>	<b>1 242 145</b>
Acerto por alteração de critério contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acerto por erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo inicial ajustado</b>	-	-	<b>1 000 250</b>	<b>4 847</b>	-	-	<b>130 022</b>	-	<b>1 135 119</b>	<b>106 498</b>	<b>1 241 617</b>	<b>528</b>	<b>1 242 145</b>
<b>Total rendimentos e (gastos) reconhecidos</b>	-	-	-	-	-	-	<b>77 877</b>	-	<b>77 877</b>	<b>(130 280)</b>	<b>(52 403)</b>	<b>37</b>	<b>(52 366)</b>
<b>Outras variações do património líquido</b>													
Aumentos de capital/ fundo de dotação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conversão de passivos financeiros em capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de passivos financeiros para outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de outros instrumentos de capital para outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de receita / Remuneração a sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações com instrumentos de capital próprio (líquido)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre rubricas de património líquido	-	-	78 794	-	-	-	(78 794)	-	-	-	-	-	-
Aumentos / (reduções) por combinações de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dotação opcional para obras e fundos sociais (Caixas de Aforro e Cooperativas de Crédito)	-	-	-	-	-	-	(36 000)	-	(36 000)	-	(36 000)	-	(36 000)
Pagamentos com instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros aumentos / (reduções) de património líquido	-	-	12 674	7 792	-	-	(15 228)	-	5 238	-	5 238	(426)	4 812
<b>Saldo final a 31 de Dezembro de 2008</b>	-	-	<b>1 091 718</b>	<b>12 639</b>	-	-	<b>77 877</b>	-	<b>1 182 234</b>	<b>(23 782)</b>	<b>1 158 452</b>	<b>139</b>	<b>1 158 591</b>

CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA SOCIEDADES DEPENDIENTES

II.2 Demonstração total das variações do património líquido consolidado correspondente a 31 de Dezembro de 2007

Milhares de Euros  
Fundos Próprios

	Capital / Fundo de Dotação	Prémio de emissão	Reservas (perdas) acumuladas	Reservas (perdas de entidades avaliadas pelo método da participação	Outros instrumentos de capital	Menos: Valores Próprios	Resultado do exercício atribuído à entidade dominante	Menos: dividendos e retribuições	Total de fundos próprios	Acertos por avaliação	Total	Interesses minoritários	Total do património líquido
<b>Saldo final a 31 de Dezembro de 2006</b>	-	-	<b>930 884</b>	<b>6 177</b>	-	-	<b>102 293</b>	-	<b>1 039 354</b>	<b>155 219</b>	<b>1 194 573</b>	<b>580</b>	<b>1 195 153</b>
Acerto por alteração de critério contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acerto por erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldo inicial ajustado</b>	-	-	<b>930 884</b>	<b>6 177</b>	-	-	<b>102 293</b>	-	<b>1 039 354</b>	<b>155 219</b>	<b>1 194 573</b>	<b>580</b>	<b>1 195 153</b>
<b>Total rendimentos e (gastos) reconhecidos</b>	-	-	-	-	-	-	<b>130 022</b>	-	<b>130 022</b>	<b>(48 721)</b>	<b>81 301</b>	<b>69</b>	<b>81 370</b>
<b>Outras variações do património líquido</b>													
Aumentos de capital/ fundo de dotação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Conversão de passivos financeiros em capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de passivos financeiros para outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de outros instrumentos de capital para outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de receita / Remuneração a sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações com instrumentos de capital próprio (líquido)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre rubricas de património líquido	-	-	62 601	-	-	-	(62 601)	-	-	-	-	-	-
Aumentos / (reduções) por combinações de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dotação opcional para obras e fundos sociais (Caixas de Aforro e Cooperativas de Crédito)	-	-	-	-	-	-	(33 000)	-	(33 000)	-	(33 000)	-	(33 000)
Pagamentos com instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros aumentos / (reduções) de património líquido	-	-	6 765	(1 330)	-	-	(6 692)	-	(1 257)	-	(1 257)	(121)	(1 378)
<b>Saldo final a 31 de Dezembro de 2007</b>	-	-	<b>1 000 250</b>	<b>4 847</b>	-	-	<b>130 022</b>	-	<b>1 135 119</b>	<b>106 498</b>	<b>1 241 617</b>	<b>528</b>	<b>1 242 145</b>

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO FLUXO DE  
CAIXA DA**

**CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA E  
SOCIEDADES DEPENDENTES**

## CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA E SOCIEDADES DEPENDENTES

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios anuais terminados a 31 de Dezembro (Nota 3.z)

	Milhares de Euros	
	2008	2007
<b>A) FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE EXPLORAÇÃO</b>		
<b>1. Resultado consolidado do exercício</b>	<b>77 914</b>	<b>130 091</b>
<b>2. Acertos para obter os fluxos de caixa das actividades de exploração</b>	<b>112 814</b>	<b>100 110</b>
Amortização	14 237	13 667
Outros acertos	98 577	86 443
<b>3. (Aumento) / Diminuição líquida dos activos de exploração</b>	<b>(691 860)</b>	<b>(2 440 428)</b>
Carteira de negociação	(239 979)	(73 250)
Outros activos financeiros de justo valor com variações em perdas e ganhos	9 412	66 870
Activos financeiros disponíveis para venda	140 442	(541 032)
Investimentos a crédito	(513 557)	(1 826 657)
Outros activos de exploração	(88 178)	(66 359)
<b>4. Aumento / (Diminuição) líquida dos passivos de exploração</b>	<b>1 597 330</b>	<b>2 388 527</b>
Carteira de negociação	35 427	29 602
Outros activos financeiros de justo valor com variações em perdas e ganhos	(5 467)	(22 268)
Passivos financeiros ao custo amortizado	1 866 343	2 401 437
Outros passivos de exploração	(298 973)	(20 244)
<b>5. Cobranças / (pagamentos) por imposto sobre lucros</b>	<b>(2 660)</b>	<b>39 809</b>
	<b>1 093 538</b>	<b>218 109</b>
<b>B) FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>6. Pagamentos</b>	<b>(1 307 613)</b>	<b>(211 804)</b>
Activos corpóreos	(92 402)	(154 020)
Activos incorpóreos	-	(10 976)
Participações	(92 929)	(45 105)
Entidades dependentes e outras unidades de negócio	-	-
Activos não correntes e passivos associados em venda	(153 403)	-
Carteira de investimento a vencimento	(968 879)	-
Outros pagamentos relacionados com actividades de investimento	-	(1 703)
<b>7. Cobranças</b>	<b>124 081</b>	<b>16 935</b>
Activos corpóreos	18 417	4 832
Activos incorpóreos	10 723	-
Participações	94 941	12 103
Entidades dependentes e outras unidades de negócio	-	-
Activos não correntes e passivos associados em venda	-	-
Carteira de investimento a vencimento	-	-
Outras cobranças relacionadas com actividades de investimento	-	-
	<b>(1 183 532)</b>	<b>(194 869)</b>
<b>C) FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>8. Pagamentos</b>	<b>(150 426)</b>	<b>(99 525)</b>
Dividendos	-	-
Passivos subordinados	(150 000)	-
Amortização de instrumentos de capital próprio	-	-
Aquisição de instrumentos de capital próprio	-	-
Outros pagamentos relacionados com actividades de financiamento	(426)	(99 525)
<b>9. Cobranças</b>	<b>133 127</b>	<b>99 904</b>
Passivos subordinados	133 127	99 904
Emissão de instrumentos de capital próprio	-	-
Alienação de instrumentos de capital próprio	-	-
Outras cobranças relacionadas com actividades de financiamento	-	-
	<b>(17 299)</b>	<b>379</b>
<b>D) EFEITO DAS VARIAÇÕES DAS TAXAS DE CÂMBIO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>E) AUMENTO / (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DA CAIXA E EQUIVALENTES (A+B+C+D)</b>	<b>(107 293)</b>	<b>23 619</b>

<b>F) CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>261 842</b>	<b>238 224</b>
<b>G) CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO (E+F)</b>	<b>154 549</b>	<b>261 843</b>
<i>Pro-memória:</i>		
<b>COMPONENTES DA CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO</b>		
Caixa	93 711	84 612
Saldos equivalentes à caixa em bancos centrais	60 838	177 231
Outros activos financeiros	-	-
Menos: Descobertos bancários reintegráveis à ordem	-	-
<b>TOTAL DE CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO</b>	<b>154 549</b>	<b>261 843</b>
Dos Quais: Em poder de entidades consolidadas mas não disponível para o Grupo	-	-

## **RELATÓRIO CONSOLIDADO**

## ÍNDICE DO RELATÓRIO CONSOLIDADO

1. INFORMAÇÕES GERAIS
  2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS
  3. PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO APLICADOS
  4. ERROS E ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS
  5. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS
  6. GESTÃO DO CAPITAL
  7. GESTÃO DO RISCO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS
  8. CAIXA E DEPÓSITOS NOS BANCOS CENTRAIS
  9. CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO
  10. OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DE JUSTO VALOR COM VARIAÇÕES EM PERDAS E GANHOS
  11. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA
  12. INVESTIMENTOS A CRÉDITO
  13. CARTEIRA DE INVESTIMENTO A VENCIMENTO
  14. DERIVADOS DE COBERTURA (ACTIVO E PASSIVO)
  15. ACTIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES EM VENDA
  16. PARTICIPAÇÕES
  17. ACTIVOS CORPÓREOS
  18. ACTIVOS INCORPÓREOS
  19. OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS
  20. PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO
  21. PASSIVOS POR CONTRATOS DE SEGURO E ACTIVOS POR RESSEGUROS
  22. PROVISÕES
  23. ACERTOS POR AVALIAÇÃO DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
  24. FUNDOS PRÓPRIOS
  25. RISCOS CONTINGENTES
  26. FUNDOS E OBRAS SOCIAIS
  27. SITUAÇÃO FISCAL
  28. CONTA DE GANHOS E PERDAS
  29. PARTES VINCULADAS
  30. OUTRAS INFORMAÇÕES
  31. FACTOS POSTERIORES AO FECHO DO BALANÇO
- ANEXO I  
ANEXO II

## CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA, CAJA DUERO E SOCIEDADES DEPENDENTES

Relatório consolidado  
do exercício anual terminado  
a 31 de Dezembro de 2008

### I INFORMAÇÕES GERAIS

#### a) Natureza da Entidade Dominante

A Caja de Ahorros de Salamanca y Soria, Caja Duero (doravante "Caja Duero" ou "a Entidade Dominante") é uma entidade financeira com carácter benéfico e social, isenta de lucro, e de natureza fundacional privada, que se encontra ao abrigo do protectorado da Comunidade Autónoma de Castela e Leão. O seu objecto social é a realização de interesses gerais através do desenvolvimento económico e social da sua zona de actuação e, para isso, os seus fins fundamentais são, entre outros, facilitar a formação e capitalização da poupança, atender às necessidades dos seus clientes através da concessão de operações de crédito e criar ou manter Obras Sociais próprias ou em colaboração.

A Entidade Dominante, cujo nome comercial desde 22 de Setembro de 1997 é Caja Duero, tem a sua sede social em Salamanca, na Plaza de los Bandos, nº 15-17, e desenvolve a sua actividade através de 543 agências distribuídas por todo o território nacional, mais 19 agências em Portugal (em 2007, 542 agências no território nacional e 17 em Portugal).

A Entidade Dominante encabeça um grupo de sociedades, cujos pormenores e informações mais relevantes estão incluídos no Anexo I. Aplicando as normas vigentes, os Administradores da Entidade Dominante formularam, nesta mesma data, as contas anuais da Caja Duero, que também foram submetidas a auditoria independente. No Anexo II inclui-se, resumidamente, o balanço, a conta de ganhos e perdas, a demonstração de variações no património líquido e a demonstração de fluxos de caixa da Caja Duero correspondentes aos exercícios de 2008 e 2007.

A Caja Duero é o resultado da fusão da Caja de Ahorros y Monte de Piedad de Salamanca e da Caja General de Ahorros y Préstamos de Soria, em conformidade com os acordos das Assembleias Gerais de ambas as entidades, adoptados à data de 31 de Maio de 1990. A fusão, através da dissolução das duas entidades anteriores e criação imediata da nova entidade, foi amortizada pela Ordem de 15 de Março de 1991 do Conselho de Economia e Fazenda da Junta de Castela e Leão.

Durante o exercício de 2000, procedeu-se à fusão da Caja Duero com a Crédit Lyonnais España, S.A. De acordo com o disposto no artigo 107 da Lei 43/1995, de 27 de Dezembro, do Imposto sobre Sociedades, a Entidade Dominante incluiu nas contas anuais do exercício de 2000 o último balanço fechado pela entidade transmissora, informação sobre o exercício em que adquiriu os bens transmitidos susceptíveis de amortização, a relação dos bens incorporados nos livros de contabilidade da Caja Duero por um valor diferente do que figurava antes da data de fecho no balanço da Crédit Lyonnais España, S.A. e a relação de benefícios fiscais usufruídos por essa entidade, em relação aos quais a Caja assumia o cumprimento dos requisitos necessários para continuar a usufruir de benefícios fiscais ou consolidar os desfrutados pela entidade transmissora.

A Caja Duero está regulada pela Lei das Caixas de Aforro de Castela e Leão, que foi aprovada pelo Decreto Legislativo 1/2005, de 21 de Julho. Esta Lei foi desenvolvida, em questões de órgãos de governo e direcção, pelo Decreto 66/2005, de 22 de Setembro.

#### b) Actividade da Entidade Dominante

Como entidade de Aforro Popular, a Caja Duero encontra-se sujeita a determinadas normas legais que regulam, entre outros, aspectos como:

- Manutenção de uma percentagem mínima de recursos depositados num banco central nacional de um país abrangido pela moeda única (euro) para a cobertura do coeficiente de reservas mínimas, que se encontrava, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, em 2% dos passivos computáveis para esse efeito.
- Distribuição do excedente líquido do exercício para Reservas e para o Fundo de Obras Sociais.
- Manutenção de um nível mínimo de recursos próprios. A norma estabelece, resumidamente, a obrigatoriedade de manter recursos próprios suficientes para cobrir as exigências pelos riscos contraídos. O cumprimento do coeficiente de recursos próprios efectua-se a nível consolidado.
- Contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, como garantia adicional à oferecida pelos recursos próprios da entidade aos credores da mesma, cuja finalidade consiste em garantir até 100 000 euros os depósitos dos clientes, de acordo com o disposto no D.R. 2606/1996, de 20 de Dezembro, sobre fundos de garantia de depósitos de entidades de crédito segundo a redacção do D.R. 948/2001, de 3 de Agosto, do D.R. 1642/2008, de 10 de Outubro, e da Circular 4/2004 do Banco de Espanha, de 22 de Dezembro.

Estas contas anuais consolidadas do exercício de 2008 foram formuladas pelo Conselho de Administração da Caja Duero na sua reunião de 26 de Março de 2009, e foram assinadas pelos senhores conselheiros, cuja rubrica se encontra no fim das mesmas, estando pendentes de aprovação da Assembleia Geral, estimando-se que serão aprovadas sem alterações significativas. As contas anuais consolidadas do Grupo do exercício de 2007 foram aprovadas pela Assembleia Geral da Caja Duero, realizada a 14 de Março de 2008.

c) Grupo consolidável

O Grupo Caja Duero (doravante, o Grupo) é constituído por um conjunto de empresas financeiras e parafinanceiras que, juntamente com outras, formam um Grupo cujo objectivo é diversificar e especializar a oferta aos clientes, de acordo com um modelo próprio de produtos e serviços.

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as sociedades dependentes e multigrupo que compõem o Grupo, consolidáveis por integração global e proporcional (Nota 2.c), são as seguintes:

Sociedade	Sede Social	Actividade	% de capital que a Caja Duero possui, directa ou indirectamente	
			2008	2007
<b>Sociedades do Grupo</b>				
Caja Duero Capital, S.A.	Madrid	Sociedade de carteira	100,00	100,00
Conexiones y Servicios Duero, S.A.	Valladolid	Serviços auxiliares	52,00	52,00
Dueromediación Op. Banca-Seguros, S.A.U.	Madrid	Agência de Seguros	100,00	100,00
Finanduro, S.V., S.A.	Madrid	Sociedade de Valores	100,00	100,00
Gesduero, S.G.I.I.C., S.A.	Madrid	Gestora de Fundos de Investimento	100,00	100,00
Grupo de Negocios Duero, S.A.U.	Valladolid	Gestão financeira	100,00	100,00
Bolsaduro, S.I.C.A.V., S.A.	Salamanca	S.I.C.A.V.	-	88,18
Unión del Duero Seguros Generales, S.A.	Madrid	Seguros	100,00	100,00
Duero Pensiones, E.G.F.P., S.A.	Madrid	Gestora de Fundos de Pensões	-	100,00
Unión del Duero Seguros de Vida, S.A.	Madrid	Seguros	-	100,00
Diode Worldwide, S.A.U.	Madrid	Gestão de participações	100,00	100,00
<b>Sociedades Multigrupo</b>				
Alqunia Duero, S.L.	Toledo	Promoção imobiliária	40,00	40,00
Capredo Investments GMBH	Suíça	Gestão de participações	50,00	-
Cartera Perseidas, S.L.	Madrid	Gestão de participações	40,54	40,54
Global Duero, S.A.	Madrid	Gestão de participações	50,00	50,00
Lares Val del Ebro, S.A.	Madrid	Promoção imobiliária	33,33	33,33
Liquidambar Inversiones Financieras, S.L.	Madrid	Sociedade de investimentos	13,33	13,33
Madrid - Duero Sistemas Informáticos	Portugal	Serviços auxiliares	50,00	50,00
Madrigal Participaciones, S.A.	Valladolid	Sociedade de investimentos	30,87	30,87
Marcos Sotoserrano, S.L.	Salamanca	Fábrica de fabrico de presuntos	50,00	-
Rochduero, S.L.	Cádiz	Promoção imobiliária	40,00	40,00
Servialogos Servicios Financieros, S. A	Madrid	Estudos Financeiros	16,67	25,00
Soria Futuro, S.A.	Soria	Sociedade de investimentos	45,50	45,50

A informação relativa às sociedades do grupo, multigrupo e associadas consta do Anexo I.

A Caja Duero é a sociedade-mãe do grupo e representa aproximadamente 99,30% e 97,57% do total dos activos do Grupo, a 31 de Dezembro de 2008 e a 31 de Dezembro de 2007, respectivamente, e 111,95% e 88,29% do proveito dos exercícios de 2008 e 2007, respectivamente.

## 2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS

### a) Bases de apresentação das contas anuais consolidadas

As contas anuais consolidadas do Grupo foram preparadas a partir dos registos contabilísticos das entidades que o compõem, em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira adoptadas pela União Europeia (doravante, NIIF), de forma a mostrarem a imagem fiel do património, da situação financeira e dos resultados do Grupo a 31 de Dezembro de 2008, assim como as variações do património líquido e os fluxos de caixa correspondentes ao exercício anual terminado na referida data. Os princípios e critérios de avaliação aplicados são detalhados na Nota 3 deste relatório consolidado. Não existe nenhum princípio contabilístico ou critério de avaliação de carácter obrigatório que, tendo um efeito significativo nas contas anuais consolidadas, não tenha sido aplicado.

Por isso, as presentes contas anuais consolidadas foram elaboradas de acordo com as NIIF, e não apresentam desvios significativos em relação aos requisitos exigidos pela Circular 4/2004 do Banco de Espanha, sobre as Normas de Informação Financeira Pública e Reservada e Modelos de Demonstrações Financeiras das Entidades de Crédito.

A 22 de Dezembro de 2004, o Banco de Espanha publicou a Circular 4/2004, que anulou a anterior Circular 4/1991 do Banco de Espanha, que reúne a norma contabilística para entidades de crédito vigente até ao exercício de 2004. A Circular 4/2004 tem como objectivo, de acordo com o demonstrado no seu preâmbulo, modificar o regime contabilístico das entidades de crédito, adaptando-o ao novo contexto contabilístico resultante da adopção das NIIF na União Europeia, conforme o disposto no Regulamento 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, relativo à publicação das NIIF. Esta Circular é de aplicação obrigatória às contas anuais individuais das entidades de crédito.

As alterações nos critérios contabilísticos, seja porque as normas são modificadas, ou porque os Administradores decidem variar o critério de aplicação com efeitos retroactivos, implicam o ajuste dos montantes das rubricas afectadas, utilizando como contrapartida a rubrica do património líquido correspondente no balanço de abertura mais antigo sobre o qual seja publicada informação comparativa, como se o novo critério contabilístico sempre se tivesse aplicado. A aplicação retroactiva do novo critério não se realiza quando é impraticável ou quando a disposição que o modificou fixar a data a partir da qual esta deve ser aplicada. Quando se detectarem erros procedentes de exercícios anteriores, que sejam resultado de omissões, imprecisões ou falhas na utilização da informação disponível nos referidos períodos, esses erros serão corrigidos, aplicando as regras anteriormente referidas, para o caso de ocorrer uma alteração nos critérios contabilísticos aplicados.

b) Utilização de pareceres e estimativas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

A informação incluída nas contas anuais consolidadas é da responsabilidade dos Administradores da Caja Duero. Para a preparação de determinadas informações incluídas nestas contas anuais consolidadas, os Administradores utilizaram pareceres e estimativas baseadas em hipóteses que afectam a aplicação dos critérios e princípios contabilísticos e os montantes do activo, passivo, rendimentos, gastos e obrigações que nelas ficam registadas. As estimativas mais significativas utilizadas na preparação destas contas anuais consolidadas referem-se:

- A perdas por deterioração de activos financeiros (Notas 3.h).
- Às hipóteses utilizadas nos cálculos actuariais, realizadas para avaliar os passivos e obrigações por benefícios pós emprego (Notas 3.p e 21).
- Às perdas por deterioração e à vida útil dos activos corpóreos e incorpóreos (Notas 3.k e 3.m).
- Ao justo valor de determinados activos não cotados (Nota 3.f).

Adicionalmente, no fecho do exercício, na determinação do valor de determinados activos imobiliários, o Grupo utilizou avaliações realizadas por peritos independentes. Essas avaliações baseiam-se em estimativas de fluxos, rentabilidade esperada e outras variáveis, o que deve ser tido em consideração na interpretação das contas anuais consolidadas, em anexo.

As estimativas e hipóteses utilizadas baseiam-se na experiência histórica e noutros factores que foram considerados os mais razoáveis no momento e são revistas de forma periódica. Se, como consequência dessas revisões ou factos futuros, ocorresse uma alteração das referidas estimativas, o seu efeito seria registado na conta consolidada de ganhos e perdas desse período e dos períodos sucessivos.

c) Critérios de consolidação

Entidades do Grupo

Consideram-se entidades dependentes do grupo aquelas que formam, juntamente com a Entidade Dominante, uma unidade de decisão, correspondendo àquelas que a Entidade Dominante tem capacidade de controlar, entendendo-se isso como a capacidade de dirigir as políticas financeiras e operativas de uma entidade. A Entidade Dominante presume que existe controlo quando possui a maioria dos direitos de voto, tem a faculdade de nomear ou destituir a maioria dos membros do órgão de administração, pode dispor, devido aos acordos celebrados com outros sócios, da maioria dos direitos de voto ou designou exclusivamente com os seus votos a maioria dos membros do órgão de administração.

De acordo com as NIIF, as entidades do Grupo foram consolidados pelo método de integração global.

Todos os saldos e transacções significativos entre as entidades consolidadas foram eliminados no processo de consolidação. Da mesma forma, o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes, assim como os resultados das sociedades dependentes correspondentes a sócios externos são reconhecidos no património líquido do Grupo e nos resultados do mesmo, nas secções “Interesses minoritários” e “Resultado atribuído à maioria”, respectivamente, do balanço e da conta consolidada de ganhos e perdas, em anexo. Apesar do anteriormente exposto, quando o Grupo, no seu conjunto, tenha estabelecido acordos, obrigando-se a entregar dinheiro ou outros activos, com todos ou parte dos sócios externos das suas sociedades dependentes, o património dos sócios externos é apresentado no balanço consolidado como “Outros passivos financeiros”.

A consolidação dos resultados gerados pelas entidades do Grupo adquiridas durante um exercício realiza-se tendo em conta, unicamente, os relativos ao período compreendido entre a data de aquisição e o fecho desse exercício. Paralelamente, a consolidação dos resultados gerados pelas sociedades dependentes alienadas durante um exercício é realizada tendo em conta, unicamente, os relativos ao período compreendido entre o início do exercício e a data da alienação.

#### Participação em Negócios Conjuntos (entidades multigrupo)

Entende-se por "Negócios conjuntos" os acordos contratuais em virtude dos quais duas ou mais entidades não vinculadas ente si (“participantes”) participam em entidades (“multigrupo”), realizam operações ou mantêm activos de tal forma que qualquer decisão estratégica de carácter financeiro ou operativo que os afecte exige o consentimento unânime de todos os participantes.

As entidades multigrupo foram consolidadas através do método de integração proporcional, de forma que a agregação de saldos e posteriores eliminações têm lugar, apenas, na proporção que a participação do Grupo representa em relação ao capital dessas entidades.

#### Entidades Associadas

Consideram-se entidades associadas aquelas sobre as quais a Entidade Dominante, individualmente ou em conjunto com as restantes entidades do Grupo, tem uma influência significativa, não sendo uma entidade dependente nem multigrupo. Para determinar a existência de influência significativa, a Entidade Dominante considera, entre outras situações, a representação no Conselho de Administração, ou órgão equivalente de direcção da entidade participada, a participação no processo de estabelecimento de políticas, incluindo as relacionadas com os dividendos e outras distribuições, a existência de transacções significativas entre a Entidade Dominante e a participada, o intercâmbio do pessoal de altos cargos directivos e o fornecimento de informação técnica de carácter essencial, ainda que, habitualmente, essa influência significativa se manifeste numa participação (directa ou indirecta) igual ou superior a 20% dos direitos de voto da entidade participada.

Não existem entidades, das quais se possua 20% ou mais dos direitos de voto, que não tenham sido consideradas entidades associadas do Grupo, durante os exercícios de 2008 e 2007.

Nas contas anuais consolidadas, as entidades associadas são avaliadas pelo método da participação. As participações da Entidade dominante em sociedades associadas são reconhecidas ao custo na data de aquisição e, posteriormente, são avaliadas pela fracção de património líquido que representam em cada uma das sociedades associadas. Os resultados do exercício da sociedade associada, uma vez realizados os acertos correspondentes nos mesmos atribuíveis ao grupo por deterioração, alienação ou disposição, por outros meios, dos elementos patrimoniais cujo justo valor à data de aquisição fosse diferente do valor contabilístico no balanço da associada, aumentam ou reduzem o valor da participação e são registados na conta consolidada de ganhos e perdas na rubrica “Resultados de entidades avaliadas pelo método da participação”. As alterações posteriores à data de aquisição nos acertos por avaliação das sociedades associadas aumentam ou reduzem, consoante o caso, o valor da participação. O montante dessas alterações é reconhecido na rubrica de “Acertos por avaliação” do património líquido correspondente, conforme a sua natureza, através da demonstração consolidada de variações no património líquido .

c.1) Aquisições e alienações de participações no capital de sociedades do grupo e associadas.

- Participações em empresas do Grupo

As alterações mais significativas produzidas nesta epígrafe, no exercício de 2008, foram as seguintes:

- A 17 de Janeiro de 2008, a Caja Duero e a Grupo de Negocios Duero, S.A.U. assinaram um contrato de compra e venda de acções com a Mapfre, S.A. Por indicação deste contrato, a Mapfre, S.A. adquire 50% do capital social da Unión del Duero, Compañía de Seguros de Vida, S.A. (16,8% para a Caja Duero e 33,2% para o Grupo de Negocios Duero, S.A.U.) e 50% do capital social da Duero Pensiones, E.G.F.P., S.A. (para a Caja Duero).

A compra e venda estavam sujeitas ao cumprimento de condições suspensivas, referentes à autorização ou não oposição das autoridades competentes em matéria de livre concorrência e da Direcção Geral de Seguros e Fundos de Pensões.

Uma vez obtidas as autorizações necessárias dos organismos reguladores, no passado dia 21 de Julho de 2008 concluiu-se a compra e venda de acções, registando-se ganhos de 36 546 milhares de euros na conta de ganhos e perdas do exercício de 2008. Para além disso, o contrato de compra e venda estabelece a possibilidade de as entidades transmissoras puderem receber, a partir do ano de 2012, um preço adicional de até 25 000 milhares de euros, estando o ganho do preço adicional sujeito ao cumprimento de determinados variáveis dos planos de negócio das sociedades às quais correspondam as acções objecto de transmissão.

Após a operação de compra e venda, a Caja Duero mantém uma participação de 50% do capital social da Unión del Duero, Compañía de Seguros de Vida, S.A. e de 50% do capital social da Duero Pensiones, E.G.F.P., S.A. A 31 de Dezembro de 2008, as referidas sociedades são consideradas empresas associadas.

- Ocorreu uma redução da participação de 88,18% do capital social da Bolsaduro S.I.C.A.V., S.A. como consequência da fusão realizada a 9 de Janeiro de 2008, na qual a referida sociedade foi absorvida pelo Fondo de Inversión Fonduro Bolsa, F.I.

Para além disso, durante o exercício de 2008, passou a considerar-se a participação na Diode Worldwide, S.A.U. como um activo disponível para venda.

No exercício de 2007, adquiriu-se 100% do capital social da Diode Worldwide, S.A.U., com um custo de aquisição de 17 523 milhares de euros. Por outro lado, alienou-se a participação de 100% do capital social da Eastern España, S.A., que significou uma mais-valia de 941 milhares de euros, e ocorreram as reduções das participações de 100% do capital social da Uniduro, Agencia de Seguros, S.A. (que foi absorvida pela Dueromediación Operadora de Banca-Seguros, S.A.) e da participação de 100% da Gestion Rainbow Fund, sendo que estas duas últimas reduções não tiveram efeitos significativos nas contas anuais consolidadas.

#### Participações em empresas Multigrupo

Durante o exercício de 2008, ocorreu a tomada de posse de 50% do capital social da Capredo Investments GMBH pelo montante de 20 427, através da entrada das acções da Corporación Hotelera Dominicana, S.A. e da Corporación Hotelera Oriental, S.A. que, a 31 de Dezembro de 2007, se encontravam registadas como participações em empresas associadas. Adicionalmente, durante o exercício de 2008, tomou-se posse de uma participação de 50% do capital social da Marcos Sotoserrano, S.L., com um custo de aquisição de 10 000 milhares de euros.

No exercício de 2007 tomou-se posse de uma participação de 25% do capital social da Servialogos Servicios Financieros, S.A., com um custo de aquisição de 300 mil euros.

#### Participações em empresas associadas

Os movimentos mais significativos durante o exercício de 2008 foram os seguintes:

Transferência a partir da carteira de participações de empresas do Grupo de Duero Pensiones, E.G.F.P., S.A, e Unión del Duero, Compañía de Seguros de Vida, S.A.

Aquisição da participação de 25,9% do capital social das Industrias Derivadas del Aluminio, S.L., com um custo de aquisição de 39 100 milhares de euros.

Aquisição da participação de 20% do capital social da Metales Extruidos, S.L., com um custo de aquisição de 14 500 milhares de euros.

- Aquisição da participação de 26,47% do capital social da Qualia Lácteos, S.L., com um custo de aquisição de 4 500 milhares de euros.

Incorporação no perímetro de consolidação da participação de 23,23% na Blindados Grupo Norte, S.A. (a 31 de Dezembro de 2007, a participação nesta sociedade era 14,70%)

As alterações mais significativas ocorridas nesta epígrafe no exercício de 2007 foram as seguintes:

Aquisição das seguintes participações: Aries Complex, S.A. (38,4%), Dibaq Diproteg, S.A. (27%) e Bruesa Duero, S.L. (35%). Também em 2007 foi incorporada no perímetro de consolidação a participação na Desarrollos Urbanísticos Veneziola (20%).

Saída do perímetro de consolidação da: Occidental del Gas, S.A. (26,5%), Sanitaria de Inversiones Valladolid, S.A. (20%), Lonja Virtual, S.L. (27,5%), Autopistas de León e Concesionaria del Estado, S.A. (20,8%).

A informação detalhada sobre estas sociedades consta do Anexo I.

#### d) Comparação da Informação

Os Administradores da Entidade dominante apresentam, para efeitos comparativos, com cada um dos valores detalhados nas presentes contas anuais consolidadas, para além dos números do exercício de 2008, os correspondentes ao exercício anterior.

Neste sentido, os modelos de balanço consolidado, conta consolidada de ganhos e perdas, demonstração consolidada de rendimentos e gastos reconhecidos, demonstração total de variações no património líquido consolidado e demonstração consolidada dos fluxos de caixa, apresentados nestas contas anuais consolidadas, ajustam-se aos modelos contidos na Circular 4/2004 do Banco de Espanha, os quais foram modificados no exercício de 2008 pela Circular 6/2008 do Banco de Espanha, e diferem, em relação aos critérios de apresentação de determinadas rubricas e margens, dos apresentados nas contas anuais consolidadas do Grupo a 31 de Dezembro de 2007.

Devido a esta alteração, que não tem qualquer efeito no património líquido consolidado, nem nos resultados do Grupo, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo do exercício de 2007, que são apresentadas para fins comparativos nestas contas anuais consolidadas, foram modificadas em relação às incorporadas nas contas anuais consolidadas do exercício de 2007, aprovadas pela Assembleia Geral da Entidade dominante a 31 de Março de 2008, para serem adaptadas aos formatos descritos na Circular 4/2004 do Banco de Espanha, modificados pela Circular 6/2008 do Banco de Espanha.

Em seguida, apresenta-se uma conciliação entre o balanço consolidado a 31 de Dezembro de 2007, apresentado pelo Grupo como parte integrante das contas anuais consolidadas na referida data e o balanço apresentado nestas contas para efeitos comparativos:

MODELO DE BALANÇO CONSOLIDADO DA CIRCULAR 4/2004 APRESENTADO NAS CONTAS ANUAIS DE 2007	Milhares de Euros		MODELO DE BALANÇO CONSOLIDADO DA CIRCULAR 4/2004 MODIFICADO PARA A CIRCULAR 6/2008
ACTIVO	2007	Reclassificações	2007
<b>Caixa e depósitos em bancos centrais</b>	<b>261 843</b>	-	<b>261 843</b>
<b>Carteira de negociação</b>	<b>110 163</b>	-	<b>110 163</b>
Depósitos em entidades de crédito	-	-	-
Operações do mercado monetário através de contrapartes	-	-	-
Crédito a clientes	-	-	-
Valores de representativos de dívida	26 605	-	26 605
Outros instrumentos de capital	2 412	-	2 412
Derivados de negociação	81 146	-	81 146
<b>Outros activos financeiros de justo valor com variações em Perdas e Ganhos</b>	<b>9 412</b>	-	<b>9 412</b>
Depósitos em entidades de crédito	-	-	-
Operações do mercado monetário através de contrapartes	-	-	-
Crédito a clientes	5 405	-	5 405
Valores de representativos de dívida	4 007	-	4 007
Outros instrumentos de capital	-	-	-
<b>Activos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>3 726 215</b>	-	<b>3 726 215</b>
Valores de representativos de dívida	2 852 314	-	2 852 314
Outros instrumentos de capital	873 901	-	873 901
<b>Investimentos a crédito</b>	<b>14 109 977</b>	-	<b>14 109 977</b>
Depósitos em entidades de crédito	934 502	-	934 502
Operações do mercado monetário através de contrapartes	-	-	-
Crédito a clientes	13 050 052	(125 423)	13 175 475
Valores de representativos de dívida	-	-	-
Outros activos financeiros	125 423	125 423	-
<b>Carteira de investimento a vencimento</b>	-	-	-
<b>Acertos a activos financeiros por macrocoberturas</b>	-	-	-
<b>Derivados de cobertura</b>	<b>36 604</b>	-	<b>36 604</b>
<b>Activos não correntes em venda</b>	<b>5 345</b>	-	<b>5 345</b>
Depósitos em entidades de crédito	-	-	-
Crédito a clientes	-	-	-
Valores de representativos de dívida	-	-	-
Instrumentos de capital	-	-	-
Activos corpóreos	5 345	5345	-
Outros activos	-	-	-
<b>Participações</b>	<b>210 358</b>	-	<b>210 358</b>
Entidades Associadas	210 358	-	210 358
Entidades Multigrupo	-	-	-
<b>Contratos de seguro vinculados a pensões</b>	-	-	-
<b>Activos por resseguros</b>	<b>7 587</b>	-	<b>7 587</b>
<b>Activo corpóreo</b>	<b>537 636</b>	-	<b>537 636</b>
-	-	(429 389)	429 389
De uso próprio	410 282	-	410 282
Cedido em arrendamento operacional	11	-	11
Afecto à obra social	19 096	-	19 096
Investimentos imobiliários	108 247	-	108 247
<b>Activo incorpóreo</b>	<b>13 241</b>	-	<b>13 241</b>
Fundo de comércio	7 700	-	7 700
Outros activos incorpóreos	5 541	-	5 541
<b>Activos fiscais</b>	<b>160 674</b>	-	<b>160 674</b>
Correntes	16 514	-	16 514
Diferidos	144 160	-	144 160
<b>Periodizações</b>	<b>10 002</b>	<b>10 002</b>	-
<b>Outros activos</b>	<b>59 887</b>	<b>(10 002)</b>	<b>69 889</b>
Existências	41 289	-	41 289
Resto	18 598	(10 002)	28 600
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>19 258 944</b>	-	<b>19 258 944</b>

MODELO DE BALANÇO CONSOLIDADO DA CIRCULAR 4/2004 APRESENTADO NAS CONTAS ANUAIS DE 2007	Milhares de Euros		MODELO DE BALANÇO CONSOLIDADO DA CIRCULAR 4/2004 MODIFICADO PARA A CIRCULAR 6/2008
PASSIVO	2007	Reclassificações	2007
<b>Carteira de negociação</b>	<b>43 912</b>	-	<b>43 912</b>
-	-	-	-
Depósitos de entidades de crédito	-	-	-
Operações do mercado monetário através de contrapartes	-	-	-
Depósitos de clientes	-	-	-
Débitos representados por valores negociáveis	-	-	-
Derivados de negociação	43 912	-	43 912
Posições curtas quanto aos valores	-	-	-
-	-	-	-
<b>Outros passivos financeiros de justo valor com variações em</b>	<b>5 467</b>	-	<b>5 467</b>
<b>Perdas e Ganhos</b>	-	-	-
-	-	-	-
Depósitos de entidades de crédito	-	-	-
Depósitos de clientes	5 467	-	5 467
Depósitos representados por valores negociáveis	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-
<b>Passivos financeiros de justo valor com variações em</b>	<b>-</b>	-	-
<b>património líquido</b>	-	-	-
Depósitos de entidades de crédito	-	-	-
Depósitos de clientes	-	-	-
Débitos representados por valores negociáveis	-	-	-
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>	<b>17 266 086</b>	-	<b>17 266 086</b>
Depósitos de bancos centrais	-	-	-
Depósitos de entidades de crédito	1 185 504	-	1 185 504
Operações do mercado monetário através de contrapartes	-	-	-
Depósitos de clientes	13 307 237	-	13 307 237
Débitos representados por valores negociáveis	2 298 893	-	2 298 893
Passivos subordinados	399 362	-	399 362
Outros passivos financeiros	75 090	-	75 090
<b>Acertos a passivos financeiros por macro coberturas</b>	<b>-</b>	-	-
<b>Derivados de cobertura</b>	<b>87 863</b>	-	<b>87 863</b>
<b>Passivos associados com activos não correntes em venda</b>	<b>-</b>	-	-
<b>Passivos por contratos de seguro</b>	<b>236 688</b>	-	<b>236 688</b>
<b>Provisões</b>	<b>159 531</b>	-	<b>159 531</b>
Fundos para pensões e obrigações similares	141 572	-	141 572
Provisões para impostos	-	-	-
Provisões para riscos e compromissos contingentes	14 322	-	14 322
Outras provisões	3 637	-	3 637
<b>Passivos fiscais</b>	<b>155 430</b>	-	<b>155 430</b>
Correntes	10 830	-	10 830
Diferidos	144 600	-	144 600
<b>Periodizações</b>	<b>30 203</b>	<b>30 203</b>	-
<b>Outros passivos</b>	<b>31 619</b>	<b>31 619</b>	-
Fundo de obra social	31 104	-	31 104
Restantes	515	30 203	30 718
<b>Capital com natureza de passivo financeiro</b>	<b>-</b>	-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>18 016 799</b>	-	<b>18 016 799</b>
			<b>TOTAL DO PASSIVO</b>

MODELO DE BALANÇO CONSOLIDADO DA CIRCULAR 4/2004 APRESENTADO NAS CONTAS ANUAIS DE 2007	Milhares de Euros		MODELO DE BALANÇO CONSOLIDADO DA CIRCULAR 4/2004 MODIFICADO PARA A CIRCULAR 6/2008
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	2007	Reclassificações 2007	PATRIMÓNIO LÍQUIDO
<b>Fundos Próprios</b>	<b>1 135 119</b>	-	<b>1 135 119</b>
Capital / Fundo de dotação	-	-	Capital/ Fundo de dotação
Emitido	-	-	Registado
Pendente de pagamento não exigido (-)	-	-	Menos: Capital não exigido (-)
Prémio de emissão	-	-	Prémio de emissão
Reservas	1 005 097	-	Reservas
Reservas (perdas) acumuladas	1 000 250	-	Reservas (perdas) acumuladas
Remanescente	-	-	-
Reservas (perdas) acumuladas de entidades avaliadas pelo método da participação	4 847	-	Reservas (perdas) acumuladas de entidades avaliadas pelo método de participação
Outros instrumentos de capital	-	-	Outros instrumentos de capital
De instrumentos financeiros compostos	-	-	De instrumentos financeiros compostos
-	-	-	Quotas participativas e fundos associados
Outros	-	-	Outros instrumentos de capital
Menos: valores próprios	-	-	Menos: valores próprios
Quotas participativas e fundos associados	-	-	-
Quotas participativas	-	-	-
Fundo de reserva de quotas participativas	-	-	-
Fundo de estabilização	-	-	-
Resultado do exercício atribuído à entidade dominante	130 022	-	130 022
Menos: dividendos e retribuições	-	-	Resultado do exercício atribuído à entidade dominante
<b>Acertos por avaliação</b>	<b>106 498</b>	-	<b>106 498</b>
Activos financeiros disponíveis para venda	109 000	-	109 000
Passivos financeiros de justo valor com variações em património líquido	-	-	Activos financeiros disponíveis para venda
-	-	-	-
Coberturas dos fluxos de caixa	-	-	Cobertura dos fluxos de caixa
Coberturas de investimentos líquidos em negócios no estrangeiro	-	-	Coberturas de investimentos líquidos em negócios no estrangeiro
Diferenças de câmbio	(2 502)	-	(2 502)
Activos não correntes em venda	-	-	Diferenças de câmbio
-	-	-	Activos não correntes em venda
-	-	-	Entidades avaliadas pelo método de participação
-	-	-	Restantes acertos por avaliação
<b>Interesses minoritários</b>	<b>528</b>	-	<b>528</b>
-	-	-	<b>Interesses minoritários</b>
-	-	-	Acertos por avaliação
-	-	-	Outros
<b>TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>	<b>1 242 145</b>	-	<b>1 242 145</b>
<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>	<b>19 258 944</b>	-	<b>19 258 944</b>

Por sua vez, em seguida apresenta-se uma conciliação entre a conta consolidada de ganhos e perdas correspondente ao exercício anual terminado a 31 de Dezembro de 2007, incluída como parte integrante das contas anuais consolidadas do Grupo do referido exercício de 2007, e a conta consolidada de ganhos e perdas correspondente a esse mesmo período, elaborada de acordo com o modelo da Circular 4/2004 do Banco de Espanha, modificado pela Circular 6/2008 do Banco de Espanha que se apresenta, para efeitos comparativos, nestas contas anuais consolidadas do exercício 2008:

MODELO DE CONTA CONSOLIDADA  
DE RESULTADOS DA CIRCULAR 4/2004  
APRESENTADO NAS CONTAS ANUAIS  
DE 2007

Milhares de Euros

MODELO DE CONTA CONSOLIDADO  
DE RESULTADOS DA CIRCULAR 6/2008  
MODIFICADO PARA A CIRCULAR  
6/2008

CONTA DE RESULTADOS	2007	Reclassificações	2007	CONTA DE RESULTADOS
Juros e rendimentos assimilados	740 161	(21 461)	761 622	Juros e rendimentos assimilados
Juros e encargos assimilados	(456 823)	830	(457 653)	Juros e encargos assimilados
	-	-	-	Remuneração de capital reembolsável à ordem
Rendimentos de instrumentos de capital	25 381	25 381	-	
<b>MARGEM DE INTERMEDIAÇÃO<sup>1</sup></b>	<b>308 719</b>	<b>4 750</b>	<b>303 969</b>	<b>MARGEM DE JUROS<sup>1</sup></b>
	-	(25 381)	25 381	Rendimento de instrumentos de capital
Resultados de entidades avaliadas pelo método da participação	4 147	-	4 147	Resultados de entidades avaliadas pelo método da participação
Comissões recebidas	81 320	-	81 320	Comissões recebidas
Comissões pagas	(6 423)	-	(6 423)	Comissões pagas
Actividade de seguros	23 902	23 902	-	-
Resultados de operações financeiras (líquido)	76 249	-	76 249	Resultados de operações financeiras (líquido)
Diferenças de câmbio (líquido)	(233)	-	(233)	Diferenças de câmbio (líquido)
	-	(116 335)	116 335	Outros produtos de exploração
	-	101 170	101 170	Outros encargos de exploração
<b>MARGEM ORDINÁRIA</b>	<b>487 681</b>	<b>(11 894)</b>	<b>499 575</b>	<b>MARGEM BRUTA</b>
Vendas e rendimentos por prestação de serviços não financeiros	-	-	-	
Custos de vendas	-	-	-	
Outros produtos de exploração	11 468	11 468	-	-
Outros encargos de exploração	(3 756)	(3 756)	-	
	-	233 014	(233 014)	<b>Gastos de administração</b>
Gastos com pessoal	(151 269)	151 269	-	
Outros gastos gerais de administração	(81 745)	(81 745)	-	
Amortização	(13 667)	-	(13 667)	<b>Amortização</b>
	-	3 280	(3 280)	<b>Dotações para provisões (líquido)</b>
	-	85 044	(85 044)	<b>Perda por deterioração de activos financeiros (líquido)</b>
<b>MARGEM DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>248 712</b>	<b>84 142</b>	<b>164 570</b>	<b>RESULTADO DA ACTIVIDADE DE EXPLORAÇÃO</b>
Dotações para provisões (líquido)	(3 280)	(3 280)	-	-
Perdas por deterioração de activos (líquido)	(93 317)	(85 044)	(8 273)	Perdas por deterioração dos restantes activos (líquido)
Rendimentos financeiros de actividades não financeiras	-	-	-	-
Gastos financeiros de actividades não financeiras	-	-	-	-
Outros ganhos	24 716	24 716	-	-
Outras perdas	(6 931)	(6 931)	-	-
-	-	(13 603)	13 603	Ganhos/(perdas) na redução de activos não classificados como não correntes em venda
-	-	-	-	Ganhos/(perdas) de activos não correntes em venda não classificados como operações interrompidas
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>169 900</b>	-	<b>169 900</b>	<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTOS</b>
Imposto sobre lucros	(39 890)	-	(39 890)	Imposto sobre lucros
Dotação obrigatória para obras e fundos sociais	-	-	-	Dotação obrigatória para obras e fundos sociais
<b>RESULTADO DA ACTIVIDADE COMUM</b>	<b>130 091</b>	-	<b>130 091</b>	<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO PROCEDENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>
Resultado de operações interrompidas (líquido)	-	-	-	Resultado de operações interrompidas (líquido)
<b>RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>130 091</b>	-	<b>130 091</b>	<b>RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO</b>
Resultado atribuído à minoria	(69)	-	69	Resultado atribuído à minoria
<b>RESULTADO ATRIBUÍDO AO GRUPO</b>	<b>130 022</b>	-	<b>130 022</b>	<b>RESULTADO ATRIBUÍDO AO GRUPO</b>

As principais diferenças existentes entre os modelos de demonstrações financeiras da Circular 4/2004 do Banco de Espanha, modificados pela Circular 6/2008 do Banco de Espanha, com base nos quais estas contas anuais consolidadas foram elaboradas e os aplicados na elaboração das contas anuais consolidadas do Grupo, para o exercício de 2007 são os seguintes:

<sup>1</sup>O modelo consolidado da conta de resultados foi alterado, em Espanha, pela Circular supra-citada. A margem de intermediação deixou de existir e foi introduzida a margem de interesses. Em Portugal, não temos uma tradução imediata para a nova margem espanhola, pelo que a denominaremos "margem de juros".

i. Balanço consolidado: relativamente ao modelo de balanço consolidado que integra as contas anuais consolidadas a 31 de Dezembro de 2007, o modelo de balanço que se apresenta nestas contas anuais consolidadas:

- Inclui, no activo, a rubrica "Activo corpóreo - Imobilizado corpóreo" que agrupa as rubricas "Activo corpóreo - De uso próprio", "Activo corpóreo - Outros activos cedidos em arrendamento operacional" e "Activo corpóreo - Afecto à obra social" incluídas no activo do balanço consolidado apresentado nas contas anuais consolidadas do exercício 2007.
- Inclui, no activo, a rubrica "Restantes activos -outros" que agrupa as directrizes "Periodizações" e "Outros activos" do activo do balanço consolidado incluído nas contas anuais consolidadas do Grupo correspondentes ao exercício de 2007, excepto as existências, que se apresentam na epígrafe "Restantes activos - Existências".
- Elimina-se a discriminação que existia nas diversas categorias de activos financeiros das "Operações do mercado monetário através de contrapartes". Este tipo de operações passa a fazer parte da rubrica de "Crédito a clientes" de cada uma das diferentes categorias de activos financeiros incluídas no activo do balanço consolidado.
- No capítulo "Investimentos a crédito" do activo do balanço consolidado, elimina-se a rubrica "Outros activos financeiros"; as diferentes rubricas que a formavam passam a ser integradas nas directrizes de "Depósitos de entidades de crédito" e "Crédito a clientes" deste mesmo capítulo do activo do balanço consolidado, atendendo ao sector institucional a que cada uma delas pertença.
- No activo do balanço consolidado, elimina-se a discriminação por natureza dos activos que fazem parte da rubrica "Activos não correntes em venda".
- Elimina os capítulos do passivo "Passivos financeiros de justo valor com variações no património líquido" (não apresentava saldo algum no balanço incluído nas contas anuais consolidadas do Grupo, a 31 de Dezembro de 2007); nem "Capital com natureza de passivo financeiro" cujo saldo passou a ser integrado no capítulo "Passivos financeiros ao custo amortizado" do passivo do balanço consolidado.
- Apresenta no passivo do balanço consolidado, a directriz "Fundo da obra social" separadamente. No balanço consolidado incluído nas contas anuais consolidadas a 31 de Dezembro de 2007, esta rubrica fazia parte do saldo do capítulo do passivo "Outros passivos".
- Inclui, no passivo, a directriz "Restantes passivos", que agrupa as rubricas do passivo do balanço consolidado, incluído nas contas anuais a 31 de Dezembro de 2007, "Periodizações" e "Outros passivos" (excepto na parte correspondente ao saldo do fundo da obra social antes indicado).

- Elimina-se, das diferentes categorias de passivos financeiros do balanço consolidado, a rubrica "Operações do mercado monetário através de contrapartes". Este tipo de operações passam a ser apresentadas na rubrica "Depósitos de clientes" de cada categoria de passivos financeiros incluída no balanço consolidado.
- São adicionadas novas rubricas, nas quais se discriminam determinados tipos de passivos financeiros incluídos nas diferentes categorias apresentadas no passivo do balanço consolidado: "Outros passivos financeiros", "Depósitos de bancos centrais", "Passivos subordinados".
- Para instrumentos financeiros híbridos nos quais o derivado implícito seja separado para efeitos de avaliação do contrato principal, o derivado implícito será incluído na respectiva rubrica de derivados do activo ou passivo conforme o seu saldo, enquanto o custo do contrato principal será incluído na rubrica que lhe corresponda, conforme a sua categoria e tipo de instrumento. Estes derivados implícitos registavam-se anteriormente como um acerto de valor ao contrato principal na mesma epígrafe em que se registava o referido contrato.
- A directriz "Provisões - Provisões para impostos" passa a chamar-se "Provisões - Provisões para impostos e outras contingências legais", para que se incluam na mesma, além das contingências de natureza fiscal, as de natureza legal, que se incluíam no modelo anterior como fazendo parte da directriz "Provisões - Outras provisões".
- Elimina-se o capítulo "Quotas participativas e fundos associados" dos fundos próprios consolidados, passando o seu saldo a ser registado como uma epígrafe dentro do capítulo dos fundos próprios consolidados "Outros instrumentos de capital".
- Elimina-se a directriz dos acertos por avaliação do património líquido consolidado, "Passivos financeiros de justo valor com variações no património líquido", passando o saldo dos mesmos a ser integrado na nova directriz "Restantes acertos por avaliação"; cria-se também uma nova rubrica incluída entre os acertos por avaliação do património líquido consolidado denominada "Entidades avaliadas pelo método da participação" na qual se registam diferenciadamente os acertos por avaliação que surgem pela aplicação do método da participação na avaliação de empresas associadas e multigrupo às quais se aplica o referido método, independentemente da natureza dos referidos acertos.
- Elimina-se a directriz "Remanescente" que fazia parte do capítulo de "Reservas" dos fundos próprios consolidados. O seu valor passa a incluir-se dentro da rubrica "Reservas - Reservas (perdas) acumuladas" desse mesmo capítulo.
- Por último, há que assinalar que se modificou a denominação de determinadas rubricas do património líquido consolidado, sem mudanças substanciais nos conceitos nelas registados (por exemplo, "Resultado atribuído ao Grupo" para "Resultado do exercício atribuído à entidade dominante").

- ii. Conta consolidada de ganhos e perdas: relativamente ao modelo de conta consolidada de ganhos e perdas, integrado nas contas anuais consolidadas a 31 de Dezembro de 2007, o modelo de conta consolidada de ganhos e perdas que se apresenta nestas contas anuais consolidadas:

Não contempla a existência da "Margem de intermediação", introduzindo uma nova margem denominada "Margem de juros", formada pela diferença entre os rendimentos na rubrica "Juros e rendimentos assimilados" e os gastos na rubrica "Juros e encargos assimilados".

Os resultados correspondentes à actividade de seguros do Grupo deixam de ser apresentados de forma agrupada, passando a ser registados, em função da sua natureza, nas diferentes epígrafes da conta consolidada de ganhos e perdas, com o efeito consequente em cada uma das margens e rubricas da mesma.

Em particular, os rendimentos de contratos de seguros e resseguros em conceito de prémios cobrados e dos rendimentos de resseguros cobrados apresentam-se incluídos na rubrica "Rendimentos de contratos de seguros e resseguros emitidos" do capítulo "Outros produtos de exploração" da conta consolidada de ganhos e perdas; e o montante das prestações pagas e restantes gastos directamente relacionados com os contratos de seguros, os prémios pagos a terceiros por resseguros e as dotações líquidas realizadas para a cobertura dos riscos dos contratos de seguros adquiridos pela actividade de seguros, incluem-se na rubrica "Gastos de contratos de seguros e resseguros" do capítulo "Outros encargos de exploração" da conta consolidada de ganhos e perdas apresentada nestas contas anuais consolidadas.

- Os resultados das operações financeiras correspondentes a instrumentos financeiros avaliados a custo, ao custo amortizado ou disponíveis para venda, diferentes dos acertos de coberturas de justo valor realizados sobre os mesmos, passam a ser registados na rubrica "Instrumentos financeiros não avaliados, de justo valor com variações em perdas e ganhos" do capítulo "Resultado de operações financeiras (líquido)" da conta consolidada de ganhos e perdas.

Apresenta uma nova margem denominada "Margem bruta" e elimina-se a "Margem ordinária". Esta nova "Margem bruta" é similar à anterior "Margem ordinária", excepto, basicamente, no facto de incluir na mesma, tanto os outros rendimentos como os outros encargos de exploração, que não faziam parte da margem ordinária, assim como pelo facto de incluir os juros e encargos financeiros da actividade não financeira, de acordo com sua natureza.

- Elimina as rubricas "Vendas e rendimentos por prestação de serviços não financeiros" e "Custo de vendas" da conta consolidada de ganhos e perdas, que passam a ser registadas, basicamente, nas rubricas "Outros produtos de exploração - Vendas e rendimentos por prestação de serviços não financeiros" e "Outros encargos de exploração -Variação de existências", respectivamente, da conta consolidada de ganhos e perdas.

Os "Gastos com o pessoal" e os "Outros gastos gerais de administração" passam a apresentar-se agrupados na rubrica "Gastos de administração".

O saldo da rubrica "Perdas por deterioração de activos (líquido)" passa a apresentar-se em duas rubricas: "Perdas por deterioração de activos financeiros (líquido)", que inclui as perdas por deterioração, líquidas, dos activos financeiros diferentes das dos instrumentos de capital classificados como participações; e as "Perdas por deterioração dos restantes activos (líquido)" que inclui o valor das perdas por deterioração líquidas, dos instrumentos de capital classificados como "participações" e dos restantes activos não financeiros.

Elimina as rubricas "Rendimentos financeiros de actividades não financeiras" e "Gastos financeiros de actividades não financeiras" que passam a ser registados, basicamente, fazendo parte dos capítulos "Juros e rendimentos assimilados" e "Juros e encargos assimilados" da conta consolidada de ganhos e perdas, respectivamente.

Elimina a "Margem de exploração" e cria o "Resultado da actividade de exploração". As duas margens diferenciam-se, basicamente, por a segunda incluir, ao contrário da primeira, os rendimentos e gastos financeiros da actividade não financeira do Grupo, a dotação líquida para as perdas por deterioração dos instrumentos financeiros e a dotação líquida para as provisões.

Não contempla a existência das rubricas "Outros ganhos" e "Outras perdas".

Incluem-se, no entanto, três novos capítulos: "Ganhos/(Perdas) na redução de activos não classificados como não correntes em venda"; "Diferença negativa em combinações de negócios", e; "Ganhos/(Perdas) de activos não correntes em venda não classificados como operações interrompidas" que agregam, basicamente, rubricas que faziam parte das duas rubricas eliminadas indicadas anteriormente.

O capítulo "Ganhos/(Perdas) de activos não correntes em venda não classificados como operações interrompidas" agrega, entre outros conceitos, as perdas por deterioração líquidas destes activos, para as quais o regulamento em vigor não estabeleça que devem ser registados noutra epígrafe, e os resultados pela venda de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, que sejam investimentos estratégicos, ainda que não tivessem sido classificados em nenhum balanço consolidado anterior como activos não correntes em venda.

Os restantes resultados que se registavam nas duas rubricas eliminadas, e que não estão incluídos nas três rubricas novas, classificaram-se na conta consolidada de ganhos e perdas, atendendo à sua natureza.

iii. Demonstração consolidada de rendimentos e gastos reconhecidos e demonstração total de variações no património líquido consolidado: a "Demonstração consolidada de variações no património líquido " e a apresentação detalhada de variações no património líquido consolidado discriminado em notas nas contas anuais consolidadas do Grupo, a 31 de Dezembro de 2007, são substituídas, respectivamente, pelo modelo de demonstração consolidada de rendimentos e gastos reconhecidos e pela demonstração total de variações no património líquido consolidado que se incluem nestas contas do exercício de 2008 e apresentam, basicamente, as seguintes diferenças significativas, em relação aos anteriores:

- Tanto a demonstração total das variações no património líquido, como a demonstração dos rendimentos e gastos reconhecidos, consolidadas, que se apresentam nestas contas anuais consolidadas do exercício de 2008 devem entender-se como as duas partes da demonstração de variações no património líquido consolidado, que substituem as demonstração apresentadas nas contas anuais do exercício de 2007, anteriormente indicadas. A demonstração de rendimentos e gastos reconhecidos não inclui a rubrica "Outros passivos financeiros de justo valor", sendo o seu saldo representado no capítulo "Restantes rendimentos e gastos reconhecidos".
- São incluídas, na demonstração de rendimentos e gastos reconhecidos, as rubricas "Ganhos/(Perdas) actuariais em planos de pensões" para o registo das variações no património líquido com origem na contabilização dos referidos ganhos e perdas actuariais, se aplicável, em relação às reservas; "Entidades avaliadas pelo método da participação" que inclui as variações produzidas nos acertos por avaliação do património líquido consolidado com origem na aplicação do método da participação a empresas associadas e multigrupo; e "Restantes rendimentos e gastos reconhecidos" para o registo das rubricas contabilizadas como um acerto por avaliação no património líquido consolidado não incluídas em nenhuma das rubricas específicas da demonstração.
- Na demonstração de rendimentos e gastos reconhecidos inclui-se a rubrica "Imposto sobre lucros" para agregar o efeito fiscal das rubricas registadas directamente em relação ao património líquido consolidado, excepto a rubrica "Entidades avaliadas pelo método da participação", que se apresenta líquida do correspondente efeito fiscal, de forma que as rubricas de cada epígrafe registadas contra acertos por avaliação do património líquido consolidado são apresentadas em termos brutos.
- No modelo de demonstração consolidada de variações no património líquido incluído nas contas anuais consolidadas do exercício de 2007, cada uma das rubricas registadas como acertos por avaliação, apresentavam-se líquidas do seu correspondente efeito fiscal.
- Na demonstração consolidada de rendimentos e gastos reconhecidos, deixa de se apresentar o efeito no património líquido correspondente a variações de critérios contabilísticos ou a erros com origem em exercícios anteriores.

iv. Demonstração consolidada de fluxos de caixa: No modelo incluído nestas contas anuais consolidadas faz-se, no final da demonstração, uma apresentação detalhada das rubricas integrantes da caixa e dos seus equivalentes, que não se incluía na demonstração consolidada dos fluxos de caixa que foi apresentada nas contas anuais consolidadas do Grupo a 31 de Dezembro de 2007. Da mesma forma, eliminam-se determinadas discriminações de determinadas rubricas de activos e passivos de exploração, de acertos ao resultado e de fluxos de caixa das actividades de financiamento; modifica-se a redacção e a discriminação de determinadas rubricas que formam os fluxos de caixa das actividades de investimento.

### 3 PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO APLICADOS

Os princípios e critérios de avaliação mais importantes, aplicados na elaboração das contas anuais consolidadas, foram os seguintes:

a) Princípio de empresa em funcionamento

A informação contida nestas contas anuais consolidadas foi elaborada, considerando que a gestão do Grupo continuará no futuro, pelo que as normas contabilísticas não se aplicaram com o objectivo de determinar o valor do património líquido para efeitos da sua transmissão global ou parcial nem para uma hipotética liquidação.

b) Princípio de aquisição

Estas contas anuais consolidadas, excepto no que se relaciona com a demonstração de fluxos de caixa, foram elaboradas em função da corrente real de bens e serviços, independentemente da data do seu pagamento ou da sua cobrança.

c) Compensação de saldos

Apenas se compensam entre si e, conseqüentemente, se apresentam no balanço consolidado pelo seu valor líquido, os saldos devedores e credores com origem em transacções que, contratualmente ou por imperativo de uma norma legal, contemplam a possibilidade de compensação, e se tem a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou de realizar o activo e proceder ao pagamento do passivo, simultaneamente.

d) Operações em moeda estrangeira

Para os efeitos destas contas anuais consolidadas, considerou-se como moeda funcional e de apresentação o euro, entendendo-se por moeda estrangeira qualquer moeda diferente do euro.

Na análise inicial, os saldos devedores e credores em moeda estrangeira foram convertidos em euros, utilizando a taxa de câmbio à vista. Depois disso, aplicam-se as seguintes regras para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira para euros:

- Os activos e passivos de carácter monetário convertem-se em euros, utilizando as taxas de câmbio médias à vista oficiais publicadas pelo Banco Central Europeu à data de fecho de cada exercício.

As rubricas não monetárias avaliadas ao custo histórico convertem-se à taxa de câmbio da data de aquisição.

- Os rendimentos e gastos convertem-se, aplicando a taxa de câmbio da data da operação.
- As amortizações convertem-se, aplicando a taxa de câmbio aplicada ao respectivo activo.

As diferenças de câmbio ocorridas pela conversão de saldos em moeda estrangeira são registadas na conta consolidada de ganhos e perdas. A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Grupo não tinha rubricas não monetárias em moeda estrangeira avaliadas pelo seu justo valor.

No fecho do exercício de 2008, o montante global no Grupo dos elementos do activo expressos em moeda estrangeira ascende a 98 286 milhares de euros (2007: 117 769 milhares de euros) e o montante global dos elementos do passivo expressos em moeda estrangeira é de 75 578 milhares de euros (2007: 43 944 milhares de euros).

#### e) Reconhecimento de rendimentos e gastos

Como critério geral, os rendimentos são reconhecidos pelo justo valor da contraprestação recebida ou que se vai receber, menos os descontos, bonificações ou promoções comerciais. Quando a entrada de caixa é diferida no tempo, o justo valor é determinado através do desconto dos fluxos de caixa futuros.

O reconhecimento de qualquer rendimento na conta de ganhos e perdas ou no património líquido estará sujeito ao cumprimento das seguintes premissas:

- Se o seu montante puder ser estimado de modo fiável.
- Se for provável que o Grupo receba os benefícios económicos.
- Se a informação for verificável.

Quando surgem dúvidas em relação à cobrança de um montante previamente reconhecido entre os rendimentos, a quantia cuja capacidade de cobrança deixou de ser provável é registada como um gasto e não como um rendimento menor.

Todos os instrumentos de dívida que se encontram classificados individualmente pelo Grupo como estando deteriorados, assim como aqueles para os quais se tivessem calculado colectivamente as perdas por deterioração por terem montantes vencidos com uma antiguidade superior a três meses, têm o ganho de juros interrompido.

Os juros e dividendos são contabilizados na conta de ganhos e perdas, com base nos seguintes critérios:

- Os juros utilizam o método da taxa de juro efectiva para o seu reconhecimento na conta de ganhos e perdas.
- Os dividendos são reconhecidos quando se declara o direito do accionista de receber a cobrança.

Apesar do anterior, os juros e dividendos adquiridos anteriormente à data de aquisição do instrumento e pendentes de cobrança não fazem parte do custo de aquisição nem são reconhecidos como rendimentos.

#### f) Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que origina um activo financeiro numa entidade e, simultaneamente, um passivo financeiro ou instrumento de capital noutra entidade.

Os instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, assim como os seus componentes, são classificados como passivos financeiros, na data do seu reconhecimento inicial, de acordo com seu fundo económico quando este não coincide com a sua forma jurídica.

As remunerações, as alterações de valores contabilísticos, assim como os resultados associados à recompra ou novo financiamento dos passivos financeiros são registados na conta de ganhos e perdas como um gasto financeiro. Da mesma forma, os custos de emissão dos passivos financeiros são registados na conta de ganhos e perdas, aplicando o método da taxa de juro efectiva.

O Grupo emite instrumentos financeiros híbridos, que incluem um contrato principal diferente de um derivado e um contrato financeiro derivado, denominado derivado implícito. Estes derivados implícitos são separados dos referidos contratos principais, e são tratados de maneira independente para efeitos contabilísticos, se as características e riscos económicos do derivado implícito não estiverem estreitamente relacionadas com as do contrato principal que não é um derivado, se um instrumento diferente com as mesmas condições que as do derivado implícito cumprir a definição de derivado e se o contrato híbrido não for avaliado pelo seu justo valor com variações em perdas e ganhos.

O valor inicial dos derivados implícitos que são separados do contrato principal e que são opções obtém-se com base nas suas próprias características, e os que não são opções têm um valor inicial nulo. Quando o Grupo não tem capacidade para estimar com fiabilidade o justo valor de um derivado implícito, estima o seu valor através da diferença entre o justo valor do contrato híbrido e o do contrato principal, sempre que ambos os valores possam ser considerados fiáveis; se isso também não for possível, o Grupo não separa o contrato híbrido e trata, para efeitos contabilísticos, o instrumento financeiro híbrido no seu conjunto como estando incluído na carteira de "Activos financeiros de justo valor, com variações em perdas e ganhos". O contrato principal que não é um derivado é tratado, para efeitos contabilísticos, de maneira independente.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos no balanço, exclusivamente, quando o Grupo se converte numa parte do contrato, de acordo com as especificações deste. O Grupo reconhece os instrumentos de dívida, tais como os créditos e depósitos de numerário, desde a data na qual surge o direito legal de receber, ou a obrigação legal de pagar, caixa, e os derivados financeiros desde a data de contratação. Adicionalmente, as operações realizadas

no mercado de câmbios serão registadas na data de liquidação, e os activos financeiros negociados nos mercados secundários de valores espanhóis, se forem instrumentos de capital, serão reconhecidos na data de contratação e, se se tratar de valores representativos de dívida, na data de liquidação.

Os activos e passivos financeiros com os quais o Grupo lida habitualmente são:

- Financiamentos outorgados e recebidos de outras entidades de crédito e clientes, independentemente da sua forma jurídica .
- Valores, tanto representativos de dívida (obrigações, certificados de dívida, notas promissórias, etc.) como instrumentos de capital (acções).
- Derivados; contratos cujo resultado está relacionado com a evolução do valor de um activo subjacente (taxa de juro, taxa de câmbio ou uma referência similar), com um desembolso inicial não significativo ou nulo e que se liquidam numa data futura.  
Para além de proporcionarem um resultado, (perda ou ganho) permitem, se se cumprirem determinadas condições, eliminar a totalidade ou uma parte dos riscos financeiros associados aos saldos e transacções do Grupo.

#### f.1) Activos financeiros

São activos financeiros, entre outros, o saldo em numerário em caixa, os depósitos nos bancos centrais e em entidades de crédito, as operações do mercado monetário através de contrapartes, o crédito a clientes, os valores representativos de dívida, os instrumentos de capital adquiridos, excepto os correspondentes a empresas dependentes, multigrupo ou associadas, e os derivados de negociação e de cobertura.

O Grupo classifica os seus activos financeiros nas seguintes carteiras, para efeitos de avaliação:

- "Activos financeiros de justo valor com variações em perdas e ganhos". Esta carteira de activos financeiros é subdividida, por sua vez, em duas:
  - Carteira de negociação: são activos financeiros originados ou adquiridos com o objectivo de serem realizados a curto prazo, ou que fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente para a qual há provas de actuações recentes para obter ganhos a curto prazo. Da mesma maneira, também fazem parte desta carteira os instrumentos derivados não designados como instrumentos de cobertura contabilística.
  - Outros activos financeiros de justo valor com variações em perdas e ganhos: são activos financeiros híbridos que, não fazendo parte da carteira de negociação, têm de ser avaliados integralmente pelo seu justo valor. Da mesma forma, fazem parte desta carteira os activos financeiros que, não fazendo parte da carteira de negociação, são geridos conjuntamente com derivados financeiros que tenham como objectivo e efeito reduzir significativamente a sua exposição a variações no seu justo valor, ou que são geridos conjuntamente com passivos financeiros e derivados, com o objectivo de reduzir significativamente a exposição global ao risco de taxa de juro.
- "Investimentos a vencimento": nesta categoria incluem-se os valores representativos de dívida com vencimento fixo e fluxos de caixa de montante determinado ou determinável que o Grupo tem, desde o início e em qualquer data posterior, tanto

a intenção positiva, como a capacidade financeira demonstrada, de conservar até ao seu vencimento.

- "Investimentos a crédito": incluem os activos financeiros que, não se negociando num mercado activo, nem sendo obrigatório avaliá-los pelo seu justo valor, os seus fluxos de caixa são de montante determinado ou determinável e neles se estima recuperar todo o desembolso realizado pelo Grupo, excluindo as razões imputáveis à solvência do devedor. Nesta categoria são agregados tanto o investimento procedente da actividade típica de crédito, tal como os montantes de caixa dispostos e pendentes de amortização pelos clientes, em conceito de empréstimo ou os depósitos emprestados a outras entidades, qualquer que seja a sua instrumentação jurídica, e os valores representativos de dívida não cotados, como as dívidas contraídas pelos compradores de bens, ou utilizadores de serviços, que constitua parte do negócio do Grupo.
- "Activos financeiros disponíveis para venda": esta carteira inclui valores representativos de dívida não qualificados como investimento a vencimento ou de justo valor com variações em perdas e ganhos, e os instrumentos de capital de entidades que não sejam dependentes, associadas ou multigrupo do Grupo e que não se tenham incluído na categoria de justo valor com variações em perdas e ganhos.

No reconhecimento inicial no balanço, os activos financeiros são registados pelo seu justo valor. O justo valor é a quantia pela qual um activo poderia ser entregue, ou um passivo liquidado, entre as partes interessadas devidamente informadas, numa transacção realizada em condições de independência mútua.

Depois do seu reconhecimento inicial, o Grupo avalia todos os activos financeiros, incluindo os derivados que sejam activos, pelo seu justo valor, sem deduzir nenhum custo de transacção em que se pudesse incorrer através da sua venda, ou qualquer outra forma de transmissão, com as seguintes excepções:

- Os activos financeiros incluídos nas categorias de "Investimentos a crédito", e "Investimentos a vencimento", que são avaliados pelo seu custo amortizado. O custo amortizado é o montante com o qual foi inicialmente avaliado o instrumento financeiro, menos os reembolsos do principal, mais ou menos, conforme o caso, a parte imputada na conta de ganhos e perdas, através da utilização do método da taxa de juro efectiva, da diferença entre o montante inicial e o valor de reembolso no vencimento e menos qualquer redução de valor por deterioração reconhecida directamente como uma diminuição do valor do activo ou através de uma conta de correcção do seu valor.
- Os activos financeiros que são instrumentos de capital cujo justo valor não pode ser estimado de maneira fiável, assim como os derivados que têm esses instrumentos como activo subjacente e se liquidam entregando os mesmos, que são avaliados ao custo.

Os activos financeiros que foram designados como rubricas cobertas, ou como instrumento de cobertura, são avaliados conforme o estabelecido na Nota 3.i) deste relatório.

O justo valor de um instrumento financeiro é o preço que se pagaria por ele num mercado organizado, transparente e profundo ("preço de cotação" ou "preço de mercado"). Quando um determinado instrumento financeiro carece de preço de mercado, recorre-se, para estimar o seu justo valor, ao estabelecido em transacções recentes de instrumentos análogos e, à falta delas, a modelos de avaliação suficientemente contrastados pela comunidade financeira

internacional; tendo-se em consideração as particularidades específicas do instrumento a valorizar e, muito especialmente, os diferentes tipos de riscos que o instrumento tem associados.

O justo valor dos derivados financeiros padrão incluídos nas carteiras de negociação é assimilado à sua cotação diária e se, por razões excepcionais, não se puder estabelecer a sua cotação numa dada data, para os valorizar, recorre-se a métodos similares aos utilizados para avaliar os derivados OTC. O justo valor dos derivados OTC é assimilado à soma dos fluxos de caixa futuros com origem no instrumento, descontados à data da avaliação ("valor actual" ou "fecho teórico"); sendo utilizados no processo de avaliação, métodos reconhecidos pelos mercados financeiros: "valor actual líquido" (VAL), modelos de determinação de preços de opções, etc.

A taxa de juro efectiva é a taxa de actualização que iguala exactamente o valor inicial de um instrumento financeiro à totalidade dos seus fluxos de caixa, estimados por todos os conceitos ao longo da sua vida remanescente. Para os instrumentos financeiros com taxa de juro fixa, a taxa de juro efectiva coincide com a taxa de juro contratual estabelecida no momento da sua aquisição mais, se aplicável, as comissões que, pela sua natureza, sejam assimiláveis a uma taxa de juro. Nos instrumentos financeiros com taxas de juro variável, a taxa de juro efectiva coincide com a taxa de rendimento vigente por todos os conceitos, até à primeira revisão da taxa de juro de referência que venha a ter lugar.

Dá-se baixa dos activos financeiros no balanço consolidado do Grupo quando expiraram os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa ou quando se transferem, sempre que na referida transferência sejam transmitidos substancialmente os seus riscos e benefícios ou, mesmo que não exista transmissão nem retenção substancial dos mesmos, se transmita o controlo do activo financeiro. Neste último caso, quando não se transmite o controlo do activo, estes continuarão a ser reconhecidos pelo seu compromisso contínuo, ou seja, por um valor igual à exposição do Grupo às variações do valor do activo financeiro transferido.

O valor contabilístico dos activos financeiros é corrigido pelo Grupo com débito na conta de ganhos e perdas, quando existe uma prova objectiva de que ocorreu uma perda por deterioração (ver Nota 3.h).

#### f.2) Passivos financeiros

São passivos financeiros, entre outros, os depósitos dos bancos centrais e de entidades de crédito, as operações do mercado monetário através de contrapartes, os depósitos de clientes, os débitos representados por valores negociáveis, derivados de negociação e de cobertura, os passivos subordinados e as posições curtas quanto aos valores.

Os passivos financeiros são classificados para efeitos da sua avaliação numa das seguintes categorias:

- "Passivos financeiros de justo valor com variações em perdas e ganhos". Esta carteira de passivos financeiros subdivide-se, por sua vez, em duas:
  - Carteira de negociação: são passivos financeiros emitidos com a intenção de serem readquiridos num futuro próximo. Fazem parte desta carteira as posições curtas de valores, os passivos financeiros que fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e geridos conjuntamente, para a qual existem provas de acções recentes para obter ganhos a curto prazo e os instrumentos derivados, sempre que não sejam instrumentos de cobertura.

- Outros passivos financeiros de justo valor com variações em perdas e ganhos: Passivos financeiros híbridos que, não fazendo parte da carteira de negociação, são obrigatoriamente avaliados integralmente pelo seu justo valor, incluindo os seguros de vida ligados a fundos de investimento, quando os activos financeiros a que se encontram ligados também são avaliados ao seu justo valor, com variações em perdas e ganhos.
- "Passivos financeiros de justo valor com variações no património líquido": nesta categoria incluem-se os passivos financeiros associados aos "Activos financeiros disponíveis para venda" originados como consequência de transferências de activos que tenham de ser avaliados pelo seu justo valor com variações no "Património líquido".
- "Passivos financeiros ao custo amortizado": nesta categoria incluem-se os passivos financeiros não incluídos em nenhuma das categorias anteriores.

No reconhecimento inicial no balanço, os passivos financeiros são registados pelo seu justo valor. Depois do reconhecimento inicial, todos os passivos financeiros são avaliados pelo seu custo amortizado, excepto:

- Os incluídos na categoria "Passivos financeiros de justo valor com variações em perdas e ganhos", que serão avaliados pelo seu justo valor, excepto os derivados que tenham como activo subjacente instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser estimado de maneira fiável, que serão avaliados ao custo.
- Os passivos financeiros que surgiram nas transferências de activos que não cumpram as condições para a redução do activo do balanço da entidade cedente, já que a entidade cedente mantém o controlo do activo financeiro, sobre o qual não se transfere nem retém substancialmente os riscos e benefícios.
- Os passivos financeiros designados como rubricas cobertas, ou como instrumentos de cobertura contabilística que seguem os critérios e regras estabelecidos no parágrafo i) desta mesma Nota.

Dá-se baixa dos passivos financeiros do balanço consolidado do Grupo quando estes se tiverem extinguido ou adquirido. A diferença entre o valor contabilístico dos passivos financeiros extintos e a contraprestação entregue é imediatamente reconhecida na conta de ganhos e perdas.

### f.3) Ganhos e perdas dos instrumentos financeiros

Os ganhos e perdas dos instrumentos financeiros são registados, dependendo da carteira em que se encontrem classificados, seguindo os seguintes critérios:

- Para os instrumentos financeiros incluídos na categoria de justo valor com variações em perdas e ganhos, as variações de justo valor registam-se directamente na conta de ganhos e perdas, distinguindo, para os instrumentos que não sejam derivados, entre a parte atribuível aos rendimentos adquiridos do instrumento, que se regista como juros ou como dividendos, consoante a sua natureza, e o resto, que se regista como resultados de operações financeiras. Os juros dos instrumentos financeiros classificados dentro desta categoria são calculados aplicando o método da taxa de juro efectiva.

- Para os instrumentos financeiros avaliados a custo amortizado, as variações do seu justo valor são reconhecidas quando o instrumento financeiro causa redução do balanço consolidado e, no caso dos activos financeiros, quando ocorre a sua deterioração. Os juros dos instrumentos financeiros classificados nesta categoria são calculados aplicando o método da taxa de juro efectiva.
- Para os activos financeiros disponíveis para venda aplicam-se os seguintes critérios: (i) Os juros adquiridos calculam-se de acordo com o método do juro efectivo, e, se for o caso, os dividendos adquiridos são reconhecidos na conta de ganhos e perdas, (ii) As perdas por deterioração são registadas de acordo com o descrito nesta mesma Nota, (iii) As variações de câmbio são reconhecidas na conta consolidada de ganhos e perdas quando se trata de activos financeiros monetários e, transitoriamente, no património líquido, como "Acertos por avaliação", quando se tratar de activos financeiros não monetários até que se dá baixa das mesmas no balanço consolidado, altura em que estas diferenças são introduzidas na conta consolidada de ganhos e perdas, (iv) As restantes variações de valor reconhecem-se directamente no património líquido consolidado do Grupo até ocorrer a baixa no balanço consolidado do activo financeiro.

#### g) Garantias financeiras

Consideram-se garantias financeiras os contratos pelos quais o Grupo se obriga a pagar quantias específicas por um terceiro, caso este não o faça. Os principais contratos reunidos nesta epígrafe, que são incluídos na informação "Pró memória" no final do balanço consolidado, são avais (tanto financeiros como técnicos), garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pelo Grupo, contratos de seguro, bem como os derivados de crédito nos quais o Grupo age como fiador.

Quando o Grupo emite este tipo de contratos, estes são reconhecidos na epígrafe de "Periodizações" do passivo do balanço consolidado pelo seu justo valor e simultaneamente na rubrica "Outros activos financeiros" de "Investimentos a crédito" pelo valor actual dos fluxos de caixa futuros, penderes de recepção, utilizando, para ambas as rubricas, um tipo de desconto similar ao dos activos financeiros concedidos pelo Grupo à contraparte com prazo e risco similares. Após a emissão, este tipo de contratos são avaliados, registando as diferenças em relação à conta de ganhos e perdas como rendimento financeiro ou como comissão recebida em função de se tratar da conta de "Outros activos financeiros" ou de "Periodizações" de passivo, respectivamente.

Adicionalmente ao mencionado no parágrafo anterior, as garantias financeiras serão cobertas tal como estabelecido na Nota 3.h) em relação à cobertura do risco de crédito.

#### h) Deterioração do valor dos activos financeiros

O valor contabilístico dos activos financeiros é corrigido pelo Grupo, com débito na conta de ganhos e perdas, quando existe uma prova objectiva de que ocorreu uma redução por deterioração.

#### • Instrumentos de dívida

Existe uma prova objectiva de deterioração nos instrumentos de dívida, entendidos como os créditos e valores representativos de dívida, quando, depois do seu reconhecimento inicial, ocorre um evento que pressupõe um impacto negativo nos seus fluxos de caixa futuros.

A prova objectiva de deterioração determina-se individualmente para os instrumentos de dívida significativos e individual e colectivamente para os grupos de instrumentos que não sejam individualmente significativos.

No caso de instrumentos de dívida avaliados pelo seu custo amortizado, o montante das perdas por deterioração é igual à diferença entre o seu valor contabilístico e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, mesmo que o Grupo considere, para os instrumentos cotados como substituto do valor actual dos fluxos de caixa, o valor de mercado dos mesmos, sempre que este seja suficientemente fiável. O montante das perdas estimadas por deterioração é reconhecido na conta de ganhos e perdas, utilizando como contrapartida uma rubrica compensadora para corrigir o valor dos activos. Quando a recuperação da perda é considerada difícil, dá-se baixa deste montante do activo.

O valor actual dos fluxos futuros previstos é calculado, descontando à taxa de juro efectiva da operação (se a operação foi contratada à taxa fixa) ou à taxa de juro efectiva da operação na data da actualização (se a operação foi contratada à taxa variável). Os fluxos futuros previstos são determinados tendo em conta as garantias, tipos de risco e circunstâncias nas quais se prevê que ocorram as cobranças.

No caso de "Activos financeiros disponíveis para venda", o custo das perdas por deterioração é igual à diferença positiva entre o seu custo de aquisição, líquido de qualquer amortização do principal, e o seu justo valor menos qualquer perda por deterioração previamente reconhecida na conta de ganhos e perdas. Quando existem provas objectivas de que uma redução no justo valor se deve à sua deterioração, as menos-valias latentes reconhecidas como "Acertos por avaliação" de "Património líquido" são imediatamente registadas na conta de ganhos e perdas.

As recuperações das perdas por deterioração de instrumentos de dívida são reconhecidas na conta de ganhos e perdas do período no qual ocorre a recuperação.

Todos os instrumentos de dívida que se encontram classificados pelo Grupo como deteriorados, assim como os que, colectivamente, têm perdas por deterioração por terem montantes vencidos com uma antiguidade superior a três meses, têm o seu ganho de juros interrompido.

Com a finalidade de determinar as perdas por deterioração, o Grupo classifica os seus riscos como risco normal, sub-padrão, duvidoso ou frustrado.

O Grupo considera riscos sub-padrão, os instrumentos de dívida e riscos contingentes que, sem cumprir os critérios para serem classificados individualmente como duvidosos ou frustrados, apresentem debilidades que podem pressupor a assunção de perdas por se tratarem, entre outras, de operações de clientes que fazem parte de colectivos em dificuldades ou de operações não documentadas adequadamente.

O Grupo considera activos deteriorados (riscos duvidosos), os instrumentos de dívida, assim como os riscos e compromissos contingentes, para os quais existem evidências objectivas de deterioração, que fazem referência, fundamentalmente, à existência de falhas de pagamento, incumprimentos, refinanciamentos e à existência de dados que evidenciem a possibilidade de não recuperar a totalidade dos fluxos futuros acordados ou, quando se trata de instrumentos de capital, de não recuperar integralmente o valor contabilístico.

Quando se considera remota a recuperação de qualquer valor registado, dá-se baixa do

mesmo no balanço consolidado, sem prejuízo das acções que se possam levar a cabo para tentar conseguir a sua cobrança.

Um instrumento de dívida sofre deterioração por insolvência quando se manifesta um envelhecimento da capacidade de pagamento do devedor (risco imputável ao cliente) ou por se materializar o risco-país, entendendo como tal aquele que coincide com os devedores residentes no mesmo país pelas circunstâncias específicas deste, diferentes do risco habitual.

Para determinar as perdas por deterioração deste tipo de activos, o Grupo avalia as possíveis perdas da seguinte forma:

- Individualmente, para todos os activos significativos e para aqueles que, não sendo significativos, não se incluem em grupos homogéneos de características similares: antiguidade dos montantes vencidos, tipo de garantia, sector de actividade, área geográfica, etc.
- Colectivamente: O Grupo agrupa os activos que não foram identificados de forma individual em grupos homogéneos em função da contraparte, situação da operação, garantia, antiguidade dos montantes vencidos e estabelece para cada grupo as perdas por deterioração (perdas identificadas) que devem ser reconhecidas nas contas anuais consolidadas na base de um calendário de morosidade baseado na experiência do Grupo e do Sector, ou em função do valor actual dos fluxos de caixa que se espera cobrar (para riscos sub-padrão).
- Para além das perdas identificadas de forma específica, o Grupo cobre as perdas inerentes incorridas dos riscos não identificados como deteriorados (risco normal) através de uma cobertura global, que corresponde à perda estatística pendente de atribuição a operações concretas, e se determina tendo em conta a experiência histórica de deterioração e outras circunstâncias conhecidas à data das demonstrações financeiras. Esta perda global é quantificada por aplicação dos parâmetros estabelecidos pelo Banco de Espanha com base na sua experiência e na informação histórica que existe do sector financeiro espanhol. O Banco de Espanha actualiza periodicamente os parâmetros utilizados para determinar esta perda global, de acordo com a evolução dos dados do sector.

Dado que o Grupo não conta com informação estatística suficiente sobre a sua experiência histórica de perdas por deterioração, utilizou os parâmetros estabelecidos pelo Banco de Espanha com base na sua experiência e na informação que tem do sector, que são modificados periodicamente de acordo com a evolução das condições do sector e do meio.

Deste modo, estas perdas por deterioração inerentes incorridas são determinadas através da aplicação de percentagens aos instrumentos de dívida não avaliados pelo seu justo valor com variações em perdas e ganhos e aos riscos contingentes classificados como risco normal, variando as referidas percentagens em função da classificação dos instrumentos entre as diferentes categorias de risco (sem risco, baixo, médio-baixo, médio-alto e alto).

- Instrumentos de capital

Existe uma evidência objectiva de que os instrumentos de capital se deterioraram quando, após o seu reconhecimento inicial, ocorre um evento ou uma combinação deles que faça crer que não se vai poder recuperar o seu valor contabilístico.

No caso de instrumentos de capital avaliados pelo justo valor e incluídos na carteira de

"Activos financeiros disponíveis para venda", a perda por deterioração é calculada como a diferença entre o seu custo de aquisição e seu justo valor, menos as perdas por deterioração previamente reconhecidas. As menos-valias latentes reconhecidas directamente como "Acertos por avaliação" no "Património líquido" são registadas na conta de ganhos e perdas quando se determina que a redução do justo valor se deve à sua deterioração. Se, posteriormente, se recuperarem todas ou parte das perdas por deterioração, o seu montante é reconhecido na rubrica "Acertos por Avaliação" do "Património líquido".

No caso de instrumentos de capital avaliados pelo método do custo na carteira de "Activos financeiros disponíveis para venda", a perda por deterioração é calculada como a diferença entre o seu valor contabilístico e o valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados, actualizados conforme o tipo de rentabilidade de mercado para outros valores similares. Para a determinação da deterioração tem-se em consideração o património líquido da entidade participada, excepto os "Acertos por avaliação" devidos a coberturas de fluxos de caixa, corrigido pelas mais-valias tácitas existentes à data da avaliação. Estas perdas são registadas na conta de ganhos e perdas, diminuindo directamente o instrumento de capital, sem que o seu montante possa ser recuperado posteriormente, excepto em caso de venda.

#### i) Coberturas contabilísticas

O Grupo utiliza derivados financeiros (swaps, contratos a prazo, futuros, opções e combinações destes instrumentos), tanto formalizados em contratos padrão negociados em mercados organizados, como negociados de forma bilateral com a contraparte à margem de mercados organizados ("derivados OTC").

Todos os derivados financeiros (incluindo os contratados inicialmente com a intenção de servirem de cobertura) que não reúnem as condições que permitem considerá-los de cobertura são tratados para efeitos contabilísticos como "derivados de negociação".

Para que um derivado financeiro se considere de cobertura tem de, necessariamente:

- Cobrir um dos seguintes três tipos de riscos: 1) As variações no valor dos activos e passivos devidas a oscilações nos preços e na taxa de juro e/ou taxa de câmbio a que se encontre sujeita a posição ou saldo a cobrir ("cobertura de justos valores"), 2) As alterações nos fluxos de caixa estimados com origem nos activos e passivos financeiros, compromissos e transacções previstas, que seja altamente provável que uma entidade do Grupo leve a cabo ("cobertura de fluxos de caixa") e 3) O investimento líquido num negócio no estrangeiro ("cobertura de investimentos líquidos em negócios no estrangeiro").
- Eliminar eficazmente algum risco inerente ao elemento ou posição coberta durante todo o prazo previsto de cobertura, o que implica que, desde a sua contratação, se espera que esta actue com um alto grau de eficácia ("eficácia prospectiva") e que exista uma evidência suficiente de que a cobertura foi eficaz durante a vida do elemento ou posição coberta ("eficácia retrospectiva").
- Estar documentado que a contratação do derivado financeiro teve lugar especificamente para servir de cobertura, incluindo a forma em que se pensava conseguir e medir uma cobertura eficaz, de acordo com a política de gestão de riscos do Grupo.

A eficácia da cobertura dos derivados definidos como de cobertura fica devidamente documentada por meio dos testes de efectividade, realizados pelo Grupo, para verificar se as diferenças ocorridas devido às variações de preços de mercado entre o elemento coberto e sua cobertura se mantêm em parâmetros razoáveis ao longo da vida das operações, cumprindo assim as previsões estabelecidas no momento da contratação.

O Grupo considera que uma relação de cobertura é altamente eficaz quando, desde o seu início e durante a vida da operação, as variações nos fluxos de caixa ou no justo valor das rubricas cobertas, ocasionadas pelos riscos cobertos são compensadas quase na sua totalidade pelas mudanças nos fluxos de caixa ou no justo valor da sua cobertura. Este requisito é cumprido quando os resultados da cobertura tenham oscilado em relação aos da rubrica coberta numa variação de 80% a 125%.

Quando em algum momento esta relação deixa de ser cumprida, as operações de coberturas deixarão de ser tratadas como tal e são reclassificadas como derivados de negociação.

As coberturas podem aplicar-se tanto a elementos ou saldos individuais, como a carteiras de activos e passivos financeiros. Neste último caso, os activos ou passivos financeiros da carteira coberta devem expor o Grupo ao mesmo tipo de risco.

O Grupo classifica as suas coberturas contabilísticas em função do tipo de risco que cobrem em: coberturas do valor, coberturas de fluxos de caixa e coberturas de investimentos líquidos de negócios no estrangeiro. A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Grupo não tinha coberturas de fluxos de caixa nem coberturas de investimentos líquidos de negócios no estrangeiro.

#### i. 1) Contabilização das coberturas de justo valor

O ganho ou perda que surge ao avaliar os instrumentos de cobertura, a justo valor, bem como o atribuível ao risco coberto, reconhece-se imediatamente na conta de ganhos e perdas, apesar de a rubrica coberta ser avaliada pelo seu custo amortizado, ou seja, um activo financeiro incluído na categoria de activos financeiros disponíveis para venda.

Quando a rubrica coberta é avaliada pelo seu custo amortizado, o seu valor contabilístico é ajustado no montante do ganho ou perda que se regista na conta de ganhos e perdas, como consequência da cobertura. Quando esta rubrica deixa de estar coberta pelas variações do seu justo valor, o montante do referido ajuste é reconhecido na conta de ganhos e perdas, utilizando o método da taxa de juro efectiva recalculada à data em que deixa de estar ajustada, devendo estar completamente amortizado aquando do vencimento da rubrica coberta.

#### j) Operações de transferência de activos financeiros

O Grupo dá baixa, no balanço consolidado, de um activo financeiro transferido quando transmite integralmente a terceiros todos os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa que gera ou quando, mesmo conservando estes direitos, assume a obrigação contratual de os pagar aos cessionários, e os riscos e benefícios associados à propriedade do activo são substancialmente transferidos.

No caso de transferências de activos nos quais os riscos e benefícios associados à propriedade do activo são substancialmente retidos, não se dá baixa do activo financeiro transferido no balanço consolidado, sendo reconhecido um passivo financeiro associado por um montante igual à contraprestação recebida, que se avalia posteriormente pelo seu custo amortizado. O activo financeiro transferido continua a ser avaliado com os mesmos critérios

utilizados antes da transferência. Na conta de ganhos e perdas são reconhecidos, sem compensar, tanto os rendimentos do activo financeiro transferido, como os gastos do passivo financeiro.

No caso de transferências de activos em que os riscos e benefícios associados à propriedade do activo nem são transferidos nem são substancialmente retidos, e o Grupo mantém o controlo do activo, reconhece-se um activo financeiro por um montante igual à sua exposição às variações de valor do activo financeiro transferido, e um passivo financeiro associado ao activo financeiro transferido, que se avalia de forma a que o valor contabilístico líquido entre ambos os instrumentos é igual a:

- Quando o activo financeiro transferido é avaliado pelo seu custo amortizado: Ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos pelo Grupo.
- Quando o activo financeiro transferido é avaliado pelo seu justo valor: Ao justo valor dos direitos e obrigações retidos pelo Grupo avaliados separadamente.

No caso de o Grupo não reter o controlo do instrumento financeiro transferido, dá-se baixa no balanço consolidado e reconhece-se qualquer direito ou obrigação retido ou criado como consequência da transferência.

O Grupo não reconheceu, a não ser que fosse necessário como consequência de um acontecimento posterior, os activos e passivos relacionados por transferências realizadas antes de 1 de Janeiro de 2004, de acordo com a excepção mencionada nas NIIF. A 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o Grupo tem activos titularizados e que deram baixa no balanço consolidado de acordo com o anterior regulamento aplicável no montante de 25 220 e 32 612 milhares de euros respectivamente (Nota 11) que, se não tivessem sido cancelados, implicariam, basicamente, um aumento por esse montante do activo e do passivo do Grupo nas referidas datas.

#### k) Activos corpóreos

O activo corpóreo inclui os valores dos imóveis, terrenos, mobiliário, veículos, equipamento de informática e outras instalações propriedade do Grupo ou adquiridas em regime de arrendamento financeiro. Os activos corpóreos são classificados em função do seu destino em: activos corpóreos de uso próprio, investimentos imobiliários, outros activos cedidos em arrendamento operacional e activos corpóreos afectos à Obra Social.

Os activos corpóreos de uso próprio incluem principalmente agências e sucursais bancárias (tanto construídas como em desenvolvimento) propriedade do Grupo. Estes activos são avaliados pelo seu custo menos a sua amortização acumulada e, se existir, menos qualquer perda por deterioração.

O custo dos activos corpóreos inclui os desembolsos realizados, tanto inicialmente na sua aquisição e produção, como posteriormente, se ocorrer uma ampliação, substituição ou melhoria, quando, em ambos os casos, se considere provável obter benefícios económicos futuros da sua utilização.

Para determinados elementos de uso próprio e de livre disposição, o Grupo considerou que o custo de aquisição, na data de transição para as NIIF, era o valor de mercado desses elementos obtido de taxações realizadas por peritos independentes. De acordo com o referido anteriormente, na data de transição, 1 de Janeiro de 2004, o Grupo reavaliou o "Activo

corpóreo" em 190 578 milhares de euros.

O custo de aquisição ou produção dos activos corpóreos, líquido do seu valor residual, é amortizado linearmente, em função dos anos de vida útil estimada dos diferentes elementos, segundo a seguinte especificação:

	Anos de Vida Útil	Percentagens de amortização utilizadas
Edifícios de uso próprio	40-50	2%-2,5%
Investimentos imobiliários	40-50	2%-2,5%
Mobiliário	10	10%
Instalações	8-12	8%-12%
Veículos	6	16%
Equipamentos de mecanização	4	25%

Os gastos de conservação e manutenção, que não aumentam a vida útil do activo, são incluídos na conta de ganhos e perdas do exercício em que ocorrerem.

Os gastos financeiros incorridos no financiamento da aquisição de activos corpóreos não aumentam o custo de aquisição e são registados na conta de ganhos e perdas do exercício no qual sejam adquiridos.

Os activos corpóreos que necessitam de um período superior a um ano para estarem em condições de utilização incluem, como parte do seu custo de aquisição ou custo de produção, os gastos financeiros que se tenham contraído antes da colocação em condições de funcionamento e que tenham sido expedidos pelo fornecedor ou correspondam a empréstimos ou outro tipo de financiamento alheio, directamente atribuível à sua aquisição, fabrico ou construção. A capitalização dos custos financeiros é suspensa, se for o caso, durante os períodos em que se interrompe o desenvolvimento dos activos e finaliza assim que se tenham completado substancialmente todas as actividades necessárias para preparar o activo para o uso a que se destina.

Os activos adquiridos com pagamento diferido são reconhecidos por um montante equivalente ao seu preço a pronto pagamento, reflectindo-se um passivo pelo montante pendente de pagamento. Nos casos em que o adiamento excede o período normal (180 dias para imóveis, 90 dias para o resto) os gastos derivados do adiamento são descontados do custo de aquisição e são atribuídos à conta de ganhos e perdas, como gasto financeiro.

Dá-se baixa dos activos corpóreos no balanço consolidado quando se dispõe deles, inclusive quando são cedidos em arrendamento financeiro, ou quando ficam permanentemente retirados de utilização e não se espera obter benefícios económicos futuros pela sua alienação, cessão ou abandono. A diferença entre o montante da venda e o seu valor contabilístico é reconhecida na conta de ganhos e perdas do período em que ocorre a baixa do activo.

O Grupo avalia periodicamente se existem indícios, tanto internos como externos, de que algum activo corpóreo possa estar deteriorado à data a que se referem as demonstrações financeiras. Para os activos identificados, estima o montante recuperável do activo corpóreo, entendido como o maior entre: (i) o seu justo valor menos os custos de venda necessários e (ii) o seu valor de utilização. Se o valor recuperável, assim determinado, for inferior ao valor contabilístico, a diferença entre ambos é reconhecida na conta de ganhos e perdas, reduzindo o valor contabilístico do activo até ao seu montante recuperável.

Os princípios contabilísticos aplicados aos activos cedidos em arrendamento operacional,

activos não correntes em venda e activos afectos à Obra Social são agregados nas Notas 3.n), 3.o) e 3.v).

#### l) Existências

Esta epígrafe inclui os terrenos e restantes propriedades que o Grupo tem para venda dentro da sua actividade de promoção imobiliária, bem como qualquer tipo de activo, diferente dos instrumentos financeiros, que se tem para venda no decurso normal do negócio e que se encontram em processo de produção, construção ou desenvolvimento.

As existências são avaliadas pelo montante menor entre o seu custo e seu valor líquido realizável, sendo este último entendido como o preço estimado de venda das existências no decurso normal do negócio, menos os custos estimados para terminar a sua produção e os necessários para levar a cabo a sua venda.

O custo das existências que não sejam intercambiáveis de forma normal e o dos bens e serviços produzidos e segregados para projectos específicos é determinado de maneira individualizada e o custo das demais existências é determinado por aplicação do método de "primeira entrada primeira saída (FIFO)".

Tanto as diminuições como, se for o caso, as posteriores recuperações do valor líquido de realização das existências são reconhecidos na conta consolidada de ganhos e perdas do exercício em que têm lugar.

Dá-se baixa do valor contabilístico das existências no balanço consolidado e regista-se o mesmo como um gasto no período em que se reconhecer o rendimento proveniente da sua venda.

#### m) Fundo de comércio e outros activos incorpóreos

##### m. 1) Fundo de comércio

Os fundos de comércio só são registados quando foram adquiridos a título oneroso e representam pagamentos antecipados realizados pela entidade adquirente dos benefícios económicos futuros derivados dos activos da entidade adquirida, que não sejam individualmente e separadamente identificáveis e reconhecíveis.

Os fundos de comércio adquiridos antes de 1 de Janeiro de 2004 encontram-se registados pelo seu valor líquido contabilístico a 31 de Dezembro de 2003 e os adquiridos a partir da referida data encontram-se avaliados pelo seu custo de aquisição. Em ambos os casos, e pelo menos anualmente ou sempre que existam indícios de deterioração, avalia-se se ocorreu neles alguma deterioração que reduza o seu valor recuperável a um montante inferior ao custo líquido registado e, em caso afirmativo, procede-se ao seu saneamento oportuno em relação à conta consolidada de ganhos e perdas. As perdas por deterioração dos fundos de comércio não são objecto de reversão posterior.

##### m.2) Outros activos incorpóreos

O Grupo classifica como outros activos incorpóreos, os activos não monetários em relação aos quais se julga ser provável a percepção de benefícios económicos e cujo custo pode ser estimado de maneira fiável.

Os activos incorpóreos são reconhecidos inicialmente pelo seu custo e posteriormente são

avaliados pelo seu custo menos a amortização acumulada e as perdas por deterioração que tenham sofrido. Os anos de vida útil e as percentagens de amortização utilizados nos activos incorpóreos são os seguintes:

	Anos de vida útil	Percentagens de amortização utilizadas
Aplicações Informáticas	3	33,33%
Concessões administrativas	10	10%

Todos os activos incorpóreos do Grupo têm vida útil definida (amortizam-se ao longo da vida útil do activo).

Se for o caso, o Grupo reconhece contabilisticamente qualquer perda que tenha ocorrido no valor registado destes activos, com origem na sua deterioração, utilizando-se como contrapartida a epígrafe "Perdas por deterioração de activos - Outros activos incorpóreos" da conta de ganhos e perdas. Os critérios para o reconhecimento das perdas por deterioração destes activos e, se for o caso, das recuperações das perdas por deterioração registadas em exercícios anteriores são similares aos aplicados para os activos corpóreos (ver Nota 3.k).

#### n) Arrendamentos

O Grupo classifica os contratos de arrendamento em função do fundo económico da operação, independentemente da sua forma jurídica, como arrendamentos financeiros ou operacionais. Arrendamentos financeiros são aqueles arrendamentos nos quais o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo objecto do contrato, classificando como operacionais os restantes arrendamentos.

##### n.1) Arrendamentos financeiros

Os créditos por arrendamentos financeiros são reflectidos no activo do balanço consolidado pelo investimento líquido no arrendamento, que é igual ao valor actualizado das cobranças que o locador tem de receber do locatário durante o prazo do arrendamento, mais qualquer valor residual cujo pagamento tenha sido garantido ao locador, directa ou indirectamente, pelo locatário ou por terceiros com capacidade financeira suficiente, e qualquer valor residual não garantido que corresponda ao locador.

Os custos directos iniciais, entendidos como os imputáveis à negociação e contratação do arrendamento, são incluídos na avaliação inicial do crédito e diminuem os rendimentos a reconhecer ao longo do período do arrendamento.

Os rendimentos financeiros serão registados na conta de ganhos e perdas, aplicando o método da taxa de juro efectiva, de tal forma que se obtém um rendimento financeiro constante sobre o investimento líquido feito pelo locador.

Os critérios contabilísticos aplicados às perdas por deterioração e baixa do balanço são iguais aos aplicados aos restantes activos financeiros.

##### n.2) Arrendamentos operacionais

Os activos cedidos em arrendamento operacional foram classificados no balanço consolidado de acordo com a sua natureza.

Os rendimentos provenientes dos arrendamentos operacionais são registados linearmente na conta de ganhos e perdas ao longo do prazo do arrendamento. Os custos directos iniciais

imputáveis ao locador são adicionados ao valor contabilístico do activo arrendado e são reconhecidos como gasto durante o prazo do arrendamento com os mesmos critérios utilizados no reconhecimento dos rendimentos do arrendamento.

As cobranças recebidas ao contratar um direito de arrendamento qualificado como operacional, se as houver, são tratadas como uma cobrança antecipada pelo arrendamento e são amortizadas ao longo do período de arrendamento, à medida que se cedem os benefícios económicos do activo arrendado.

Os critérios contabilísticos aplicados pelo Grupo em relação à amortização do activo arrendado, bem como a sua deterioração, foram descritos na Nota de activos corpóreos.

o) Activos não correntes em venda

O Grupo qualifica como "Activos não correntes em venda", os activos não correntes (activos cujo prazo de realização ou recuperação se espera que seja superior a um ano a partir da data à qual se referem as demonstrações financeiras) e grupos de disposição (conjunto de activos, juntamente com os passivos directamente associados a eles, dos quais se vai dispor de forma conjunta, numa única transacção, ou uma parte de uma unidade ou um conjunto de unidades) cujo valor contabilístico se pretende recuperar através da sua venda, encontrando-se o activo em condições óptimas de venda e sendo esta última altamente provável.

No momento da sua classificação dentro desta categoria, estes activos geralmente são avaliados pelo menor montante entre o seu justo valor menos os custos de venda e o seu valor contabilístico. Apesar do anterior, os activos financeiros, os activos por impostos diferidos e os activos por contratos de seguro e resseguros são avaliados de acordo com as suas normas correspondentes.

O Grupo classificou os seus activos adjudicados em pagamento de dívidas nesta categoria e avalia-os inicialmente pelo montante líquido dos activos financeiros entregues. Os activos não correntes em venda não são amortizados enquanto pertencerem a esta categoria.

As perdas pela deterioração deste tipo de activos, entendidas como as reduções iniciais ou posteriores do seu valor contabilístico até ao seu justo valor menos os custos de venda, são reconhecidas na conta de ganhos e perdas. Do mesmo modo, quando ocorre uma recuperação do valor, este é reconhecido na conta de ganhos e perdas até um montante igual ao das perdas por deterioração anteriormente reconhecidas.

Nos casos em que o Grupo financia a venda de activos não correntes ao comprador, as perdas e ganhos que surgem da realização deste tipo de activos são reconhecidos na conta de ganhos e perdas do exercício no qual se realiza a venda, a menos que o comprador seja uma parte vinculada ou existam dúvidas sobre a recuperação dos montantes financiados, nos quais o ganho é periodizado em proporção às cobranças procedentes do respectivo activo financeiro.

p) Gastos com pessoal e benefícios pós emprego

p. 1) Benefícios a curto prazo

Este tipo de remunerações é avaliado, sem actualização, pelo montante que se tem de pagar pelos serviços recebidos, sendo registado, geralmente, como gastos com pessoal do exercício e como uma conta de periodização de passivo, pela diferença entre o gasto total e o montante já saldado.

p.2) Compromissos com pensões

Os compromissos com pensões dos empregados da Caja Duero têm origem no Acordo Quadro em Matéria de Segurança Social de 23 de Março de 2001, que substituiu o sistema de Segurança Social regulado no Estatuto de Empregados de Caixas de Aforro ao abrigo da Disposição Adicional Terceira da Convenção Colectiva para os anos 1998 - 2000.

Antes deste Acordo, a Caja Duero tinha promovido um Plano de Pensões que constituía compromissos com pensões estabelecidos na Convenção Colectiva para as Caixas de Aforro e no qual se estabeleciam dois sub-planos:

- Sub-plano 1, no qual se integram todos os empregados efectivos no quadro que ingressaram na Caja Duero antes de 30 de Maio de 1986, assim como os beneficiários cujas prestações ocorreram posteriormente a 3 de Novembro de 1988 e foram reguladas pelas condições anteriores à XIV Convenção Colectiva das Caixas de Aforro, sempre e quando estes últimos tenham estado ao abrigo da Instituição de Previdência do Pessoal da Caja de Ahorros de Salamanca y Soria constituída a 27 de Janeiro de 1984. Este sub-plano tem prestação definida para todas as contingências cobertas.
- Sub-plano 2, no qual se integram todos os empregados com pelo menos dois anos de antiguidade no quadro do empregador e beneficiários cujas condições de segurança social sejam reguladas na referida XIV Convenção Colectiva. Serão, por isso, todos os empregados que ingressaram na Caja Duero após 29 de Maio de 1986. Este sub-plano é da modalidade de contribuição definida para todas as contingências cobertas, excepto para os beneficiários cuja prestação já esteja definida.

Em virtude do novo sistema de segurança social, dá-se a opção a todos os empregados da Caja Duero para que, livre e voluntariamente, adiram a um novo sistema de segurança social de contribuição definida para as prestações de reforma com reconhecimento de serviços passados, constituindo-se, para isso, três novos sub-planos no Plano de Pensões: 4, 5 e 6. Para os empregados que decidirem permanecer no sistema de segurança social anterior à assinatura do acordo, os compromissos com pensões ficam tal e como determinem as respectivas convenções colectivas para as Caixas de Aforros e da Banca Privada.

Por tudo isso, o Plano de Pensões apresenta a seguinte estrutura de sub-planos:

- Sub-plano 1, no qual se integram empregados que ingressaram na Caja Duero antes de 30 de Maio de 1986, sempre e quando estes não tenham manifestado a sua vontade de aderir ao sub-plano 4. Este sub-plano é de prestação definida para a contingência de reforma e as derivadas do falecimento do reformado, bem como para as contingências de falecimento do activo e incapacidade permanente e as derivadas do falecimento do incapacitado.

- Sub-plano 2, no qual se integram os seguintes empregados, desde que não tenham manifestado a sua vontade de aderir ao sub-plano 5:
  - a) Empregados da Caja Duero que ingressaram na Entidade após 29 de Maio de 1986.
  - b) Empregados da Caja Duero, procedentes do Banco Credit Lyonnais España, S.A., cuja antiguidade no Banco mencionado fosse posterior a 8 de Março de 1980.

Este sub-plano é da modalidade de contribuição definida para a contingência de reforma e de prestação definida para os beneficiários cuja prestação já está definida e a prestação mínima garantida para as contingências de falecimento do activo e de incapacidade permanente e as derivadas do falecimento do incapacitado.

- Sub-plano 3, no qual se integram exclusivamente empregados da Caja Duero procedentes do Banco Credit Lyonnais España, S. A., cuja antiguidade reconhecida pelo citado Banco, para efeitos de segurança social, seja anterior a 8 de Março de 1980, desde que não tenham manifestado a sua vontade de aderir ao sub-plano 6.

Este sub-plano é de prestação definida para a contingência de reforma e as derivadas do falecimento do reformado, bem como para as contingências de falecimento do activo e incapacidade permanente e as derivadas do falecimento do incapacitado.

- Sub-plano 4, no qual se integram os empregados que ingressaram na Caja Duero antes de 30 de Maio de 1986, que manifestem a sua vontade de aderir ao mesmo.

Este sub-plano é da modalidade de contribuição definida para todas as contingências e de prestação definida (prestação mínima garantida) para as contingências derivadas de incapacidade e falecimento do activo.

- Sub-plano 5, no qual se integram os empregados que ingressaram na Caja Duero após 29 de Maio de 1986 e os procedentes do Banco Credit Lyonnais España, S. A. que ingressaram no referido Banco após 8 de Março de 1980, que manifestem a sua vontade de aderir ao mesmo.

Este sub-plano é da modalidade de contribuição definida para todas as contingências e de prestação definida (prestação mínima garantida) para as contingências derivadas de incapacidade e falecimento do activo.

- Sub-plano 6, no qual se integram os empregados da Caja Duero procedentes do Banco Credit Lyonnais España S. A., com uma antiguidade reconhecida para efeitos de segurança social pelo referido Banco, anterior a 8 de Março de 1980, que manifestem a sua vontade de aderir ao mesmo.

Este sub-plano é da modalidade de contribuição definida para todas as contingências e de prestação definida (prestação mínima garantida) para as contingências derivadas de incapacidade e falecimento do activo.

Da mesma forma, estabelece-se no Acordo que, para a cobertura das contingências não cobertas pelo Plano de pensões, a Caja Duero contratará com a Unión del Duero, Compañía de Seguros de Vida, S.A. uma ou várias apólices de seguros aptas para a cobertura de compromissos com pensões.

Tendo em conta o indicado anteriormente, os compromissos com pensões da Caja Duero estão instrumentados através de:

- Plano de Pensões dos Empregados da Caja de Ahorros de Salamanca y Soria, antes mencionado.
- Apólices de seguros contratadas com a Unión del Duero, Compañía de Seguros de Vida, S.A., (sociedade pertencente ao Grupo Caja Duero), Caja Madrid Vida, Mapfre Vida e Winterthur Vida para pessoal passivo e em pré-reforma do antigo Credit Lyonnais Espanha S. A..
- BBVA Fondos, Sociedade Gestora de Fondos de Pensões para os empregados das agências de Portugal.
- Fundo interno autorizado pelo Banco de Espanha.

O Conselho de Administração da Entidade, reunido a 26 de Outubro de 2006, aprovou um Plano de Pré-reformas que foi oferecido aos empregados nascidos entre 1 de Janeiro de 1947 e 31 de Dezembro de 1950, e que, entre outras condições, tivessem uma antiguidade mínima de 10 anos no quadro. Da mesma forma, nas sociedades do grupo Gesduero, S.G.I.I.C., S.A., Unión del Duero, Cía. de Seguros de Vida, S.A. e Unión del Duero, Cía. de Seguros Generales, S.A. ofereceram-se planos de pré-reforma com as condições anteriormente indicadas. No exercício de 2006, 266 empregados aderiram a este Plano (262 na Caja Duero e 4 nas restantes sociedades), ascendendo o passivo actuarial a 95 525 milhares de euros, que foi registado com introdução na conta de resultados do exercício de 2006.

O número total de empregados em pré-reforma no Grupo (que incluem os que aderiram ao Plano mencionado no parágrafo anterior mais outras pré-reformas) ascendia, a 31 de Dezembro de 2008, a 322 pessoas (2007: 358 pessoas).

Da mesma forma, existe um programa de reforma parcial para os empregados com mais de 60 anos de idade. A 31 de Dezembro de 2008, 98 pessoas estavam abrangidas por este programa (2007: 95 pessoas), que é renovável apenas por acordo expresso das partes. Os empregados a tempo parcial mantêm, com a Entidade, um contrato de trabalho a tempo parcial, com uma jornada de trabalho equivalente a 15% do tempo inteiro. Ao mesmo tempo, a Entidade acorda contratos de relevo, de duração indefinida, com novos empregados.

#### Plano de contribuição definida

O Grupo reconhece as contribuições para estes planos como um encargo por gasto do exercício.

### Plano de prestação definida

O Grupo calcula o valor actual das obrigações legais e implícitas do seu plano de prestação definido à data das demonstrações financeiras, depois de deduzir qualquer perda actuarial e ganho actuarial, o custo dos serviços passados pendentes de reconhecimento e o justo valor dos activos do plano, tal como estabelece a norma vigente. O valor assim obtido é registado como uma provisão para fundos de pensões de prestação definida.

O Grupo considera activos do plano aqueles que cumprem as seguintes características:

- São propriedade de um terceiro separado legalmente que não seja parte vinculada.
- Estão disponíveis exclusivamente para pagar ou financiar os compromissos com os empregados.
- Não podem retornar à Entidade salvo quando os compromissos com os empregados tenham sido liquidados, ou para saldar prestações saldadas anteriormente pela Entidade.
- Não são instrumentos intransferíveis emitidos pela Entidade.

O montante líquido do custo dos serviços do período corrente, do custo por juros, do rendimento esperado de qualquer activo do plano, das perdas e ganhos actuariais, do custo dos serviços passados e do efeito de qualquer tipo de redução ou liquidação do plano é reconhecido pela Entidade na conta de ganhos e perdas do exercício.

O custo dos serviços passados é reconhecido imediatamente como gasto na conta de ganhos e perdas, a não ser que as mudanças no plano estejam condicionados a que o empregado permaneça na Entidade por um período específico de tempo, em cujo caso o gasto se distribui linearmente no referido período.

Os compromissos com pensões cobertos pela Entidade com apólices de seguros emitidas por Entidades do grupo são registados no passivo como fundos de pensões, registando-se na conta de ganhos e perdas o gasto líquido do exercício relacionado com os mesmos.

#### p.3) Outras retribuições a longo prazo a favor dos empregados

Os compromissos assumidos com o pessoal em pré-reforma, os prémios de antiguidade, os compromissos por viuvez e invalidez anteriores à reforma que dependam da antiguidade do empregado na Entidade e outros conceitos similares são tratados contabilisticamente, no aplicável, segundo o estabelecido para os planos pós-emprego de prestação definida, com a ressalva de que todos os custos dos serviços passados e as perdas e ganhos actuariais são reconhecidos na conta de ganhos e perdas, de forma imediata.

#### p.4) Indemnizações por cessação

As indemnizações por cessação são reconhecidas como uma provisão por fundos de pensões e obrigações similares e como um gasto com pessoal, unicamente quando a Entidade está comprometida de forma demonstrável a rescindir o vínculo que a une a um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma, ou a pagar retribuições por cessação como resultado de uma oferta realizada para incentivar a rescisão voluntária por parte dos empregados.

#### q) Remunerações ao pessoal baseadas em instrumentos de capital

O Grupo não mantém com os seus empregados sistemas de remuneração através de instrumentos de capital.

r) Outras provisões e contingências

O Grupo diferencia entre provisões e passivos contingentes. As primeiras são saldos credores que cobrem obrigações presentes à data do balanço, ocorridas como consequência de acontecimentos passados dos quais podem derivar prejuízos patrimoniais para o Grupo, que se consideram prováveis quanto à sua ocorrência; concretos quanto à sua natureza, mas indeterminados quanto ao seu custo e/ou momento de cancelamento, enquanto os segundos são obrigações possíveis ocorridas como consequência de acontecimentos passados, cuja materialização está condicionada a que ocorra, ou não, um ou mais eventos futuros independentes da vontade do Grupo.

As contas anuais consolidadas do Grupo agrupam todas as provisões significativas em relação às quais se estima que a probabilidade de ter de se cumprir a obrigação seja maior do que o contrário. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas contas anuais consolidadas, mas informa-se sobre os mesmos em contas de ordem.

As provisões, que se quantificam tendo em consideração a melhor informação disponível sobre as consequências do acontecimento que as originaram e voltam a ser estimadas em cada fecho contabilístico, utilizam-se para confrontar as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas; procedendo-se à sua reversão, total ou parcial, quando as referidas obrigações deixam de existir ou diminuem.

r. 1) Procedimentos judiciais e/ ou reclamações em curso

No fecho do exercício encontravam-se em curso diferentes procedimentos judiciais e reclamações instaurados contra o Grupo com origem no desenvolvimento habitual da sua actividade. Tanto os conselheiros legais do Grupo como os seus Administradores entendem que a conclusão destes procedimentos e reclamações não produzirá um efeito significativo nas contas anuais consolidadas dos exercícios nos quais terminem.

s) Comissões

O Grupo classifica as comissões que cobra ou paga nas seguintes categorias:

s.1) Comissões financeiras

Este tipo de comissões, que fazem parte integral do rendimento ou custo efectivo de uma operação financeira, e que se cobram ou pagam adiantadamente, são reconhecidas na conta de ganhos e perdas com carácter geral ao longo da vida esperada do financiamento, líquidas dos custos directos relacionados, como um acerto ao custo ou rendimento efectivo da operação.

s.2) Comissões não financeiras

Este tipo de comissões surgem habitualmente pela prestação de serviços e são registadas na conta de ganhos e perdas ao longo do período em que dura a execução do serviço, ou então, se se tratar de um serviço que é executado num acto singular, no momento da realização do acto singular.

t) Permutas de activos corpóreos e incorpóreos

Nas permutas de activos corpóreos e incorpóreos, o Grupo avalia os activos recebidos pelo justo valor dos activos entregue mais, se for o caso, as contrapartidas monetárias entregues em troca, excepto se se tiver uma evidência mais clara do justo valor do activo recebido. Quando não é possível medir os justos valores de maneira fiável, os activos recebidos são reconhecidos pelo valor contabilístico dos activos entregues mais, se for o caso, as contrapartidas monetárias entregues em troca.

As perdas demonstradas em operações de permutas de activos são reconhecidas imediatamente na conta de ganhos e perdas, enquanto os ganhos só são reconhecidos se a permuta tiver carácter comercial e os justos valores dos activos permutados forem mensuráveis de forma fiável.

#### u) Contratos de seguros

O Grupo emite e assume contratos de seguro e resseguro, entendidos como aqueles em que o risco de seguro significativo é tomado e cedido por outra parte, denominada tomador ou cedente do contrato, acordando compensar ou receber deste, se um evento futuro incerto e específico o afectar favorável ou desfavoravelmente. Os custos por este tipo de contratos são classificados no passivo e activo do balanço consolidado como contratos de seguro e resseguro.

Os passivos por contratos de seguros são avaliados pelo Grupo como as estimativas actuais de futuros fluxos de caixa consequência dos seus contratos de seguro, assim como os custos relacionados líquidos de qualquer gasto de aquisição diferido ou activo incorpóreo relacionado. Não obstante o anterior, o Grupo regista, contra o património líquido, as variações de passivos por contratos de seguros relacionados com activos financeiros disponíveis para venda, com o objectivo de evitar assimetrias na atribuição das variações dos activos financeiros em relação aos passivos por contratos de seguro. O Grupo só dá baixa dos passivos por contratos de seguro no balanço consolidado quando deixam de existir as obrigações específicas associadas aos mesmos.

Os direitos de cobrança por contratos de resseguros são registados no activo como "Activos por resseguros", verificando-se de forma periódica se estes activos estão deteriorados, para o que deve existir uma evidência objectiva de que o Grupo pode não receber todas as quantias estabelecidas nos termos do contrato, podendo quantificar-se de forma fiável a quantia que não se vai receber, em cujo caso, se reconhece a perda correspondente na conta de ganhos e perdas directamente contra os referidos activos.

O Grupo introduz na conta consolidada de ganhos e perdas os montantes dos prémios que emitem e agravam o custo dos sinistros a que devem fazer face quando ocorre a liquidação final dos mesmos. O Grupo periodiza no fecho de cada exercício tanto os valores pagos e não obtidos às suas contas de ganhos e perdas, bem como os custos incorridos e não imputados às contas de ganhos e perdas.

#### v) Fundos e obras sociais

A Caja Duero reflecte no seu passivo as dotações para o fundo da obra social, dotações que procedem da aplicação do lucro do exercício e que, por isso, não são reflectidas como gasto do mesmo.

Os rendimentos e gastos da obra social, assim como os lucros e as perdas, são agrupados directamente contra o fundo da obra social e em caso algum são imputados na conta de ganhos

e perdas do Grupo, excepto se o valor da obra social se materializar através de actividades próprias do Grupo, em cujo caso, se reduz o fundo da obra social, reconhecendo simultaneamente um rendimento na conta de ganhos e perdas.

w) Imposto sobre lucros

O gasto por imposto sobre lucros é determinado pelo imposto a pagar em relação ao resultado fiscal de um exercício, uma vez consideradas as variações durante o referido exercício derivadas das diferenças temporárias, dos créditos por deduções e bonificações e de bases tributáveis negativas.

O gasto por imposto sobre lucros é reconhecido na conta de ganhos e perdas, excepto quando a transacção é registada directamente no património líquido e nas combinações de negócio nas quais o imposto diferido é registado como mais um elemento patrimonial da mesma.

Para que as deduções e bonificações, e os créditos por bases tributáveis negativas, sejam efectivos deverão cumprir-se os requisitos estabelecidos na norma vigente e sempre que seja provável a sua recuperação, seja porque existem impostos diferidos suficientes ou por terem ocorrido devido a situações específicas, cuja ocorrência no futuro se julgue improvável.

O efeito impositivo das diferenças temporárias é incluído, se for o caso, nas respectivas rubricas de impostos antecipados ou diferidos registados nas epígrafes "Activos fiscais" e "Passivos fiscais" do balanço consolidado em anexo.

Pelo menos em cada fecho contabilístico, o Grupo revê os impostos diferidos registados e, portanto, os activos e passivos fiscais relacionados contabilizados, realizando as correcções consideradas oportunas caso esses impostos diferidos não estivessem vigentes ou sejam recuperáveis.

x) Recursos de clientes fora do balanço

O Grupo agrupa em contas de ordem, pelo seu justo valor, os recursos confiados por terceiros para o seu investimento em sociedades e fundos de investimento, fundos de pensões, contratos de seguro-poupança e contratos de gestão discricionária de carteiras, diferenciando entre os recursos geridos pelo Grupo e os comercializados pelo Grupo, mas geridos por terceiros alheios ao mesmo.

Adicionalmente, nas contas de ordem, são registados pelo justo valor ou, no caso de não existir uma estimativa fiável dos mesmos, pelo custo, os activos adquiridos em nome do Grupo por conta de terceiros e os valores representativos de dívida, instrumentos de capital, derivados e restantes instrumentos financeiros que se mantêm em forma de depósito, garantia ou comissão no Grupo, para os quais tem uma responsabilidade em relação a terceiros.

As comissões cobradas pela prestação destes serviços são agrupadas na epígrafe de comissões recebidas da conta de ganhos e perdas e foram detalhadas na Nota 3.s) deste relatório.

y) Fundo de Garantia de Depósitos

A Caja Duero está integrada no Fundo de Garantia de Depósitos. No exercício de 2008, o gasto incorrido pelas contribuições realizadas a este organismo ascendeu a 3 840 milhares de euros (2007: 3 164 milhares de euros), aproximadamente, tendo sido registados no capítulo

"Outros Encargos de Exploração" da conta consolidada de ganhos e perdas em anexo.

z) Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Na demonstração dos fluxos de caixa, utilizam-se as seguintes expressões, nos seguintes sentidos:

- Fluxos de caixa: entradas e saídas de dinheiro em numerário e dos seus equivalentes; entendendo-se por estes, os investimentos a curto prazo de grande liquidez e sob risco de alterações no seu valor.
- Actividades de exploração: actividades típicas das entidades de crédito, bem como outras actividades que não podem ser qualificadas como de investimento ou de financiamento.
- Actividades de investimento: as de aquisição, alienação ou disposição por outros meios, de activos a longo prazo e outros investimentos não incluídos na caixa e seus equivalentes.
- Actividades de financiamento: actividades que produzem mudanças no tamanho e composição do património líquido e dos passivos que não fazem parte das actividades de exploração.

w) Demonstração consolidada de variações no património líquido

A demonstração consolidada das variações no património líquido mostra o total das variações ocorridas no património líquido consolidado durante o exercício. Esta informação apresenta-se discriminada, por sua vez, em duas demonstrações:

- Demonstrações consolidadas de rendimentos e gastos totais: apresenta os rendimentos e gastos gerados como consequência da actividade do Grupo durante o exercício, distinguindo aqueles registados como resultados na conta de ganhos e perdas dos exercícios e os rendimentos e gastos registados, de acordo com o disposto na norma vigente, directamente no património líquido.
- Demonstração total de variações no património líquido consolidado: apresenta todas as variações ocorridas nas contas do património líquido consolidado, incluindo as que têm origem em mudanças nos critérios contabilísticos e em correcções de erros. Esta demonstração mostra, por isso, uma conciliação do valor contabilístico no início e no fim do exercício em todas as rubricas que formam o património líquido consolidado, agrupando os movimentos ocorridos em função da sua natureza.

#### 4. ERROS E ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício de 2008, e até a data de formulação das contas anuais consolidadas, não ocorreu nenhum erro, nem alteração nas estimativas contabilísticas que, devido à sua importância relativa, fosse necessário incluir nas contas anuais consolidadas formuladas pelo Conselho de Administração da Caja Duero.

## 5. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Inclui-se, em seguida, a distribuição dos lucros do exercício de 2008 da Entidade dominante que o Conselho de Administração da Caja Duero proporá à Assembleia Geral para a sua aprovação, juntamente com a distribuição do exercício de 2007, aprovada pela Assembleia Geral com data de 14 de Março de 2008.

	Milhares de Euros	
	2008	2007
Lucro do exercício após o Imposto de Sociedades	87 181	114 794
Total distribuível	87 181	114 794
Para reservas	69 181	78 794
Para fundo de obra social	18 000	36 000
Total distribuído	87 181	114 794

Os resultados das sociedades dependentes consolidadas serão aplicados da maneira acordada pelas respectivas Assembleias Gerais de Accionistas.

## 6. GESTÃO DO CAPITAL

A 31 de Dezembro de 2007, a Lei 13/1992, de 1 de Junho, e a Circular 5/1993 do Banco de Espanha, de 26 de Março, e suas sucessivas modificações regulavam os recursos próprios mínimos que as entidades de crédito espanholas têm de manter, tanto a título individual como de grupo consolidado, e a forma como esses recursos próprios têm de ser determinados.

A 10 Junho de 2008 entrou em vigor a Circular 3/2008, de 22 de Maio, do Banco de Espanha, sobre a determinação e o controlo dos recursos próprios mínimos das entidades de crédito. Esta Circular, que derroga a Circular 5/1993 do Banco de Espanha, estabelece novos critérios para o cálculo dos requisitos, processo de supervisão e disciplina de mercado em relação aos recursos próprios das entidades de crédito.

Os objectivos estratégicos marcados pela Caja Duero, em relação à gestão que realiza dos seus recursos próprios, são os seguintes:

- Cumprir, sempre, tanto a nível individual como consolidado, a norma aplicável em matéria de requisitos de recursos próprios mínimos.
- Procurar a máxima eficiência na gestão dos recursos próprios de maneira que, juntamente com outras variáveis de rentabilidade e risco, o consumo de recursos próprios seja considerado uma variável fundamental nas análises associadas à tomada de decisões de investimento do Grupo.

Para cumprir estes objectivos, a Caja Duero dispõe de uma série de políticas e processos de gestão dos recursos próprios, cujas principais directrizes são:

- A Direcção da Caja Duero realiza o seguimento e controlo dos níveis de cumprimento da norma do Banco de Espanha em matéria de recursos próprios, dispondo de alarmes que lhe permitem garantir, a qualquer momento, o cumprimento da norma aplicável. Neste sentido, existem planos de contingências para assegurar o cumprimento dos limites estabelecidos na norma aplicável.
- No planeamento estratégico e comercial da Caja Duero, bem como na análise e seguimento das operações do Grupo, considera-se um factor chave na tomada de decisões, o impacto das mesmas sobre os recursos próprios computáveis do Grupo e a relação consumo-rentabilidade-risco. Neste sentido, Caja Duero dispõe de procedimentos nos quais se estabelecem os parâmetros que devem servir de guia para a tomada de decisões em matéria de requisitos de recursos próprios mínimos.

Tanto a Circular 5/1993 como a Circular 3/2008, ambas do Banco de Espanha, estabelecem quais os elementos que devem ser introduzidos como recursos próprios, para efeitos do cumprimento dos requisitos mínimos estabelecidos nas referidas normas. Os recursos próprios para efeitos do disposto nas referidas normas diferem dos recursos próprios calculados de acordo como o disposto nas NIIF-UE, já que consideram como tais determinadas rubricas e incorporam a obrigação de deduzir outras que não estão contempladas

nas mencionadas NIIF-UE. Por outro lado, os métodos de consolidação e avaliação de sociedades participadas a aplicar para efeitos do cálculo dos requisitos de recursos próprios mínimos do Grupo diferem, de acordo com a norma vigente, dos aplicados na elaboração das contas anuais consolidadas e das demonstrações financeiras consolidadas, o que provoca também a existência de diferenças para efeitos do cálculo dos recursos próprios ao abrigo de uma e outra norma.

A gestão que o Grupo realiza dos seus recursos próprios adequa-se, no que a definições conceptuais diz respeito, ao disposto na Circular 5/1993 e na Circular 3/2008 do Banco de Espanha.

A 31 de Dezembro de 2008 e a 31 de Dezembro de 2007, os recursos próprios computáveis do Grupo e da Caja Duero excediam os exigidos pela referida norma, e apresentavam os seguintes números:

	Milhares de Euros	
	2008	2007
Reservas	1 128 248	1 063 962
Deduções	(122 054)	(172 953)
Recursos próprios básicos	1 006 194	891 027
Reservas de reavaliação (incluindo acertos por avaliação)	123 709	172 623
Perdas por deterioração colectiva (parcialmente)	120 481	149 065
Financiamento subordinado	282 500	300 000
Fundos da Obra Social	15 491	15 595
Recursos próprios de segunda categoria	542 181	637 283
Outras deduções	(72 739)	(94 211)
Recursos próprios computáveis	1 475 636	1 434 099
Recursos próprios mínimos	1 110 285	1 178 562

## 7. GESTÃO DO RISCO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em seguida, são descritos os riscos financeiros em que o Grupo incorre como consequência da sua actividade, bem como os objectivos e políticas de gestão, assumpção, medição e controlo do risco, incluindo as estratégias e processos, a estrutura e a organização das unidades relevantes da gestão do risco.

### 7.1. Introdução: objectivos e estratégias

O risco é inerente à actividade bancária, e uma gestão eficaz do mesmo é condição necessária para que as entidades financeiras gerem valor e lucros de forma sustentável no tempo e sejam capazes de actuar ao abrigo de parâmetros que ajustem o nível dos riscos assumidos à rentabilidade esperada.

A gestão e controlo do risco na Caja Duero considera-se um todo conceptual e organizacional, baseado num enquadramento de princípios, políticas, procedimentos e metodologias de avaliação que se integram na estrutura de decisão. Neste sentido, combina-se uma estrutura funcional de riscos baseada na existência de comissões que permitem tomar decisões de maneira ágil e de uma Direcção de Riscos com nível de Subdirecção Geral directamente dependente da Direcção Geral. A função de riscos está separada das unidades de negócio, onde tem origem, e as unidades de gestão e controlo do mesmo. Dentro da Direcção de Riscos e com a finalidade de cobrir os diferentes aspectos da gestão do risco estruturam-se três áreas diferenciadas:

#### Área de Risco de Crédito:

Realiza as funções de análise e sanção das operações, bem como os processos de seguimento das operações de risco de crédito que se encontrem em situação "normal". Encarrega-se de aplicar e transmitir ao resto da organização a política de assumpção de riscos marcada pelos Órgãos de Governo da Entidade.

Está estruturada nos seguintes departamentos:

- Análise de Riscos, que se configura numa unidade central de análise encarregue do estudo e sanção das operações dentro do seu nível de capacidades.
- Seguimento

#### Área de Recuperações

Está estruturada numa unidade central cuja função principal é o apoio às zonas e à equipa especial de recuperações na gestão dos riscos em mora ou de difícil recuperação, além de controlar a gestão dos procedimentos de recobro, as empresas externas e a gestão de insolventes.

#### Área de Controlo Global do Risco

Estabelece os procedimentos de tramitação e seguimento do risco de crédito. Realiza os trabalhos para a adaptação às directrizes do regulador na área de riscos.

Da mesma forma, estabelece os procedimentos de tramitação, controlo e sanção das operações do risco operacional e controla as operações de risco de mercado.

Está estruturada em dois departamentos:

- Gestão e procedimentos
- Risco de Mercado

Os Órgãos do Governo das entidades são quem define e estabelece os limites e as políticas de assumpção dos diferentes tipos de riscos. No caso da Caja Duero, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva são os órgãos de autoridade máxima na matéria. Neste sentido, o documento "Políticas e procedimentos de risco de crédito" foi aprovado pelo Conselho de Administração, dando assim cumprimento ao disposto no Anexo IX da Circular 4/2004 do Banco de Espanha, cujo conteúdo, nos assuntos referentes à rede comercial, é trasladado para o resto da organização através do caderno de operações. Este é actualizado periodicamente em conformidade com as normas emanadas da Comissão Central de Riscos nas matérias delegadas pela Comissão Executiva.

Entre as suas funções, os Órgãos do Governo resolvem as operações acima dos poderes delegados aos órgãos imediatamente inferiores, asseguram-se que os níveis de risco assumidos, tanto individuais como globais, cumprem os objectivos fixados e supervisionam o grau de cumprimento dos objectivos de risco, bem como das ferramentas de gestão utilizadas e qualquer outra actuação relevante relacionada com esta matéria. Por sua vez, a Direcção de Topo fixa os planos de negócio, supervisiona as decisões do dia-a-dia e assegura a sua consistência com os objectivos e políticas emanadas pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva.

## 7.2. Risco de crédito

A 31 de Dezembro de 2008, os activos duvidosos ascendiam, no Grupo, a 510 693 milhares de euros (2007: 113 447 milhares de euros), para os quais se dispõe de fundos específicos para a cobertura de deterioração de 136 582 milhares de euros (2007: 40 477 milhares de euros), o que implica uma cobertura média de 27% (em 2007: 36%). Adicionalmente, a 31 de Dezembro de 2008, o Grupo classificou 415 857 milhares de euros como activos de risco sub-padrão (2007: 624 015 milhares de euros), para os quais se dispõe de fundos específicos para a cobertura de deterioração de 37 100 milhares de euros (2007: 65 726 milhares de euros). Da mesma forma, existe uma cobertura genérica de perda por deterioração no montante de 194 948 milhares de euros (em 2007: 191.455 milhares de euros).

Aquando do fecho do exercício de 2008 os passivos contingentes duvidosos ascendem a 63 923 milhares de euros (2007: 2 738 milhares de euros) e não existem passivos contingentes considerados de risco sub-padrão (2007: 1 399 milhares de euros) e para os mesmos conta-se com coberturas por perdas por deterioração no montante de 16 091 milhares de euros (2007: 1.404 milhares de euros). Adicionalmente, existe uma cobertura genérica de perda por deterioração para riscos contingentes no montante de 10 034 milhares de euros (2007: 12.768 milhares de euros).

Conforme o estabelecido no Anexo IX, na Circular 4/2004 do Banco de Espanha, a Caja Duero, enquanto se desenvolvem os métodos de cálculo de coberturas colectivas para coberturas específicas em função da antiguidade dos não pagos, aplica as percentagens de cobertura por calendário de morosidade estabelecidos pelo Banco de Espanha. Da mesma

forma, para estimar a cobertura genérica utilizam-se, também, os parâmetros estabelecidos no regulamento mencionado. As coberturas sub-padrão oscilam normalmente entre 5% e 15% do risco, em função do tipo de garantia das operações.

- Exposição total ao risco de crédito

O quadro seguinte mostra a exposição total ao risco de crédito do Grupo no fecho dos exercícios de 2008 e 2007.

	Milhares de Euros	
	2008	2007
Crédito a clientes	13 655 694	13 180 880
Entidades de crédito	822 059	934 502
Valores representativos de dívida	3 988 121	2 882 926
Derivados	175 939	117 750
Total do activo	18 641 813	17 116 058
Riscos contingentes	976 805	1 144 220
Compromissos contingentes	2 363 054	2 972 492
Total de compromissos e risco contingentes	3 339 859	4 116 712
Exposição máxima	21 981 672	21 232 770

Em seguida, apresenta-se em detalhe, para cada classe de instrumentos financeiros, o montante máximo do risco de crédito que se encontra coberto por cada uma das principais garantias reais e outras melhorias de crédito de que o Grupo dispõe a 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

Exercício 2008	de	Milhares de Euros						
		Garantia imobiliária	Garantias por depósitos em numerário	Outras garantias reais	Avalizados por entidades financeiras	Avalizados por outras entidades	Restantes	Total
Crédito a clientes		9 559 970	64 008	203 033	8 661	479 824	3 340 198	13 655 694
Entidade de crédito	de	5 289	-	-	-	-	816 770	822 059
Valores representativos de dívida		-	-	2 107 115	-	-	1 881 006	3 988 121
Derivados		-	-	-	46 740	-	129 199	175 939
Total do activo		9 565 259	64 008	2 310 148	55 401	479 824	6 167 173	18 641 813
Riscos contingentes		-	-	-	1 036	10	975 759	976 805
Compromissos contingentes		-	-	-	-	-	2 363 054	2 363 054
Total de compromissos e riscos contingentes	de	-	-	-	1 036	10	3 338 813	3 339 859
Exposição máxima		9 565 259	64 008	2 310 148	56 437	479 834	9 505 986	21 981 672

Exercício 2007	de	Milhares de Euros						
		Garantia imobiliária	Garantias por depósitos em numerário	Outras garantias reais	Avalizados por entidades financeiras	Avalizados por outras entidades	Restante	Total
Crédito a clientes		7 819 366	1 868	1 073 596	11 934	276 433	3 997 683	13 180 880
Entidade de crédito		-	-	-	-	-	934 502	934 502
Valores representativos de dívida		-	-	503 035	-	-	2 379 891	2 882 926
Derivados		-	-	-	-	-	117 750	117 750
Total do activo		7 819 366	1 868	1 576 631	11 934	276 433	7 429 826	17 116 058
Riscos contingentes		-	-	-	1 826	-	1 142 394	1 144 220
Compromissos contingentes		-	-	-	-	-	2 972 492	2 972 492
Total de compromissos e riscos contingentes		-	-	-	1 826	-	4 114 886	4 116 712
Exposição máxima		7 819 366	1 868	1 576 631	13 760	276 433	11 544 702	21 232 770

As taxas históricas de incumprimento, dos instrumentos financeiros nos quais a Caja Duero assume risco de crédito, no fecho dos exercícios de 2008 e 2007, são as seguintes:

	%	
	2008	2007
Crédito a clientes	3,65	0,85
Entidades de crédito	-	-
Valores representativos de dívida	-	-
Derivados	-	-
Total do activo	2,74	0,68
Riscos contingentes	6,55	0,24
Outros compromissos e riscos contingentes	-	-
Total de compromissos e riscos contingentes	1,89	0,07

### 7.3. Risco de concentração

A Caja Duero efectua um seguimento contínuo do grau de concentração das carteiras de risco a crédito, ao abrigo de diferentes dimensões relevantes: áreas geográficas, sectores económicos, produtos e grupos de clientes.

A distribuição do risco por área geográfica, segundo a localização dos clientes do Grupo, é a seguinte:

	Milhares de euros			
	2008		2007	
	Total activo	Compromissos e riscos contingentes	Total activo	Compromissos e riscos contingentes
Negócios em Espanha	18 336 896	3 274 746	16 798 610	4 012 945
Negócios com outros países da União Europeia	<u>304 917</u>	<u>65 113</u>	<u>317 448</u>	<u>103 767</u>
<b>Total</b>	<b>18 641 813</b>	<b>3 339 859</b>	<b>17 116 058</b>	<b>4 116 712</b>

A principal exposição ao risco centra-se no "Crédito a clientes" concedido pela Caja Duero. A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os investimentos a crédito, antes dos acertos por avaliação do sector "residentes-negócios em Espanha" representava mais de 96% do saldo do "Crédito a clientes", sendo a sua distribuição por sectores de actividade, a seguinte:

	Milhares de euros					
	2008			2007		
	Risco	Distribuição (%)	Dos quais: Activos duvidosos	Risco	Distribuição (%)	Dos quais: Activos duvidosos
Agricultura, pecuária e silvicultura e pesca	445 287	3	7 435	423 409	3	8 156
Indústrias	928 720	7	22 607	784 509	6	7 021
Construção	1 438 957	11	88 593	1 583 164	13	12 599
Serviços:						
<i>Comércio e hotelaria</i>	782 885	6	14 994	679 383	5	6 413
<i>Transporte e comunicações</i>	128 207	1	1 376	192 370		905
<i>Outros serviços</i>	3 257 732	25	257 955	3 124 919	25	12 329
Crédito a particulares:						
<i>Habituação</i>	5 327 294	40	53 738	4 890 749	39	21 070
<i>Consumo e outros</i>	876 457	7	36 265	841 120	7	16 279
Instituições sem fins lucrativos	26 083		6	52 974		365
Não classificados	61 884	-	1 646	49 484	-	4.663
<b>Crédito a Clientes</b>	<b>13 273 506</b>	<b>100</b>	<b>484 615</b>	<b>12 622 081</b>	<b>100</b>	<b>89 800</b>

#### 7.4. Risco país

Entende-se por risco-país, aquele que coincide nas dívidas de um país, consideradas globalmente, por circunstâncias diferentes do risco comercial habitual. Compreende o risco soberano, o risco de transferência e os restantes riscos derivados da actividade financeira internacional. Risco soberano é o dos credores dos Estados ou de entidades garantidas por eles, quanto forem ineficazes as acções legais contra o mutuário ou o obrigado em última instância ao pagamento, por razões de soberania. Risco de transferência é o dos credores estrangeiros dos residentes de um país em que existe uma incapacidade geral para fazer face às suas dívidas, por carecer da moeda ou das moedas em que estejam denominadas.

Actualmente, as operações sujeitas a estes tipos de risco são mínimas no Grupo.

## 7.5. Risco de contrapartida

O risco de crédito por operações de mercado, ou risco de contrapartida, é o assumido com as entidades financeiras derivado da própria operação financeira da entidade.

Para o controlo do risco de contrapartida, a Caja Duero dispõe de ferramentas que, em tempo real, informam os operadores de mercado do saldo disponível dos limites estabelecidos para qualquer contrapartida. Diariamente, a partir do Departamento de Controlo de Risco de Mercado, informa-se a Direção do cumprimento dos limites estabelecidos.

A autorização dos limites corresponde ao Comité de Activos e Passivos, os parâmetros mais importantes para o estabelecimento dos limites de contrapartida baseia-se principalmente no Rating e no nível dos recursos próprios da Entidade.

As operações de compra e venda a prazo e de derivados concentram-se em contrapartidas, que são entidades financeiras de países da OCDE, de excelente qualidade creditícia, de forma que em 2008, 74% das transacções foram contratadas com estas entidades (2007: 76%). O restante corresponde fundamentalmente a uma operação com clientes particulares de baixo montante.

### Teoria dos produtos derivados por vencimento

Exercício de 2008

	Milhares de euros						Total
	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos		
Compra e venda de divisas	5 195	-	12 295	117 540	-	135 030	
Futuros sobre juros	2 800	-	-	-	-	2 800	
Opções sobre taxa de juros	500	8 060	1 743 195	709 230	128 317	2 589 301	
Opções sobre valores	34 375	32 500	144 937	376 302	-	588 114	
Opções sobre taxas de câmbio	-	-	-	24 444	-	24 444	
Perm. financeiras sobre juros	130 892	218 025	318 139	812 836	924 443	2 404 335	
Perm. financeiras sobre risco de câmbio	-	-	-	-	127 937	127 937	
<b>Total</b>	<b>173 762</b>	<b>258 585</b>	<b>2 218 566</b>	<b>2 040 351</b>	<b>1 180 696</b>	<b>5 871 961</b>	

Exercício de 2007

	Milhares de euros						Total
	Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos		
Compra e venda de divisas	13 604	56 173	17 906	64 042	-	151 725	
Futuros sobre juros	16 000	-	-	-	-	16 000	
Opções sobre taxa de juros	2 088	27 000	3 740	1 841 395	301 296	2 175 519	
Opções sobre valores	-	10 000	95 000	318 882	-	423 882	
Perm. financeiras sobre juros	-	20 096	254 240	870 461	937 490	2 082 287	
Perm. financeiras sobre risco de câmbio	-	-	-	-	132 466	132 466	
<b>Total</b>	<b>31 692</b>	<b>113 269</b>	<b>370 886</b>	<b>3 094 780</b>	<b>1 371 252</b>	<b>4 981 879</b>	

## 7.6. Risco de liquidez

Define-se como o risco de o Grupo incorrer em perdas, ao ter de desfazer ou fechar posições de mercado, alienar activos ou adquirir passivos, por falta de recursos líquidos para fazer face ao cumprimento das obrigações assumidas. Por isso, é um risco associado à capacidade do Grupo de financiar os compromissos adquiridos a preços razoáveis e levar a cabo os seus planos de negócio com fontes de financiamento estáveis.

Os factores que influenciam podem ser de carácter exógeno ou endógeno, como consequência dos intervalos temporais entre os fluxos de cobranças e pagamentos.

O risco de liquidez é gerido de um ponto de vista global do Grupo, coordenando os vencimentos de activos e passivos, realizando uma vigilância permanente dos limites estabelecidos de desfaseamento temporal, com um apoio decidido na política comercial e através da criação de diversos programas de financiamento.

Em seguida, discriminam-se os instrumentos financeiros da Caja Duero, por prazos residuais de vencimento, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, sem ter em conta os saldos contribuídos por outras sociedades do Grupo, nem os acertos por avaliação que se incluem nas epígrafes correspondentes dos balanços consolidados. As datas de vencimento consideradas para a construção da tabela anexa são as datas esperadas de vencimento ou cancelamento obtidas em função da experiência histórica da Caja Duero:

Exercício de 2008	Milhares de Euros									
	À ordem	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 12 meses e 1 ano	Entre 1 ano e 5 anos	Mais de 5 anos	Vencimento não determinado e por classificar	Total
<b>Activo</b>										
Caixa e depósitos em bancos centrais	153 391	-	-	-	-	-	-	-	-	153 391
Depósitos em entidades de crédito	43 433	250 040	407 796	96 094	1 437	6 818	3 700	11		809 329
Crédito a clientes	690 250	350 032	534 922	513 209	866 063	3 334 363	7 685 380	11 730		13 985 949
Valores representativos de dívida	-	36 451	162 441	-	50 875	1 642 334	2 092 232	-		3 984 333
Outros activos com vencimento	14 742	-	-	-	-	-	-	-		14 742
<b>Total</b>	<b>901 816</b>	<b>636 523</b>	<b>1 105 159</b>	<b>609 303</b>	<b>918 375</b>	<b>4 983 515</b>	<b>9 781 312</b>	<b>11 741</b>		<b>18 947 744</b>
<b>Passivo</b>										
Depósitos de bancos centrais	-	12 647	271 556	395 000	-	-	-	-		679 203
Depósitos de entidades de crédito	49 522	225 446	417 788	112 484	225 128	473 592	36 957	1 649		1 542 566
Depósitos a clientes	4 282 587	3 398 700	2 256 996	1 094 913	1 827 136	1 106 924	933 505	29 914		14 930 675
Débitos representados por valores negociáveis	-	100 581	419 596	193 972	38 547	620 000	-	-		1 372 696
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-	381 000		381 000
Outros passivos com vencimento	30 846	-	-	-	-	-	-	-		30 846
<b>Total</b>	<b>4 362 955</b>	<b>3 737 347</b>	<b>3 365 936</b>	<b>1 796 369</b>	<b>2 090 811</b>	<b>2 200 516</b>	<b>970 462</b>	<b>412 563</b>		<b>18 936 986</b>
Gap	(3 461 139)	(3 100 851)	(2 260 777)	(1187066)	(1 172 436)	2 782 999	8 810 850	(400 822)		10 758
Gap acumulado	(3 461 139)	(6 561 990)	(8 822 767)	(10009833)	(11 182 269)	(8 399 270)	411 580	10 758		

Exercício de 2007

	Milhares de Euros									
	À ordem	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre seis meses e 1 ano	Entre 1 ano e 5 anos	Mais de 5 anos	Vencimento não determinado e por classificar	Total	
<b>Activo</b>										
Caixa e depósitos em bancos centrais	261 346	-	-	-	-	-	-	-	-	261 346
Depósitos em entidades de crédito	34 992	846 357	51 771	3 864	2 000	-	278	9	939 271	
Crédito a clientes	262 849	320 933	589 444	637 061	1 059 755	3 247 592	7 063 384	93 452	13 274 470	
Valores representativos de dívida	-	65 324	737	-	595	343 097	2 130 283	-	2 540 036	
Outros activos com vencimento	19 052	-	-	-	-	-	-	-	19 052	
<b>Total</b>	<b>578 239</b>	<b>1 232 614</b>	<b>641 952</b>	<b>640 925</b>	<b>1 062 350</b>	<b>3 590 689</b>	<b>9 193 945</b>	<b>93 461</b>	<b>17 034 175</b>	
<b>Passivo</b>										
Depósitos de bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Depósitos de entidades de crédito	8 570	527 796	187 453	66 651	81 782	238 684	32 242	1 648	1 144 826	
Depósitos a clientes	4 462 688	2 472 329	1 833 193	992 261	1 502 886	852 555	1 055 300	25 044	13 196 256	
Débitos representados por valores negociáveis	-	717 119	539 375	394 421	383 724	250 000	-	-	2 284 639	
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	398 500	-	398 500	
Outros passivos com vencimento	33 271	-	-	-	-	-	-	-	33 271	
<b>Total</b>	<b>4 504 529</b>	<b>3 717 244</b>	<b>2 560 021</b>	<b>1 453 333</b>	<b>1 968 392</b>	<b>1 341 239</b>	<b>1 486 042</b>	<b>26 692</b>	<b>17 057 492</b>	
Gap	(3 926 290)	(2 484 630)	(1 918 069)	(812 408)	(906 042)	2 249 450	7 707 903	66 769	(23 317)	
Gap acumulado	(3 926 290)	(6 410 920)	(8 328 989)	(9 141 397)	(10 047 439)	(7 797 989)	(90 086)	(23 317)		

## 7.7. Risco de mercado

Este risco compreende os riscos resultantes de possíveis variações adversas das taxas de juro dos activos e passivos, das taxas de câmbio, nas quais estão denominadas as massas patrimoniais ou fora do balanço, e dos preços de mercado dos instrumentos financeiros negociáveis.

Para minimizar o referido risco, existem na Caja Duero os seguintes comités: Direcção, Tesouraria, e Activos e Passivos. Estes comités gerem tanto os activos e passivos, como a carteira de participações.

A gestão de activos e passivos é fundamentada na utilização de instrumentos, na gestão dos fluxos de caixa derivados da operação habitual, e na tomada de posições a longo prazo, que garantam uma margem financeira assumindo um determinado comportamento do mercado.

A carteira de participações está em conformidade com o Grupo Financeiro e Empresarial, já que a Caja Duero toma parte activa na economia nacional e, sobretudo, regional, investindo naqueles sectores estratégicos que supõe terem maior potencial de crescimento. A finalidade destas carteiras não é a obtenção de lucros a curto prazo por movimentos do mercado, mas a de se situar estrategicamente para aproveitar as sinergias, tanto verticais como horizontais, que possam aparecer nos diferentes mercados.

A necessidade de controlar e gerir o risco de mercado, tal como recomenda o órgão regulador e as boas práticas bancárias internacionais, fez que a Caja Duero se integrasse no projecto sectorial de risco de mercado coordenado pela Confederação Espanhola de Caixas de Aforro.

Durante o ano de 2007 sistematizou-se o controlo de diversos parâmetros do risco de mercado, como o VAR, a sensibilidade, resultados, etc., da carteira de negociação, estabelecendo limites de cujo cumprimento a Direcção do Grupo é informada com periodicidade diária.

O seguimento dos riscos de mercado é realizado diariamente, pelo Departamento de Risco de Mercado, dentro do Área de Controlo Global do Risco, reportando periodicamente aos órgãos de gestão sobre os níveis de risco existente e o cumprimento dos limites estabelecidos.

Também se utilizam medidas para validar a adequação dos modelos de avaliação do risco de mercado utilizados (Back testing), bem como relatórios de Stress testing, que consistem em submeter as carteiras a cenários teóricos de extrema volatilidade para conhecer o seu impacto nas posições de mercado do Grupo.

Os relatórios obtidos permitirão avaliar a gestão realizada nos mercados financeiros em que a entidade tome posições, medir os riscos de forma homogénea, fixar e distribuir limites, atribuir de forma eficiente os recursos próprios e manter a Direcção de Topo e os órgãos reguladores informados de todos os riscos assumidos na carteira de negociação.

O risco de mercado em termos de VAR, a 31 de Dezembro de 2008 ascende a 26 792 milhares de euros (2007: 10 582 milhares de euros).

#### 7.8. Risco da taxa de juro

Este risco faz referência ao impacto que as mudanças no nível geral das taxas de juro podem ter na conta de resultados (fluxos de geração de rendimentos e gastos) ou no valor patrimonial. A causa é os desfasamentos nas datas de vencimento ou reapreciação das massas de activos e passivos que produz uma resposta diferente perante as variações na taxa de juro.

A Caja Duero gere o risco de juro através do comité de Activos e Passivos e, para realizar esta função, as principais medidas utilizadas são o *gap* estático de sensibilidade e simulações da margem financeira futura e balanço futuro, sendo da responsabilidade do Conselho de Administração tanto a gestão de activos e passivos como o estabelecimento dos limites dos riscos.

##### a) *Gap* de taxas de juros de Activos e Passivos

Para o *gap* de taxas de juro, agrupam-se os diferentes vencimentos e/ou reapreciações, analisando os desfasamentos em cada período entre as diferentes massas de activo, passivo e fora do balanço. O seguimento de *Gaps* temporais permite identificar concentrações de risco em determinados períodos, e tomar as decisões adequadas para neutralizar as exposições excessivas que, ao produzirem movimentos adversos nas curvas das taxas, causariam um grande impacto na rentabilidade ou na solvência.

A estrutura de vencimentos e reapreciações é a base para os processos de simulação que medem a exposição da margem financeira e o valor patrimonial da entidade perante os movimentos nas taxas de juro.

#### b) Simulações

Permitem analisar o impacto potencial das flutuações das taxas de juro na margem financeira e no valor patrimonial, contemplando vários cenários, tanto da evolução do mercado como do negócio. A combinação da informação real com a informação assumida desenvolve diferentes cenários com os quais podemos calcular a sensibilidade da margem financeira e do valor patrimonial, bem como a optimização do balanço futuro, mantendo níveis de risco aceitáveis.

- Sensibilidade da margem financeira: mede as variações em rendimentos e gastos financeiros como consequência dos deslocamentos das curvas da taxa de juro. Realiza-se um estudo a curto prazo e a sensibilidade é obtida por comparação entre as margens actuais e as esperadas num cenário de movimento de taxas.
- Sensibilidade do balanço: mede o impacto potencial de uma variação de taxas de juro nos valores actuais dos activos e passivos. Realiza-se um estudo a longo prazo para medir a incidência do risco ao longo da estrutura de prazos do balanço.

Em termos gerais, as técnicas utilizadas para a mitigação deste risco são baseadas na contratação de instrumentos de taxa fixa e derivados financeiros para a realização de coberturas de taxa de juro.

Tanto para a gestão de activos e passivos, como para o controlo da liquidez durante 2007, implementou-se uma nova ferramenta que proporciona novos relatórios e uma melhoria nos controlos.

A tabela seguinte resume a exposição da Caja Duero, que representa aproximadamente 99% dos activos e passivos do Grupo (2007: 97%), ao risco da taxa de juro, agrupando o valor contabilístico dos activos e passivos financeiros em função da data de revisão da taxa de juro ou da data de vencimento para operações a taxa fixa. Para construir o quadro anexo, utilizaram-se as datas contratuais de revisão das taxas de juro que não diferem das datas esperadas no caso de operações a taxa variável. Para as operações a taxa fixa, utilizou-se a data de vencimento contratual esperada. Da mesma forma, o quadro mostra a taxa de juro média para cada grupo de instrumentos e a faixa de revisão ou vencimento (montantes em milhares de euros).

Exercício de 2008	Até um mês		Entre 1 e 3 meses		Entre 3 meses e 1 ano		Entre 1 e 2 anos		Entre 2 e 3 anos		Entre 3 e 4 anos		Entre 4 e 5 anos		Mais de 5 anos		Não sensíveis	Total	
	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	Milhares de euros	
<b>Activo</b>																			
Caixa e depósitos em bancos centrais	59 680	3,38	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	94838	154518
Carteira de negociação	35 002	-	163 002	-	40557	-	-	-	10 000	-	-	-	-	-	-	-	-	101477	350038
Activos financeiros disponíveis para venda	1000000	3,21	224 972	2,88	1182	7,20	526	4,00	10732	4,76	2	5,10	30000	4,20	1465578	3,63	540078	3273070	
Investimentos a crédito	1918076	3,05	3216362	4,81	7798239	5,80	233840	5,47	151665	5,68	125425	5,90	105003	5,49	190419	3,68	748396	14487425	
Carteira de investimento a vencimento	537 459	3,05	331400	4,16	-	0,00	-	-	100000	4,00	-	-	-	-	-	-	-	-	968879
Outros activos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1364042	1364042
<b>Total</b>	<b>3550237</b>	<b>3,19</b>	<b>3935736</b>	<b>3,26</b>	<b>7839978</b>	<b>3,29</b>	<b>234366</b>	<b>3,82</b>	<b>272397</b>	<b>3,13</b>	<b>125427</b>	<b>3,01</b>	<b>135003</b>	<b>3,11</b>	<b>1655997</b>	<b>3,2</b>	<b>2848831</b>	<b>20597972</b>	
<b>Passivo</b>																			
Carteira de negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	79339	79339
Passivos financeiros ao custo amortizado	5335187	3,36	3837316	4,15	4256224	4,39	1404875	4,51	418712	1,88	504536	2,18	2206893	0,35	770559	3,93	383958	19118260	
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	299303	299303
<b>Total</b>	<b>533587</b>	<b>2,04</b>	<b>3837316</b>	<b>2,37</b>	<b>4256224</b>	<b>2,14</b>	<b>1404875</b>	<b>2,39</b>	<b>418712</b>	<b>3,31</b>	<b>504536</b>	<b>2,72</b>	<b>2206893</b>	<b>2,54</b>	<b>770559</b>	<b>4,11</b>	<b>762600</b>	<b>19496902</b>	
Gap	(1784950)		98420		3583754		(1170509)		(146315)		(379109)		(2071890)		885438		2086231	1101070	
Gap acumulado	(1784950)		(1686530)		1897224		726 715		580400		201291		(1870599)		(985161)		1101070		

Exercício de 2007	Até um mês		Entre 1 e 3 meses		Entre 3 meses e 1 ano		Entre 1 e 2 anos		Entre 2 e 3 anos		Entre 3 e 4 anos		Entre 4 e 5 anos		Mais de 5 anos		Não sensíveis	Total	
	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	% Média	Milhares de euros	Milhares de euros	
<u>Activo</u>																			
Caixa e depósitos em bancos centrais	175 364	3,78	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	86 447	261 811
Carteira de negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28 591	7,45	-	-	-	-	-	78 993	107 584
Activos financeiros disponíveis para venda	561 821	4,40	30 716	0,78	571	8,96	1 462	8,29	526	5,89	10 731	4,93	2	4,11	1 900 579	3,50	787 777	3 294 185	
Investimentos a crédito	2 602 083	3,05	3 451 858	5,44	6 845 835	5,41	163 276	5,54	139 752	5,66	105 888	5,66	84 325	5,84	208 470	4,69	402 954	14 004 441	
Outros activos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 123 388	1 123 388	
<b>Total</b>	<b>3 339 268</b>		<b>3 482 574</b>		<b>6 846 406</b>		<b>164 738</b>		<b>140 278</b>		<b>145 210</b>		<b>84 327</b>		<b>2 109 049</b>		<b>2 479 559</b>	<b>18 791 409</b>	
<u>Passivo</u>																			
Carteira de negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43 911	43 911
Outros passivos financeiros de justo valor com variações em perdas e ganhos	5 014 183	3,88	3 114 926	4,95	4 087 670	4,00	1 049 348	1,78	805 648	1,49	747 689	1,39	577 870	1,68	1 535 552	2,01	221 290	17 154 176	
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	435 605	432 605
Outros passivos																			
<b>Total</b>	<b>5 014 183</b>		<b>3 114 926</b>		<b>4 087 670</b>		<b>1 049 348</b>		<b>805 648</b>		<b>747 689</b>		<b>577 870</b>		<b>1 535 552</b>		<b>697 806</b>	<b>17 630 692</b>	
Gap	(1 674 915)		367 648		2 758 736		(884 610)		(665 370)		(602 479)		(493 543)		573 497		1 781 753	1 160 717	
Gap acumulado	(1 674 915)		(1 307 267)		1 451 469		566 859		(98 511)		(700 990)		(1 194 533)		(621 036)		1 160 717		

Assumindo que os activos e passivos financeiros a 31 de Dezembro de 2008 permanecem estáveis até o vencimento ou liquidação, um aumento de 100 pontos base nas taxas de juro diminuiria os lucros líquidos para o ano seguinte em aproximadamente 14 224 milhares de euros (2007: 10 943 milhares de euros).

## 7.9. Risco de mudança

A exposição ao risco de mudança é muito reduzida, sendo a política do Grupo a de manter um perfil baixo por este risco. A tabela seguinte resume a exposição ao risco de câmbio.

*Exercício de 2008*

	Milhares de euros			
	EUR	USD	Outros	Total
<u>Activo</u>				
Caixa e depósitos em bancos centrais	153.735	267	547	154.549
Depósitos em entidades de crédito	813.952	6.094	2.013	822.059
Crédito a clientes	13.592.812	60.757	2.125	13.655.694
Valores representativos de dívida	3.988.121	-	-	3.988.121
Outros instrumentos de capital	583.964	-	-	583.964
Derivados de negociação	103.396	-	-	103.396
Derivados de cobertura	66.282	6.261	-	72.543
Activos não correntes em venda	173.845	-	-	173.845
Participações	272.591	-	20.183	292.774
Activos por resseguros	5.403	-	-	5.403
Activo corpóreo	599.030	-	-	599.030
Activo incorpóreo	2.268	-	-	2.268
Activos fiscais	208.177	-	-	208.177
Restantes activos	81.794	39	-	81.833
Total	20.645.370	73.418	24.868	20.743.656
<u>Passivo</u>				
Depósitos em bancos centrais	649.815	34.232	-	684.047
Depósitos de entidades de crédito	1.564.177	1.680	1.953	1.567.810
Depósitos a clientes	15.008.763	29.603	1.779	15.040.145
Derivados de negociação	73.078	6.261	-	79.339
Débitos representados por valores negociáveis e passivos subordinados	1.766.309	-	-	1.766.309
Outros passivos financeiros	57.245	-	-	57.245
Derivados de cobertura	14.853	-	-	14.853
Passivos associados a activos não correntes em venda	62.138	-	-	62.138
Passivos por contratos de seguros	22.185	-	-	22.185
Provisões	150.594	58	12	150.664
Passivos fiscais	81.295	-	-	81.295
Fundo de Obra Social	34.005	-	-	34.005
Restantes passivos	25.030	-	-	25.030
Total	19.509.487	71.834	3.744	19.585.065
Posição líquida por divisas do balanço	1.135.883	1.584	21.124	1.158.591
Compra e venda de divisas		(2.218)	(19)	(2.237)

Exercício de 2007

	Milhares de euros			
	EUR	USD	Outros	Total
<b>Activo</b>				
Caixa e depósitos em bancos centrais	261.066	253	524	261.843
Depósitos em entidades de crédito	899.297	30.066	5.139	934.502
Crédito a clientes	13.122.286	56.420	2.174	13.180.880
Valores representativos de dívida	2.882.926	-	-	2.882.926
Outros instrumentos de capital	876.313	-	-	876.313
Derivados de negociação	81.146	-	-	81.146
Derivados de cobertura	36.604	-	-	36.604
Activos não correntes em venda	5.345	-	-	5.345
Participações	191.551	-	18.807	210.358
Activos por resseguros	7.587	-	-	7.587
Activo corpóreo	537.636	-	-	537.636
Activo incorpóreo	13.241	-	-	13.241
Activos fiscais	160.674	-	-	160.674
Restantes activos	65.503	4.386	-	69.889
<b>Total</b>	<b>19.141.175</b>	<b>91.125</b>	<b>26.644</b>	<b>19.258.944</b>
<b>Passivo</b>				
Depósitos de entidades de crédito	1.178.632	2.473	4.399	1.185.504
Depósitos a clientes	13.280.071	30.037	2.596	13.312.704
Derivados de negociação	43.912	-	-	43.912
Débitos representados por valores negociáveis e passivos subordinados	2.698.255	-	-	2.698.255
Outros passivos financeiros	75.090	-	-	75.090
Derivados de cobertura	87.863	-	-	87.863
Passivos por contratos de seguros	236.688	-	-	236.688
Provisões	159.472	59	-	159.531
Passivos fiscais	155.430	-	-	155.430
Restantes passivos	57.442	4.379	1	61.822
<b>Total</b>	<b>17.972.855</b>	<b>36.948</b>	<b>6.996</b>	<b>18.016.799</b>
Posição líquida por divisas do balanço	1.168.320	54.177	19.648	1.242.145
Compra e venda de divisas	-	(56.371)	(86)	(56.457)

O montante das diferenças de câmbio, reconhecidas na conta consolidada de ganhos e perdas, ascende, no exercício de 2008, a ganhos de 1 539 milhares de euros de gastos (2007: 233 milhares de euros de gastos).

#### 7.10 Justo valor dos instrumentos financeiros

Como se descreve na Nota 3.f), excepto para os instrumentos financeiros classificados nas epígrafes de "Investimentos a crédito" e "Carteira de investimento a vencimento" e para os instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser estimado forma fiável ou instrumentos derivados que tenham como activo subjacente os referidos instrumentos de capital, os activos financeiros do Grupo aparecem registados no balanço consolidado em anexo pelo seu justo valor.

Da mesma forma, excepto os passivos financeiros registados na epígrafe de "Passivos financeiros ao custo amortizado", o resto dos passivos financeiros aparecem registados pelo seu justo valor no balanço consolidado em anexo.

O quadro seguinte resume o valor contabilístico dos instrumentos financeiros que não se encontram registados no balanço consolidado pelo seu justo valor:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Activos financeiros</u>		
Investimentos a crédito	14 477 753	14 109 977
Activos disponíveis para venda	173 126	124 877
Carteira de investimento a vencimento		
<u>Passivos financeiros</u>		
Passivos financeiros ao custo amortizado	19 115 556	17 266 086

Para além disso, alguns elementos registados nas epígrafes de "Passivos financeiros ao custo amortizado" estão sujeitos a relações de cobertura de justo valor (ver Notas 3.i e 14), tendo-se ajustado o seu valor num montante equivalente às variações experimentadas no seu justo valor como consequência do risco coberto, principalmente, o risco de taxa de juro.

Dado que a maior parte dos activos financeiros registados nas epígrafes de "Investimentos a crédito" são a taxa variável, revista pelo menos anualmente, e que a maior parte dos "Passivos financeiros ao custo amortizado" têm vencimento inferior a um ano, os Administradores estimam que o seu justo valor não difere dos valores pelos quais aparecem contabilizados no balanço consolidado, considerando neste apenas os efeitos das variações nas taxas de juro.

A 31 de Dezembro de 2008, o justo valor da carteira de investimento a vencimento era de 953 048 milhares de euros.

A 31 de Dezembro de 2008, os créditos e depósitos a prazo a clientes, com taxa de juro fixa e não associados a relações de cobertura de justo valor, mais-valias de 26 451 e menos-valias de 15 835 milhares de euros, respectivamente (em 2007: 33 934 e 9 943 milhares de euros, respectivamente). O resto dos activos e passivos financeiros a taxa fixa, não associados a relações de cobertura de justo valor, têm maioritariamente vencimento residual inferior ao ano, pelo que as variações no seu justo valor consequência de movimentos nas taxas de juro de mercado não seriam significativas.

O justo valor detalhado das diferentes carteiras de activos financeiros, dependendo do método de determinação do seu justo valor, é o seguinte, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

	Milhares de euros	
	Justo Valor	
	2008	2007
Instrumentos financeiros de justo valor segundo cotações publicadas em mercados activos		
Carteira de negociação	246 746	29 017
Activos financeiros disponíveis para venda	3 178 845	3 597 270
Total	3 425 591	3 626 287
Instrumentos financeiros de justo valor segundo a técnica de avaliação apoiada em dados observáveis de mercado		
Carteira de negociação	103 396	81 146
Outros instrumentos financeiros de justo valor com variações em perdas e ganhos	-	9 412
Activos financeiros disponíveis para venda	4 489	4 068
Derivados de cobertura	72 543	36 604
Total	180 428	131 230

Em seguida, mostra-se o efeito na conta de ganhos e perdas (ver Nota 27.1), na epígrafe de "Resultados por operações financeiras", das mudanças nos instrumentos financeiros de justo valor, dependendo da técnica utilizada para determinar o seu justo valor:

	Milhares de euros	
	Justo Valor	
	2008	2007
Instrumentos financeiros de justo valor segundo cotações publicadas em mercados activos		
Carteira de negociação	8 783	(100)
Activos financeiros disponíveis para venda	25 474	76 238
Total	34 257	76 138
Instrumentos financeiros de justo valor segundo a técnica de avaliação apoiada em dados observáveis de mercado		
Carteira de negociação	(8 194)	110
Derivados de cobertura e Outros	127	1
Total	(8 067)	111
Total	26 190	76 249

## 7.11. Risco operacional

A Caja Duero assume como definição de risco operacional a estabelecida no documento "Convergência internacional de medidas e normas de capital" do Comité de Supervisão Bancário de Basileia, que o define "como o risco de perda devido à inadequação ou às falhas dos processos, do pessoal e dos sistemas internos, assim como devido a acontecimentos externos. Esta definição inclui o risco legal, mas exclui o risco estratégico e o risco de reputação".

A Caja Duero continua a participar, tal como em exercícios anteriores, no Projecto Sectorial de Controlo Global do Risco, coordenado pela Confederação Espanhola de Caixas de Aforro, com o fim de se adaptar às normas do Comité de Supervisão Bancária de Basileia. Independentemente deste projecto, a Caixa implementou, durante 2006, os procedimentos e circuitos para a autorização, contabilização e informação dos eventos de perdas por risco operacional, aos que se encontram subordinados desde a rede de agências até à Direcção de Topo da Entidade.

A pirâmide de delegação de poderes, na Caja Duero, para o controlo e sanção dos eventos de risco operacional é a seguinte:

- Comissão Central de Riscos.
- Comissão Central de Risco Operacional.
- Comissão de Zonas de Risco Operacional.

## 8. CAIXA E DEPÓSITOS EM BANCOS CENTRAIS

A composição da epígrafe "Caixa e depósitos em bancos centrais" dos balanços consolidados em anexo, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Caixa	93 712	84 612
Banco de Espanha:		
Restantes depósitos	57 176	173 393
Outros bancos centrais	2 534	1 373
Acertos por avaliação:		
Juros obtidos	1 127	465
Total	159 549	261 843

O prazo restante do vencimento destas epígrafes encontra-se detalhado na Nota 7.6 sobre risco de liquidez.

A maior parte dos depósitos mantidos no Banco de Espanha encontram-se subordinados ao cumprimento do coeficiente de reservas mínimas, segundo o estipulado no regulamento legal em vigor.

## 9. CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

O capítulo do activo e passivo dos balanços consolidados, em detalhe, é o seguinte:

	Milhares de euros			
	Activo		Passivo	
	2008	2007	2008	2007
Valores representativos de dívida	246 746	26 605	-	-
Outros instrumentos de capital	-	2 412	-	-
Derivados de negociação	103 396	81 146	79.339	43 912
Total	350 142	110 163	79 339	43 912

Durante os exercícios de 2008 e 2007, não se realizaram transferências de activos, incluídos nesta epígrafe, para outras carteiras de activos financeiros. O detalhe dos valores representativos de dívida, classificados em função da sua contraparte é o seguinte:

	Milhares de Euros	
	2008	2007
Dívida do estado	39 397	26 605
Entidades de crédito	207 349	-
Total	246 746	26 605

Os juros obtidos não vencidos no fecho do exercício de 2008 pelos valores representativos de dívida ascendiam a 2 154 milhares de euros (2007: 217 milhares de euros). Os referidos juros fazem parte do saldo contabilístico registado nesta epígrafe do balanço de situação.

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007 não existiam activos classificados nesta epígrafe que estivessem cedidos temporariamente, ocupados ou subordinados a garantias.

O prazo restante de vencimento desta epígrafe encontra-se detalhado na Nota 7.6 de risco de liquidez.

Os instrumentos de capital registados nesta epígrafe correspondem a títulos cotados, e estão detalhados da seguinte maneira:

	Milhares de euros	
	2008	2007
De entidades de crédito	-	600
De outros sectores residentes	-	1 544
De outros sectores não residentes	-	268
Total		2 412

Os derivados de negociação, em conformidade com o indicado na Nota 3.f., estão classificados na carteira de negociação e, como tal, são avaliados pelo seu justo valor, registando-se as variações que pudessem ocorrer no seu justo valor, directamente na conta de ganhos e perdas.

Em seguida, detalham-se, para os exercícios anuais terminados a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os valores hipotéticos e os justos valores dos derivados financeiros registados como "derivados de negociação" classificados por tipo de mercado:

	Milhares de euros					
	Hipotéticos		Justo Valor			
	Contas de ordem		Activo		Passivo	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Por tipos de mercado						
Mercados Organizados	2 800	16.000	-	-	-	-
Mercados não Organizados	4 718 868	3871604	103396	81146	79339	43912
Total	4 721 668	3887604	103396	81146	79339	43912

As operações contratadas em mercados organizados correspondem a futuros financeiros. Em relação às operações contratadas em mercados não organizados, a sua classificação por tipo de produto, contraparte, prazo restante e tipo de risco é a seguinte:

	Milhares de Euros	
	<u>Hipotéticos</u>	
	2008	2007
<u>Por tipo de produto</u>		
Operações a prazo com divisas		
Compra	65 675	47 394
Vendas	69 355	104 331
Permutas	1 381 978	1 120 478
Opções		
Compradas	1 677 674	1 410 879
Vendidas	1 524 186	1 188 522
Total	<u>4 718 868</u>	<u>3 871 604</u>
<u>Por contraparte</u>		
Entidades de crédito. Residentes	2 468 989	2 372 801
Entidades de crédito. Não residentes	711 045	303 028
Outras entidades financeiras. Residentes	217 498	95 760
Outros sectores. Residentes	1 321 336	1 093 811
Outros sectores. Não residentes	-	6 204
Total	<u>4 718 868</u>	<u>3 871 604</u>
<u>Por prazo restante</u>		
Até 1 ano	1 809 298	341 132
Mais de 1 ano e até 5 anos	2 333 754	2 892 033
Mais de 5 anos	575 816	638 439
Total	<u>4 718 868</u>	<u>3 871 604</u>
<u>Por tipo de riscos</u>		
Risco de câmbio	287 411	284 191
Risco de taxa de juro	3 843 343	3 163 531
Risco sobre acções	588 114	423 882
Total	<u>4 718 868</u>	<u>3 871 604</u>

## 10. OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DE JUSTO VALOR COM VARIACÕES EM PERDAS E GANHOS

O detalhe destes capítulos dos balanços consolidados é o seguinte:

	Milhares de euros			
	Activo		Passivo	
	2008	2007	2008	2007
Créditos/Depósitos com clientes				
- por produtos de seguros	-	5 405	-	5 467
Valores representativos de dívida	-	4 007	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>9 412</b>	<b>-</b>	<b>5 467</b>

Durante os exercícios de 2008 e 2007 não se realizaram transferências de activos, incluídos nesta epígrafe, para outras carteiras de activos financeiros.

Todos os saldos desta epígrafe do exercício de 2007 correspondiam a operações realizadas pela Unión del Duero, Seguros de Vida, S.A., sociedade que se consolidou pelo sistema de integração global no referido exercício. No exercício de 2008, e como consequência da venda de uma parte das acções da referida sociedade (ver Nota 2.c.1), a participação passou a ser considerada como sociedade associada, e a ser integrada nas contas anuais consolidadas pelo sistema da participação.

Os saldos do activo de créditos com clientes, no montante de 5 405 milhares de euros, a 31 de Dezembro de 2007, correspondem a investimentos por conta de tomadores de seguros de vida, que assumem o risco do investimento. Os saldos do passivo de depósitos com clientes, no montante de 5 467 milhares de euros, a 31 de Dezembro de 2007, correspondem às provisões técnicas relativas ao seguro de vida dos contratos anteriores.

O detalhe dos valores representativos de dívida, classificados em função de sua contraparte, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Outros sectores não residentes	-	4 007
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>4 007</b>

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007 não existiam activos classificados nesta epígrafe que estivessem ocupados ou afectos a garantias.

O prazo restante de vencimento desta epígrafe encontra-se detalhado na Nota 7.6 do risco de liquidez.

## 11. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O detalhe deste capítulo do activo financeiro dos balanços consolidados é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Valores representativos de dívida	2 772 496	2 852 314
Outros instrumentos de capital	583 964	873 901
Total	3 356 460	3 726 215

Durante os exercícios de 2008 e 2007 não se realizaram transferências de activos incluídos nesta epígrafe para outras carteiras de activos financeiros.

Os resultados por operações financeiras com activos financeiros disponíveis para venda ascenderam a 25 474 milhares de euros, dos quais 16 695 milhares de euros correspondem a lucros por vendas de acções da Iberdrola, S.A. (2007: 76 238 milhares de euros, dos quais 47 127 milhares de euros corresponderam a lucros por vendas de acções da Imobiliária Colonial, S.A.).

### 11.1 Valores representativos de dívida

O detalhe dos valores representativos de dívida classificados em função da sua contraparte é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Administrações públicas espanholas	1 575 498	2 189 916
Entidades de crédito	2 889	4 344
Outros sectores residentes	1 205 996	545 940
Administração pública não residente	-	61 719
Outros sectores não residentes	4 074	54 641
Acertos por avaliação		
Correcções de valor por deterioração de activos	(15 961)	(4 246)
Total	2 772 496	2 852 314

Os juros obtidos não vencidos no exercício de 2008 dos valores representativos de dívida ascendem a 45 916 milhares de euros (2007: 62 987 milhares de euros). Estes juros incluem-se como parte integrante do saldo desta epígrafe.

Todos os títulos representativos de dívida estão registados pelo seu justo valor. A diferença existente entre o justo valor e o custo amortizado dos títulos, líquido do efeito impositivo, no fecho do exercício, apresenta uma menos-valia líquida de 20 063 milhares de euros (2007: menos-valia líquida de 73 591 milhares de euros).

A 31 de Dezembro de 2008, esta epígrafe inclui obrigações de titularização, no montante de 1 204 064 milhares de euros, emitidos por fundos de titularização que têm subscritos depósitos a prazo emitidos pela Caja Duero pelo mesmo montante (em 2007: 503 035 milhares de euros).

Do saldo dos valores de dívida incluídos na carteira activos disponíveis para venda, a Entidade tinha cedido a 31 de Dezembro de 2008, um montante de 1 704 546 milhares de euros (2007: 1 898 191 milhares de euros) que, juntamente com os adquiridos temporariamente a entidades de crédito, permitiram ceder um montante efectivo de 1 064 696 milhares de euros a entidades de crédito (Nota 20.2) e 1 166 586 milhares de euros a clientes (Nota 20.3) e 29 989 milhares de euros a Administrações Públicas (Nota 20.3) (2007: 1 881 532 milhares de euros).

Para além disso, do saldo dos valores de dívida incluídos na carteira activos disponíveis para venda, a Entidade tinha afectos a garantias, a 31 de Dezembro de 2008, um montante de 1 053 421 milhares de euros, correspondentes a um montante nominal de 1 061 872 milhares de euros, dos quais nominais por 961 357 milhares de euros estavam subordinados à apólice de financiamento o Banco de Espanha. Em 2007, os títulos afectos a garantias eram 633 307 milhares de euros.

O prazo restante de vencimento desta epígrafe encontra-se detalhado na Nota 7.6 de risco de liquidez.

## 11.2 Outros instrumentos de capital

Este capítulo dos balanços consolidados em anexo agrega os instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como acções e quotas participativas, que têm a natureza de instrumentos de capital para o emissor, salvo aquelas sociedades em que se exerça controlo ou se possua uma participação superior a 20% ou aquelas em que, ostentando uma percentagem de participação inferior, é exercida uma influência negativa. Neste capítulo incluem-se as participações em fundos de investimento.

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a distribuição do saldo deste capítulo, em função do sector de actividade do emissor, é o seguinte:

	Milhares de Euros	
	2008	2007
De entidades de crédito	46 235	63 222
De outros sectores residentes	528 304	809 304
De não residentes	9 425	1 375
Total	583 964	873 901

No fecho dos exercícios de 2008 e 2007, a epígrafe "Outros instrumentos de capital", apresenta a seguinte composição, em função da admissão ou não para cotação dos títulos que a integram, bem como a percentagem que representam sobre o total:

	2008		2007	
	Milhares de euros	% sobre o total	Milhares de euros	% sobre o total
Com cotação	406 349	70	744 956	85
Sem cotação	177 615	30	128 945	15
Total	583 964	100	873 901	100

A 31 de Dezembro de 2008, os activos classificados na carteira de activos disponíveis para venda, contabilizados pelo seu justo valor, eram 410 838 milhares de euros (2007: 749 024 milhares de euros). O custo líquido de aquisição dos referidos títulos foi de 420 751 milhares de euros (2007: 500 075 milhares de euros), dos quais 414 949 correspondem a títulos com cotação oficial (2007: 487 565 milhares de euros), 5 795 milhares de euros correspondem a participações em fundos de investimento (2007: 3 010 milhares de euros), e 7 milhares de euros, a outros títulos não cotados de taxa variável (em 2007: 9 500 milhares de euros). No fecho do exercício de 2008, a diferença existente entre o justo valor e custo de aquisição, líquida do efeito impositivo ascendia a uma menos-valia líquida de 6 939 milhares de euros (2007: mais-valia líquida de 174 264 milhares de euros) e encontra-se incluída na epígrafe "Acertos por avaliação - Activos financeiros disponíveis para venda" do Património Líquido.

A 31 de Dezembro de 2008, os títulos contabilizados pelo seu custo de aquisição, por não ser possível determinar o seu justo valor, por não existir informação fiável suficiente ou de mercado, ascendiam a 173 126 milhares de euros (2007: 124 877 milhares de euros). O referido custo é líquido, se aplicável, de acertos por deterioração, sendo detalhado como se segue:

<u>Sociedade</u>	<u>Milhares de Euros</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Grupo Isolux Corsán, S.A. (a)	31 454	30 661
Afianzamientos de Riesgo E.F.C., S.A.	20 000	20 000
Lazora, S.A.	15 000	10 500
Arco Wine Investment Group, S.A.	14 954	14 954
Losan Hotels World Value Added I, S.L.	13 114	3 000
Palau Pharma, S.A.	12 000	8 000
Desarrollo de Proyectos Martinsa Grupo-Norte, S.A.	10 468	-
Magnum Capital L.P.	9 418	1 365
Celeris Servicios Financieros, S.A., E.F.C.	6 261	6 261
ADE Capital Sodical Sociedad de Capital Riesgo, S.A.	5 369	2 377
Lazora II, S.A.	4 125	1 875
Tirant Inversión, F.C.R.	2 824	947
Altavista Hotelera, S.A. (b)	2 439	-
Fondo EBN Alisma, F.C.R.	2 281	2 496
Fondo EBN Vaccaria, F.C.R.	2 270	3 000
Outras	21 149	19 441
<b>Total</b>	<b>173 126</b>	<b>124 877</b>

(a) Participação indirecta através da Carteras Perseidas, S.L.

(b) Participação indirecta através do Grupo de Negocios Duero, S.A.U.

### 11.3. Perdas por deterioração

O detalhe das perdas por deterioração, de instrumentos de dívida, contabilizadas no fecho dos exercícios de 2008 e 2007 para os activos da carteira de activos financeiros disponíveis para a venda é o seguinte:

	<u>Milhares de Euros</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Saldo inicial da provisão determinada colectivamente	4 246	444
Dotações incluídas nos resultados do exercício	11 724	3 840
Fundos recuperados	(9)	(38)
<b>Saldo final da provisão determinada colectivamente</b>	<b>15 961</b>	<b>4 246</b>

## 12. INVESTIMENTOS A CRÉDITO

O detalhe deste capítulo do activo dos balanços consolidados é o seguinte:

	Milhares de Euros	
	2008	2007
Depósitos em entidades de crédito	822 059	934 502
Crédito a clientes	13 655 694	13 175 475
Total	14 477 753	14 109 977

Durante os exercícios de 2008 e 2007 não se realizaram transferências de activos, incluídos nesta epígrafe, para outras carteiras de activos financeiros.

### 12.1 Depósitos em entidades de crédito

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os depósitos em entidades de crédito apresentavam o seguinte detalhe:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Contas a prazo	135 318	857 344
Aquisição temporária de activos	625 619	36 436
Outras contas	44 800	39 408
Cheques a cargo de entidades de crédito	14 668	-
Acertos por avaliação		
Juros obtidos		
Entidades residentes	1 623	1 282
Entidades não residentes	31	32
Total	822 059	934 502

Os prazos restantes de vencimento desta epígrafe encontram-se detalhados na Nota 7.6 do risco de liquidez.

Do saldo dos activos adquiridos temporariamente a entidades de crédito, o Grupo tinha cedidos, a 31 de Dezembro de 2008, um montante de 618 737 milhares de euros (2007: 36.436 milhares de euros) a entidades de crédito (Nota 20.2), administrações públicas (Nota 20.3) e a clientes, sendo o montante e valor pelo qual figuram registados no passivo de 625 091 milhares de euros (2007: 33 330 milhares de euros).

## 12.2 Crédito a clientes

A seguir, faz-se a discriminação destas epígrafes dos balanços consolidados em anexo, atendendo à modalidade e situação do crédito, bem como ao sector da contraparte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Por modalidade e situação do crédito		
Carteira Comercial	772 258	502 017
Devedores com garantia real	9 515 988	8 982 835
Outros devedores a prazo	2 813 156	3 280 217
Arrendamentos financeiros	165 481	169 828
Devedores à ordem e vários	216 017	277 366
Outros activos financeiros	-	125 423
Activos duvidosos	510 693	113 447
Acertos por avaliação	(337 899)	(275 658)
Total	13 655 694	13 175 475
Por sectores		
Administrações públicas espanholas	330 790	234 496
Outros sectores residentes	12 975 012	12 551 371
Administrações públicas não residentes	-	-
Outros sectores não residentes	349 892	389 608
Total	13 655 694	13 175 475
Por modalidade da taxa de juro:		
Fixa	1 365 847	919 503
Variável	12 289 847	12 255 972
Total	13 655 694	13 175 475

Os prazos restantes de vencimento desta epígrafe encontram-se detalhados na Nota 7.6 do risco de liquidez.

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007 não existiam operações de créditos de clientes afectos a operações de garantia.

Da mesma forma, a 31 de Dezembro de 2008, na epígrafe "Depósitos da clientes - obrigações a prazo" (Nota 20.3), são incluídos títulos hipotecários singulares no montante de 3 090 milhões de euros (em 2007: 1 640 milhões de euros) e na epígrafe "Débitos representados por valores negociáveis" (Nota 20.4) títulos hipotecários no montante de 400 milhões de euros (em 2007: 250 milhões de euros). Estes passivos emitidos pela Caja Duero contam com a garantia dos créditos com garantia real e das Administrações Públicas espanholas.

Durante os exercícios de 2008 e 2007, o Grupo não realizou titularizações de operações de crédito sobre clientes. Apesar disso, em exercícios anteriores, realizaram-se titularizações das quais a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo vivo ascende a 19 350 e 25 220 milhares de euros, respectivamente. O detalhe destes activos em função de se foram cancelados, ou não, de acordo com o critério descrito na Nota 3.j. é o seguinte:

	<u>Milhares de Euros</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Activos titularizados:		
Investimentos a crédito		
Cancelados	19 350	25 220
Não cancelados	-	-
Total	<u>19 350</u>	<u>25 220</u>

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o montante das operações titularizadas apresentava a seguinte discriminação:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Empréstimos hipotecários para habitação	19 350	25 220
Total	<u>19 350</u>	<u>25 220</u>

O detalhe dos acertos por avaliação efectuados sobre as operações classificadas como "Crédito a clientes" é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Acertos por avaliação		
Correcções de valor por deterioração de activos	(368 631)	(297 658)
Juros obtidos	69 519	56 692
Comissões, prémios e descontos na aquisição	(38 787)	(34 692)
Total	<u>(337 899)</u>	<u>(275 658)</u>

O movimento dos activos financeiros deteriorados que deram baixa no activo, por a sua recuperação ser considerada difícil, é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	<u>174 450</u>
Acréscimos	20 585
Recuperações	
Por cobranças em numerário sem financiamento adicional	(4 909)
Por adjudicação de activos	(2 327)
Por outros conceitos	(2 334)
Varição líquida por diferenças de câmbio	<u>(5)</u>
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	<u>185 460</u>
Acréscimos	53 362
Recuperações	
Por cobranças em numerário sem financiamento adicional	(7 311)
Por adjudicação de activos	(5 292)
Baixas definitivas	
Por remissão	(6 343)
Por outras causas	(45 039)
Varição líquida por diferenças de câmbio	<u>2</u>
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	<u>176 839</u>

O montante dos rendimentos financeiros obtidos durante o exercício de 2008, acumulados dos créditos a clientes deteriorados com uma antiguidade entre 1 e 3 meses foi de 333 milhares de euros (em 2007: 193 milhares de euros).

A 31 de Dezembro de 2008, a Entidade tinha classificados riscos sub-padrão (ver Nota 3.i) no montante de 415 857 milhares de euros (2007: 624 015 milhares de euros).

A classificação dos activos deteriorados pendentes de cobrança em função da sua antiguidade é a seguinte:

Exercício de 2008

	Milhares de Euros					
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 12 a 18 meses	De 18 a 24 meses	Mais de 24 meses	Total
Operações sem garantia real	148 123	50 835	24 455	8 871	4 800	237 084
Operações com outra garantia real	121 595	37 558	10 193	2 849	2 062	174 257
Com garantia de penhor parcial	20 606	-	-	-	-	20 606
	290 324	88 393	34 648	11 720	6 862	431 947

	Milhares de euros					
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 12 a 18 meses	De 18 a 24 meses	Mais de 24 meses	Total
Operações com garantia real sobre habitações terminadas	73 935	4 812	-	-	-	78 747
Total						510 694

Exercício de 2007

	Milhares de Euros					
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 12 a 18 meses	De 18 a 24 meses	Mais de 24 meses	Total
Operações sem garantia real	19 794	12 405	7 011	3 343	4 211	46 764
Operações com outra garantia real	8 721	4 853	5 330	3 599	4 724	27 227
Com garantia de penhor parcial	142	-	-	-	-	142
	28 657	17 258				

	Milhares de euros					
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 12 a 18 meses	De 18 a 24 meses	Mais de 24 meses	Total
Operações com garantia real sobre habitações terminadas	38 731	544	39	-	-	39 314
Total						113 447

### 12.3. Perdas por deterioração

O detalhe das perdas por deterioração contabilizadas pelo Grupo no fecho dos exercícios de 2008 e 2007 para os activos da carteira de Investimentos a Crédito é o seguinte:

Exercício de 2008	Milhares de euros			Total
	Específica	Genérica	Risco País	
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	106 203	191 544	-	297 658
Dotações incluídas nos resultados				
Determinadas individualmente	112 538	-	-	112 538
Determinadas colectivamente	-	15 406	-	15 406
Recuperação de dotações com depósito em resultados	(1 891)	(11 847)	-	(13 738)
Eliminação de saldos frustrados em relação a fundos constituídos	(43 164)	-	-	(43 164)
Diferenças de câmbio	(3)	(66)	-	(69)
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	173 683	194 948	-	368 631
Dos quais:				
Em função da forma da sua determinação:				
Determinado individualmente	173 683	-	-	173 683
Determinado colectivamente	-	194 948	-	194 948
Em função da área geográfica de localização do risco:				
Espanha	166 522	189 498	-	356 020
Resto da Europa	7 161	5 450	-	12 611
Em função da natureza do activo coberto:				
Crédito a clientes	173 683	194 948	-	368 631

Exercício de 2007	Milhares de euros			
	Específica	Genérica	Risco País	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	40 757	194 088	-	234 845
Dotações incluídas nos resultados				
Determinadas individualmente	85 794	-	-	85 794
Determinadas colectivamente	-	8 785	-	8 785
Recuperação de dotações com depósito em resultados	(1 537)	(11 679)	-	(13 216)
Eliminação de saldos frustrados em relação a fundos constituídos	(18 811)	-	-	(18 811)
Diferenças de câmbio	-	(150)	-	(150)
Outros	-	411	-	411
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	106 203	191 455	-	297 658
Dos quais:				
Em função da forma da sua determinação:				
Determinado individualmente	160 203	-	-	160 203
Determinado colectivamente	-	191 455	-	191 455
Em função da área geográfica de localização do risco:				
Espanha				
Resto da Europa				
Em função da natureza do activo coberto:				
Crédito a clientes				

Ao 31 de Dezembro de 2008, a cobertura específica do risco de crédito incluía um montante de 31 100 milhares de euros por riscos incluídos na categoria de sub-padrão (em 2007: 63.680 milhares de euros).

O detalhe da rubrica "Perdas por deterioração - Investimentos a crédito" da conta de ganhos e perdas a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Dotações	127 944	94 579
Amortização de insolvências	4 549	-
Recuperação de activos frustrados	(3 082)	(773)
Restantes recuperações	(13 820)	(13 216)
Outros	645	-
Total	116 236	80 590

### 13. CARTEIRA DE INVESTIMENTO A VENCIMENTO

O detalhe da carteira de investimento a vencimento, classificada em função da sua contraparte, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Entidades de crédito	65 140	-
Outros sectores residentes	903 867	-
Acertos por avaliação		-
Correcções de valor por deterioração de activos	(128)	-
Total	968 879	-

Os juros obtidos não vencidos no exercício 2008 dos valores representativos de dívida ascendem a 5 536 milhares de euros. Estes juros são incluídos como parte integrante do saldo desta epígrafe.

A 31 de Dezembro de 2008, esta epígrafe inclui obrigações de titularização, no montante de 898 946 milhares de euros, emitidos por fundos de titularização que têm subscritos depósitos a prazo emitidos pela Caja Duero pelo mesmo montante.

Do saldo dos valores de dívida incluídos na carteira de investimento a vencimento, a Entidade tinha afectos a garantias, a 31 de Dezembro de 2008, um montante de 604 830 milhares de euros, correspondentes a um montante nominal de 600 000 milhares de euros que estavam afectos à apólice de financiamento do Banco de Espanha.

Os prazos restantes de vencimento desta epígrafe encontram-se detalhados na Nota 7.6 do risco de liquidez.

O detalhe das perdas por deterioração do risco de crédito de instrumentos da carteira de investimento a vencimento, no fecho dos exercícios de 2008 e 2007, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Saldo inicial da provisão determinada colectivamente	-	-
Dotações incluídas nos resultados do exercício	128	-
Fundos recuperados	-	-
Saldo final da provisão determinada colectivamente	128	-

#### 14. DERIVADOS DE COBERTURA (ACTIVO E PASSIVO)

Os derivados designados como instrumentos de cobertura são registados pelo seu justo valor, segundo o disposto na Nota 3.i.

O detalhe dos derivados de cobertura, por tipo de coberturas, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é o seguinte:

	Milhares de euros			
	Activo		Passivo	
	2008	2007	2008	2007
Micro-coberturas				
Coberturas de justo valor	72 543	36 604	14 853	87 863
Total	72 543	36 604	14 853	87 863

Os derivados de cobertura correspondem a contratos de permutas financeiras para cobrir o risco da taxa de juro de depósitos a prazo, retirados aos clientes à taxa de juro fixa, e instrumentos de dívida comprados à taxa de juro fixa.

Em seguida, são detalhados, para os exercícios anuais terminados a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os valores hipotéticos e os justos valores dos derivados financeiros registados como "derivados de cobertura" classificados por tipo de mercado, tipo de produto, contraparte, prazo restante e tipo de risco:

	Milhares de Euros					
	Hipotéticos		Justo Valor			
	Contas de ordem		Activos		Passivos	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
<u>Por tipos de mercado</u>						
Mercados Organizados	-	-	-	-	-	-
Mercados não organizados	1 162 455	1 094 275	72 543	36 604	14 863	87 863
Total	1 162 455	1 094 275	72 543	36 604	14 863	87 863
<u>Por tipo de produto</u>						
Permutas	1 162 455	1 094 275	72 543	36 604	14 863	87 863
Total	1 162 455	1 094 275	72 543	36 604	14 863	87 863
<u>Por contraparte</u>						
Entidades de crédito. Residentes	513 750	460 570	36 175	18 540	6 483	49 555
Entidades de crédito. Não residentes	648 705	633 705	36 368	18 064	8 370	38 308
Total	1 162 455	1 094 275	72 543	36 604	14 853	87 863
<u>Por prazo restante</u>						
Até 1 ano	58 450	152 512	11 242	1 185	417	2 551
Mais de 1 ano e até 5 anos	370 500	207 950	29 193	15 997	182	1 602
Mais de 5 anos	733 505	733 813	32 108	19 422	14 255	83 710
Total	1 162 455	1 094 275	72 543	36 604	14 853	87 863
<u>Por tipos de riscos cobertos</u>						
Risco da taxa de juro	1 162 455	1 094 275	72 543	36 604	14 853	87 863
Total	1 162 455	1 094 275	72 543	36 604	14 853	87 863

Os ganhos e perdas dos derivados de cobertura e das rubricas cobertas, atribuíveis ao risco coberto, apresentaram o seguinte detalhe nos exercícios de 2008 e 2007:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Ganhos		
Derivados de cobertura	27 001	25
Rubricas cobertas	10 287	51 439
	<u>37 288</u>	<u>51 464</u>
Perdas		
Derivados de cobertura	(37 169)	(51 463)
Rubricas cobertas	-	-
	<u>(37 169)</u>	<u>(51 463)</u>

## 15. ACTIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES EM VENDA

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os activos não correntes em venda apresentam o seguinte detalhe:

	Milhares de euros			
	2008		2007	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Activo corpóreo adjudicado e outros investimentos imobiliários	92 770	-	5 345	-
Diode Worldwide, S.A.U.				
Activo corpóreo	11 766	-	-	-
Fundo de Comércio de consolidação	5 790	-	-	-
Depósitos em entidades de crédito	515	27 373	-	-
Activos / Passivos financeiros	48 464	29 200	-	-
Passivos fiscais	-	4 244	-	-
Restantes activos / passivos	14 540	1 321	-	-
Total	<u>173 845</u>	<u>62 138</u>	<u>5 345</u>	<u>-</u>

Durante os exercícios de 2008 e 2007, não se realizaram correcções de valor por deterioração de activos não correntes em venda. O justo valor destes activos não difere significativamente de seu valor contabilístico.

A informação dos exercícios de 2008 e 2007 da Diode Worldwide, S.A.U. está incluída no Anexo I. No exercício de 2008, a participação nesta sociedade foi considerada como activo não corrente em venda. Os dados dos activos e passivos desta sociedade a 31 de Dezembro de 2007 foram os seguintes:

	<u>Milhares de euros</u>	
Diode Worldwide, S.A.U.		
Activo corpóreo	5 773	-
Fundo de Comércio de consolidação	7 235	-
Depósitos em entidades de crédito	392	22 981
Activos / Passivos financeiros	37 357	23 655
Passivos fiscais	-	1 679
Restantes activos / passivos	17 246	2 165
Total	<u>68 003</u>	<u>50 480</u>

## 16. PARTICIPAÇÕES

Neste capítulo dos balanços consolidados, em anexo, inclui-se o valor contabilístico das acções de sociedades com uma participação directa ou indirecta da Caja Duero ou outras sociedades do Grupo, igual ou superior a 20%, e que se integram na consolidação pelo método da participação (Nota 2.c). No Anexo I indicam-se as percentagens de participação, directa e indirecta, e outra informação relevante das referidas sociedades.

O detalhe esta epígrafe dos balanços consolidados em anexo é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Entidades associadas		
Valor teórico da participação	178 609	119 780
Fundo de comércio	114 165	90 578
Total	<u>292 774</u>	<u>210 358</u>

O detalhe do fundo de comércio é o seguinte:

	<u>Milhares de Euros</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Air Nostrum Líneas del Mediterráneo, S.A.	55 183	55 183
Industrias Derivadas del Aluminio, S.L. (*)	22 558	-
Aries Complex, S.A. (*)	20 853	20 853
Dibaq Dipotreg, S.A.	3 067	5 567
Outros	12 504	8 975
Total	<u>114 165</u>	<u>90 578</u>

(\*) Participação adquirida durante o exercício de 2008. O Fundo de comércio está pendente de atribuição definitiva, conquanto até a data não se tenham verificado diferenças significativas nos valores dos activos e passivos da Sociedade.

No fecho dos exercícios de 2008 e 2007 a epígrafe "Participações", apresenta a seguinte composição, em função da admissão ou não para cotação dos títulos que a integram, bem como a percentagem que representam sobre o total:

	2008			2007		
	Milhares de euros	de % sobre o total	o	Milhares de euros	de % sobre o total	o
Com cotação	-	-		-	-	
Sem cotação	292 774	100		210 358	100	
Total	292 774	100		210 358	100	

No Anexo I está incluído o detalhe das participações, assim como os dados mais relevantes das mesmas a 31 de Dezembro de 2008 e 2007.

Durante os exercícios de 2008 e 2007, esta epígrafe dos balanços consolidados em anexo experimentou os seguintes movimentos:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Saldo inicial	210 358	165 957
Inclusões	90 184	50 127
Baixas	-	(13 702)
Saneamentos	(7 700)	(7 567)
Acertos de consolidação e outros	(68)	15 543
Saldo final	292 774	210 358

O detalhe das transacções mais significativas ocorridas nesta epígrafe durante os exercícios de 2008 e 2007 é o seguinte:

- Durante o exercício de 2008, as inclusões mais significativas na carteira de participações foram as seguintes: transferência, a partir da carteira de empresas do grupo, da participação não vendida da Duero Pensiones, E.G.F.P., S.A. e Unión del Duero, Compañía de Seguros de Vida, S.A. por um montante de 26 004 milhares de euros; transferência, a partir da carteira de activos disponíveis para venda, da participação na Blindados Grupo Norte, S.A. (23,23%) pelo montante de 5 480 milhares de euros; aquisição de uma participação na Metales Extruidos, S.L. (20%) com um custo de aquisição de 14 500 milhares de euros; aquisição de uma participação na Industrias Derivadas del Aluminio, S.L. (25,9%), com um custo de aquisição de 39 100 milhares de euros; e a aquisição de uma participação na Qualia Lácteos, S.L. (26,47%), com um custo de aquisição de 4 500 milhares de euros.
- Durante o exercício de 2008, não ocorreram baixas significativas na carteira de participações associadas.

- Durante o exercício de 2007, as aquisições mais significativas na carteira de participações foram as seguintes: aquisição de uma participação em Aries Complex, S.A. (38,4%) com um custo de aquisição de 28 670 milhares de euros, e aquisição de uma participação na Dibaq Diproteg, S.A. (27%), com um custo de aquisição de 15 000 milhares de euros, e aumento da participação na Barrancarnes Transformación Artesanal, S.A. (passa de 33,3% em 2006 para 40% em 2007), com um custo de aquisição de 3 104 milhares de euros.
- As baixas na carteira de participações no exercício de 2007 foram as seguintes: venda da participação de 20,8% do capital social da Autopistas de León, Concesionaria del Estado, S.A., que tinha um valor consolidado de 7 586 milhares de euros, venda da participação de 20% do capital social da Sanitaria de Inversiones Valladolid, S.A., que tinha um valor consolidado de 3 357 milhares de euros.

## 17. ACTIVO CORPÓREO

O detalhe desta epígrafe dos balanços consolidados, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Uso próprio	414 489	410 282
Investimentos imobiliários	165 217	108 247
Outros activos cedidos em arrendamento operacional	2	11
Afecto à obra social (Nota 26)	19 322	19 096
Total	599 030	537 636

Durante os exercícios de 2008 e 2007 não se registaram correcções de valor por deterioração do activo corpóreo.

A inclusão mais significativa ocorrida no imobilizado durante o exercício de 2008 foi a aquisição de um edifício de escritórios em Méndez Álvaro, Madrid, com um custo de aquisição de 55 817 milhares de euros.

As inclusões mais significativas ocorridas no imobilizado de uso próprio durante o exercício de 2007 foram as seguintes: edifícios e escritórios em Marqués de Villamagna, 6-8, de Madrid (com um custo de aquisição de 90 812 milhares de euros), na Plaza del Ayuntamiento, 27, de Valência (com um custo de aquisição de 19 679 milhares de euros), e a aquisição de Casa María La Brava, Plaza de los Bandos 5, em Salamanca (com um custo de aquisição de 14 047 milhares de euros). Adicionalmente, a incorporação da Diode Worldwide, S.A.U. ao perímetro de consolidação, no exercício de 2007, representou a soma de 5 773 milhares de euros de imobilizado de uso próprio, estando estes activos classificados na epígrafe "Activos não correntes em venda" do activo do balanço do exercício de 2008 (ver Nota 17).

## Uso próprio

O detalhe desta epígrafe dos balanços consolidados e os movimentos ocorridos durante os exercícios de 2008 e 2007, nesta epígrafe, são mostrados a seguir:

Exercício de 2008	Milhares de euros				
	Equipamento Informático	Mobiliário, Instalações e Outros	Edifícios	Obras em curso	TOTAL
<u>Valor de custo (Caja Duero)</u>					
Saldo a 31/12/07	52 113	117 390	385 140	7 499	562 142
Inclusões	962	1 603	8 386	74 823	85 774
Baixas	(431)	(722)	(1 198)	-	(2 351)
Transferências	-	3 368	(1 810)	(69 291)	(67 733)
Saldo a 31.12.08	52 644	121 639	390 518	13 031	577 832
<u>Amortização Acumulada (Caja Duero)</u>					
Saldo a 31.12.07	45 818	79 174	32 909	-	157 901
Inclusões	2 245	6 597	3 619	-	12 461
Baixas	(429)	(554)	(231)	-	(1 214)
Transferências	-	-	(239)	-	(239)
Saldos a 31.12.08	47 634	85 217	36 058	-	168 909
Valor líquido a 31.12.08 (Caja Duero)					408 923
Imobilizado de uso próprio das restantes sociedades do grupo					5 566
Total					<u>414 489</u>
Exercício de 2007	Milhares de euros				
	Equipamento Informático	Mobiliário, Instalações e Outros	Edifícios	Obras em curso	TOTAL
<u>Valor de custo (Caja Duero)</u>					
Saldo a 31/12/06	49 340	113 084	249 376	5 558	417 358
Inclusões	2 774	3 269	137 035	5 031	148 109
Baixas	(1)	(2 661)	(521)	(143)	(3 326)
Transferências	-	3 698	(750)	(2 947)	1
Saldo a 31.12.07	52 113	117 390	385 140	7 499	562 142
<u>Amortização Acumulada (Caja Duero)</u>					
Saldo a 31.12.06	43 808	74 302	30 093	-	148 203
Inclusões	2 010	6 888	2 923	-	11 821
Baixas	-	(2 016)	(107)	-	(2 123)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldos a 31.12.07	45 818	79 174	32 909	-	157 901
Valor líquido a 31.12.07 (Caja Duero)					404 241
Imobilizado de uso próprio das restantes sociedades do grupo					6 041
Total					<u>410 282</u>

## Investimentos imobiliários, arrendamentos operacionais e afectos à obra social

O detalhe destas epígrafes dos balanços consolidados e os movimentos ocorridos durante os exercícios de 2008 e 2007, nestas epígrafes, são mostrados a seguir:

	Milhares de euros				Total
	Investimentos imobiliários		Afecto à Obra Social		
	Edifícios	Terrenos, parcelas e lotes	Mobiliário e Instalações	Imóveis	
<u>Valor de Custo</u>					
Saldo a 31/12/06	120 039	2 249	8 325	24 953	155 566
Inclusões	18	-	413	606	1 037
Baixas	(1 193)	(1)	(5)	-	(1 199)
Transferências	-	-	-	(1 000)	(1 000)
Saldo a 31.12.07	118 864	2 248	8 733	24 559	154 404
Inclusões	336	-	730	219	1 285
Baixas	(9 765)	(14)	-	-	(9 779)
Transferências	67 733	-	-	-	67 733
Saldo a 31.12.08	177 168	2 234	9 463	24 778	213 643
<u>Amortização Acumulada</u>					
Saldo a 31/12/06	11 830	-	6 570	6 920	25 320
Inclusões	1 106	-	306	400	1 812
Baixas	(71)	-	-	-	(71)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo a 31.12.07	12 865	-	6 876	7 320	27 061
Inclusões	1 146	-	316	411	1 873
Baixas	(65)	-	-	(4)	(69)
Transferências	239	-	-	-	239
Saldo a 31.12.08	14 185	-	7 192	7 727	29 104
Valor líquido a 31.12.07	105 999	2 248	1 857	17 239	127 343
Valor líquido a 31.12.08	162 983	2 234	2 271	17 051	184 539

1  
.  
0

Fazendo parte do saldo líquido a 31 de Dezembro de 2008 do activo corpóreo, existem rubricas de um montante aproximado de:

- 2 965 milhares de euros (3 965 milhares de euros a 31 de Dezembro de 2007) correspondentes a imobilizado corpóreo propriedade do Grupo radicado em países estrangeiros.
- 4 375 milhares de euros (4.061 milhares de euros a 31 de Dezembro de 2007) correspondentes a imobilizado corpóreo destinado a uso próprio, que a Entidade dominante adjudicou no processo de recuperação de quantias que terceiros têm em dívida.

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Grupo não tinha qualquer compromisso firme de compra ou venda de imobilizado de montante significativo, nem imobilizado corpóreo que se encontrasse temporariamente fora de serviço.

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o justo valor dos imóveis de uso próprio e dos investimentos imobiliários não diferia significativamente do seu valor contabilístico.

## 18. ACTIVOS INCORPÓREOS

A composição desta epígrafe dos balanços consolidados em anexo é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Fundo de comércio	1 540	7 700 5
Outro activo incorpóreo	728	541
<b>Total</b>	<b>2 268</b>	<b>13 241</b>

Não há activos incorpóreos de montante significativo com restrições de uso ou titularidade nem com vida útil indefinida. Durante os exercícios de 2008 e 2007, não foi necessário registar perdas por deterioração para estes activos.

O detalhe do fundo de comércio é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Diode Worldwide, S.A.U. (ver Nota 15)	1 540	7 235
Outros		465
<b>Total</b>	<b>1 540</b>	<b>7 700</b>

## 19. OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS

A composição do saldo destes capítulos do activo e do passivo dos balanços consolidados em anexo, para os exercícios de 2008 e 2007, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
<u>Activo:</u>		
Existências		
Custo amortizado	43 823	41 289
Periodizações	10 317	10 002
Restante		
Operações em curso	1 904	1 004
Outros conceitos	25 789	17 594
Total	81 833	69 889
<u>Passivo:</u>		
Periodizações	24 000	30 203
Restante		
Operações em curso	512	314
Outros conceitos	519	201
Total	25 031	30 718

A 31 de Dezembro de 2007, em "Outros conceitos" do activo, é incluído um montante de 13 440 milhares de euros, que corresponde a um montante pendente de devolução pela Fazenda Pública na rubrica de rendimento indevido, que foi cobrado a 29 de Dezembro de 2008.

O detalhe das existências é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Promoções imobiliárias (a)	43 823	28 380
Comerciais (b)	-	12 909
Total	43 823	41 289

- (a) Corresponde a promoções imobiliárias das sociedades do grupo Rochduero, S.L., Alqunia Duero, S.L., Lares Val del Ebro, S.A. e Marcos Sotoserrano, S.L.
- (b) Correspondem a existências comerciais da sociedade Diode España, S.A. (sociedade participada a 100% pela Diode Worldwide, S.A.U.), cuja actividade é a distribuição de componentes electrónicos e periféricos de computadores. Em 2008, esta sociedade está classificada como activos não correntes em venda (ver nota 15).

## 20. PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

O detalhe deste capítulo do passivo dos balanços consolidados é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Depósitos em bancos centrais	684.047	-
Depósitos de entidades de crédito	1.567.810	1.185.504
Depósitos de clientes	15.040.145	13.307.237
Débitos representados por valores negociáveis	1.383.820	2.298.893
Passivos subordinados	382.489	399.362
Outros passivos financeiros	<u>57.245</u>	<u>75.090</u>
Total	<u>19.115.556</u>	<u>17.266.086</u>

Durante os exercícios de 2008 e 2007 não se realizaram transferências de passivos incluídos nesta epígrafe para outras carteiras de passivos financeiros.

A Assembleia Geral da Caja Duero, na sua sessão celebrada a 19 de Dezembro de 2008, acordou autorizar o Conselho de Administração da Entidade, para que possa, em uma ou várias vezes, directamente através da Entidade ou através de Sociedades do seu Grupo e, se for caso disso, com outorgamento de garantia plena pela Caja, levar a cabo a emissão de obrigações subordinadas, acções preferenciais, títulos, obrigações e participações hipotecárias, promissórias, obrigações de tesouraria, obrigações de caixa e quaisquer classes de valores representativos de um empréstimo, bem como a titularização de direitos de cobrança, nas condições, e no momento que o Conselho de Administração considere oportuno, e nos montantes que se estimem convenientes, dentro dos limites legais vigentes para cada instrumento, e dentro dos seguintes limites quantitativos:

- Financiamento subordinado: até ao limite máximo de 300 milhões de euros.
- Acções preferenciais: até 225 milhões de euros.
- Outros valores representativos de uma dívida não computáveis: até 3 000 milhões de euros.
- Programas de promissórias: até um saldo vivo nominal máximo de 2 500 milhões de euros.
- Titularização de direitos de cobrança: até 3 000 milhões de euros.

## 20.1 Depósitos em bancos centrais

A composição da epígrafe "Depósitos de bancos centrais" dos balanços é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Banco de Espanha		
Depósitos	679.203	-
Acertos por avaliação		
Juros obtidos	<u>4.844</u>	<u>-</u>
	<u>684.047</u>	<u>-</u>

## 20.2 Depósitos de entidades de crédito

O detalhe desta epígrafe do passivo dos balanços consolidados em função da natureza do instrumento é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Contas a prazo	439 105	402 655
Cessão temporária de activos	1 064 696	745 074
Outras contas	51 206	31 403
Acertos por avaliação		
Juros obtidos		
Entidades residentes	12 807	5 953
Entidades não residentes	14	445
Custos de transacção	(18)	(26)
Total	<u>1 567 810</u>	<u>1 185 504</u>

Os prazos restantes de vencimento desta epígrafe encontram-se detalhados na Nota 7.6 de risco de liquidez.

## 20.3 Depósitos de clientes

A composição deste capítulo dos balanços consolidados em anexo, atendendo à contraparte e tipo de passivo financeiro, é indicada a seguir:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Por contraparte e tipo de instrumento financeiro:		
Administração pública espanhola	386 442	549 947
Outros sectores residentes		
Depósitos à ordem		
Contas correntes	2 027 614	2 178 372
Contas de poupança	1 837 517	1 697 686
Dinheiro electrónico	29	41
Outros fundos à ordem	23 831	19 530

Depósitos a prazo		
Tributações a prazo	8 947 516	6 954 010
Contas de poupança - habitação	43 019	38 363
Passivos financeiros híbridos	276 520	309 261
Depósitos recebidos por resseguro	2 526	4 965
Depósitos por contratos de seguro	-	187 678
Outros fundos a prazo	6 605	7 802
Cessão temporária de activos	1 166 586	1 150 919
Acertos por avaliação	127 216	39 151
Administrações públicas não residentes	1 867	1 675
Outros sectores não residentes	192 857	167 837
Total	<u>15 040 145</u>	<u>13 307 237</u>

A 31 de Dezembro de 2008, a epígrafe "Administrações Públicas" inclui cessões temporárias de activos no montante de 29 989 milhares de euros.

Os prazos restantes de vencimento desta epígrafe encontram-se detalhados na Nota 7.6 de risco de liquidez.

#### 20.4 Débitos representados por valores negociáveis

Nesta epígrafe inclui-se o montante das obrigações e outras dívidas representadas por valores negociáveis ao portador ou à ordem, diferentes dos que têm natureza de passivos subordinados. Também se inclui o componente que seja considerado passivo financeiro dos valores emitidos que sejam instrumentos financeiros compostos.

A composição deste capítulo do balanço em anexo, atendendo ao tipo de passivo financeiro, é indicada a seguir:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Por tipo de passivo financeiro:		
Promissórias e efeitos	745 895	2 028 239
Títulos hipotecários		
Emitidos	400 000	250 000
Menos: subscritos por empresas do grupo	(1 283)	(5 283)
Outros valores não conversíveis	220 000	
Acertos por avaliação		
Juros obtidos	19 819	26 026
Custos de transacção	(264)	(89)
Prémios/descontos na emissão	(347)	-
<b>Total</b>	<b>1 383 820</b>	<b>2 298 893</b>

O detalhe das emissões pendentes de vencimento a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é o seguinte:

	Taxa de Juro	Data amortização	de	Milhares de euros	
				Valor nominal	Montante subscrito
<b>31/12/08</b>					
Promissórias de empresas: segundo programa	4,527 – 4,669	Jan 09		15 950	15 254
Promissórias de empresas: terceiro programa	2,397 – 5,530	01/2009	a	749 241	730 641
		11/2009			
Emissão Títulos Hipotecários Caja Duero I	Euribor 6m + 0,10%	29/10/2009 (a)		50 000	50 000
Emissão Títulos Hipotecários Caja Duero II	Euribor 6m + 0,10%	29/12/2009 (b)		100 000	100 000
Emissão Títulos Hipotecários Caja Duero III	4,25 (c)	29/06/2012 (d)		50 000	50 000
Emissão Títulos Hipotecários Caja Duero IV	4,25 (e)	29/09/2012 (f)		50 000	50 000
Emissão Títulos Hipotecários Caja Duero V	6,5	29/06/2010		150 000	150 000
Obrigações Simples Caja Duero I, 2008	6,625	30/06/2010		220 000	220 000
<b>31.12.07</b>					
Promissórias de empresas: segundo programa	3,238 – 4,100	01/2008		85 162	81 852
Promissórias de empresas: terceiro programa	3,712 – 5,024	01/2008	a	2 000 397	1 952 787
		12/2008			
Emissão Títulos Hipotecários Caja Duero I	Euribor 6m + 0,10%	29/10/2009 (a)		50 000	50 000
Emissão Títulos Hipotecários Caja Duero II	Euribor 6m + 0,10%	29/12/2009 (b)		100 000	100 000
Emissão Títulos Hipotecários Caja Duero III	4,25 (c)	29/06/2012 (d)		50 000	50 000
Emissão Títulos Hipotecários Caja Duero IV	4,25 (e)	29/09/2012 (f)		50 000	50 000

(a) A emissão amortiza-se ao quinto ano após a data de emissão. No entanto, passados três anos da referida data, ou seja, a partir de 29.01.2007, a Entidade poderá amortizar antecipadamente a totalidade da emissão em qualquer momento, comunicando previamente à Comissão Nacional do Mercado de Valores.

(b) A emissão amortiza-se ao quinto ano após a data de emissão. No entanto, passados três anos da referida data, ou seja, a partir de 29.12.2007, a Entidade poderá amortizar antecipadamente a totalidade da emissão em qualquer momento, comunicando previamente à Comissão Nacional do Mercado de Valores.

- (c) Até Junho de 2008, a taxa de juro será de 4,25%. A partir dessa data, a taxa de juro será a Euribor a 6 meses + 0,10%.
- (d) A emissão será amortizada ao quinto ano após a data de emissão. No entanto, passados três anos da referida data, ou seja, a partir de 29.06.2010, a Entidade poderá amortizar antecipadamente a totalidade da emissão em qualquer momento, comunicando previamente à Comissão Nacional do Mercado de Valores.
- (e) Até Setembro de 2008, a taxa de juro será de 4,25%. A partir dessa data, a taxa de juro será a Euribor a 6 meses + 0,10%.
- (f) A emissão será amortizada ao quinto ano após a data de emissão. No entanto, passados três anos da referida data, ou seja, a partir de 29.09.2010, a Entidade poderá amortizar antecipadamente a totalidade da emissão em qualquer momento, comunicando previamente à Comissão Nacional do Mercado de Valores.

Os valores nominais unitários das séries de Títulos Hipotecários ascendem a 1 000 euros e o valor nominal unitário das Obrigações Simples a 50 000 euros.

## 20.5 Passivos subordinados

Esta epígrafe está incluída na carteira de "Passivos financeiros ao custo amortizado" e inclui o montante dos financiamentos recebidos, qualquer que seja a forma de instrumentação que, para efeitos de prioridade de créditos, se situe atrás dos credores ordinários.

A composição deste capítulo do balanço em anexo, atendendo ao tipo de passivo financeiro e às contrapartes, é indicada a seguir:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Débitos representados por valores negociáveis subordinados		
Não conversíveis	282.500	300.000
Acções preferenciais	100.039	100.000
Acertos por avaliação		
Juros adquiridos	346	401
Custos de transacção	<u>(396)</u>	<u>(1.039)</u>
<b>Total</b>	<b><u>382.489</u></b>	<b><u>399.362</u></b>

Estas emissões, realizadas pela Caja Duero, adaptam-se ao indicado na Lei 13/1985, de 25 de Maio, e ao Real Decreto 1370/1985, de 1 de Agosto, pelo que, para efeitos de prioridade de créditos, situam-se atrás dos credores ordinários, suspendendo-se o pagamento de juros quando a conta de resultados da Entidade dominante tenha apresentado perdas no semestre natural anterior.

O saldo de débitos representados por valores negociáveis subordinados corresponde às emissões de obrigações subordinadas realizadas pelo Grupo com o seguinte detalhe a 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

	Taxa de juro	Data de amortização	Valor nominal	Milhares de euros	
				Subscrito a	
				31/12/08	31/12/07
Emissão de Obrigações Subordinadas Duero 2003 - 2ª Emissão	Caja Euribor 3m + 0,77% (a)	16/12/2013 (b)	150 000	-	150 000
Emissão de Obrigações Subordinadas Duero 2006 - 3ª Emissão	Caja Euribor 3m + 0,40% (c)	30/06/2015 (d)	150 000	150 000	150 000
Emissão de Obrigações Subordinadas Duero 2008- 4ª Emissão	Caja Euribor 3 m + 4,00	19/12/2018 (e)	132 500	132 500	-

- (a) Até Dezembro de 2008, a taxa de juro será a Euribor 3 meses + 0,77%. A partir dessa data, a taxa de juro será a Euribor a 3 meses + 1,27%.
- (b) Esta emissão era amortizada ao décimo ano após a data de desembolso. No entanto, passados cinco anos após essa data, ou seja, a partir de 16.12.2008, a Entidade podia, a qualquer momento, com autorização prévia por parte do Banco de Espanha, amortizar, ao mesmo tempo, a totalidade da emissão. Esta emissão foi amortizada com data de 16.12.2008 depois de ter obtido a respectiva autorização por parte do Banco de Espanha com data de 25.11.2008
- (c) Até Junho de 2010, a taxa de juro será a Euribor 3 meses + 0,40%. A partir dessa data, a taxa de juro será a Euribor a 3 meses + 0,90%.
- (d) Esta emissão será amortizada ao décimo ano após a data de desembolso. No entanto, passados cinco anos após essa data, ou seja, a partir de 30.06.2010, a Entidade poderá, a qualquer momento, com prévia autorização por parte do Banco de Espanha, amortizar, ao mesmo tempo, a totalidade da emissão.
- (e) Esta emissão será amortizada ao décimo ano após a data de desembolso. No entanto, passados cinco anos após essa data, ou seja, a partir de 19.12.2013, a Entidade poderá, a qualquer momento, com autorização prévia por parte do Banco de Espanha, amortizar, ao mesmo tempo, a totalidade da emissão.

Os valores nominais unitários de cada série de Obrigações ascendem a 100 000 e 50 000 euros, respectivamente.

As Acções Preferenciais correspondem ao montante efectivo desembolsado a 29 de Dezembro de 2003 pelos subscritores dos títulos emitidos pela sociedade do grupo Caja Duero Capital, S.A. emitidas pela referida filial.

As características mais relevantes das Acções Preferenciais são as seguintes:

Montante da emissão:	100 000 milhares de euros.
Número e classe de participações:	100 000 acções preferenciais da Série A. Não outorgam direitos políticos.
Valor nominal unitário:	1 000 euros.

Dividendo: Dividendo prioritário não cumulativo. A taxa de juro, que será paga trimestralmente, variável indexada à Euribor a três meses mais uma margem de 1,85%. As datas de liquidação de juros são os dias 29 dos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro.

O pagamento destes dividendos está condicionado à existência de resultados distribuíveis suficientes (segundo são definidos no prospecto de emissão) e as limitações impostas pela legislação espanhola sobre recursos próprios das entidades de crédito.

Amortização: As ações preferenciais têm carácter perpétuo. No entanto, o emissor está autorizado a acordar a amortização das ações a partir do quinto mês a partir da data de desembolso, com prévia autorização do Banco de Espanha e do fiador (Caja de Ahorros de Salamanca y Soria)

De acordo com as condições da emissão, a Caja de Ahorros de Salamanca y Soria, como sociedade-mãe da emissora, garante o pagamento dos dividendos acumulados e não distribuídos. Além disso, as ações contam com a garantia solidária e irrevogável da sociedade-mãe.

A Caja Duero Capital, S.A., cuja sede se situa na rua Velázquez 82, 28001 Madrid, tem um capital social constituído por 100 ações ordinárias nominativas, de 602 euros de valor nominal cada uma, integralmente subscritas e desembolsadas pela Caja de Ahorros de Salamanca e Soria. Dado que as Ações Preferenciais não têm direitos políticos, todos os direitos de voto na filial estão agregados às ações ordinárias propriedade da Caja de Ahorros de Salamanca y Soria.

## 20.6 Outros passivos financeiros

Todos os passivos financeiros registados nesta epígrafe do balanço consolidado em anexo encontram-se classificados na carteira de "Passivos financeiros ao custo amortizado" pelo que são avaliados pelo seu custo amortizado. Inclui o montante das obrigações a pagar com natureza de passivos financeiros, não incluídas em outras rubricas.

O detalhe de outros passivos financeiros agrupados por tipo de instrumento financeiro é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Obrigações a pagar	14 303	37 086
Garantias recebidas	537	670
Contas de cobrança	38 569	33 680
Outros conceitos	3 836	3 654
Total	57 245	75 090

## 21. PASSIVOS POR CONTRATOS DE SEGUROS E ACTIVOS POR RESSEGUROS

A discriminação dos "Passivos por contratos de seguros" dos balanços consolidados a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é o seguinte:

	Milhares de Euros	
	2008	2007
Provisão matemática	-	207 377
Provisão para prémios não consumidos e riscos em curso	15 488	21 463
Provisão para prestações	6 697	7 801
Provisão para participação em lucros e estornos	-	47
Total	22 185	236 688

A discriminação dos "Activos por resseguros" do balanço consolidado a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Provisão para prémios não consumidos e riscos em curso	3.575	5.501
Provisão para prestações	1.828	2.086
Total	5.403	7.587

## 22. PROVISÕES

Fundo para pensões e obrigações similares

---

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os saldos do balanço consolidado que reflectiam saldos por fundos de pensões e obrigações similares apresentavam o seguinte detalhe:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Fundo de Pensões RD 1588/1999 externo		
Por apólices de seguros vinculados a pensões de prestação definida	-	5 578
Por apólices de seguros vinculados a pensões de contribuição definida	-	5 621
Resto exteriorizado	2 161	2 234
Fundo de pensões RD 1588/1999 resto	28 628	29 928
Outros compromissos	82 242	98 211
Total	113 031	141 572

Os seguros vinculados a pensões foram contratados pela Caja Duero com a sociedade do grupo "Unión del Duero, Compañía de Seguros de Vida, S.A." (em 2007, esta sociedade consolidava pelo sistema de integração global, enquanto em 2008 consolidou pelo método da participação: ver nota 2.c.1).

Ao 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os compromissos por pensões e obrigações similares da Caja Duero apresentavam o seguinte detalhe:

	Milhares de euros				
	Prestação definida			Contribuição definida	
	RD 1588/99			RD	
	Externos	Internos	Resto	1588/99	Resto
Exercício de 2008					
Compromissos por pensões causadas	12 917	28 628	79 096	-	-
Riscos por pensões não causadas					
-adquiridos	3 745	-	-	-	-
-não adquiridos	269	-	-	-	-
Compromissos adquiridos a cobrir	16 662	28 628	79 096	113 778	3
Coberturas dos compromissos a cobrir					
-Com planos de pensões	8 187	-	-	94 112	-
-Com apólices de seguro de ent. Associadas	6 314	-	-	-	-
-Com apólices de seguro de outras entidades	-	-	-	19 666	3
-Com fundos de pensões internos	2 161	28 628	79 096	-	-
Total das coberturas	16 662	28 628	79 096	113 778	3

	Milhares de euros				
	Prestação definida			Contribuição definida	
	RD 1588/99			RD	
	Externos	Internos	Resto	1588/99	Resto
Exercício de 2007					
Compromissos por pensões causadas	13 191	29 790	95 851	-	-
Riscos por pensões não causadas					
-adquiridos	3 511	138	-	-	-
-não adquiridos	282	-	-	-	-
Compromissos adquiridos a cobrir	16 702	29 928	95 851	108 121	40
Coberturas dos compromissos a cobrir					
-Com planos de pensões	8 890	-	-	89 641	-
-Com apólices de seguro de ent. Associadas	5 578	-	-	5 621	-
-Com apólices de seguro de outras entidades	-	-	-	12 859	40
-Com fundos de pensões internos	2 234	29 928	95 851	-	-
Total das coberturas	16 702	29 928	95 851	108 121	40

As principais hipóteses adoptadas nos estudos actuariais, realizados por peritos profissionais independentes, utilizados para quantificar os compromissos de prestação definida (RD 1588/99: Planos 1 e 2; Resto: não afecto ao RD 1588/99) foram:

	2008	2007
1) Tabelas de mortalidade		
- Plano 1	PERMF2000C / GRMF- 95	PERMF2000C / GRMF- 95
- Plano 2	GRMF-95	GRMF-95
- Resto	GRMF-95	GRMF-95
2) Taxa de actualização (*)		
- Plano 1	4,05% - 2,5%	4,05% - 2,5%
- Plano 2	4,05% - 2,0%	4,05% - 2,0%
- Resto	4,31% - 3,87%	4,56% - 4,44%
3) Taxa de crescimento de salários		
- Plano 1 e 2	2,5%	2,5%
- Resto	2,5% - 0%	2,5% - 0%
4) Taxa de crescimento de bases de cotação		
- Plano 1 e 2	1,5%	1,5%
- Resto	3,5% - 2,5%	3,5% - 2,5%
5) Taxa de reavaliação das pensões		
- Plano 1	1,5% -0%	1,5% -0%
- Plano 2	2,5% - 0%	2,5% - 0%
- Resto	2,5% - 0%	2,5% - 0%
6) Taxa de rendimento esperado dos activos do plano		
- Plano 1	4,05% - 4%	4,05% - 4%
- Plano 2	4,30% - 4%	4,05% - 2%
- Resto	0%	0%

(\*) Para compromissos cobertos através de apólices de seguro, utilizam-se as taxas garantidas na apólice. No caso de pré-reformas e prémios de antiguidade (Resto) utilizou-se a taxa de mercado em função da duração média do compromisso para o colectivo: em 2008, entre 3,87% e 4,31%, e em 2007 entre 3,83% e 3,88%.

Adicionalmente, o Grupo tem registadas outras provisões, não contempladas nos estudos actuariais anteriores, por indemnizações contratuais por cessações ou despedimentos diferentes dos estabelecidos com carácter geral e por outros compromissos por pensões com companhias do grupo, cujo saldo ascendia, a 31 de Dezembro de 2008, a 3 106 milhares de euros (2007: 2 360 milhares de euros).

O movimento dos fundos para pensões e obrigações similares durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Saldo inicial	141 572	161 946
Dotações líquidas do exercício	6 186	4 138
Apólices de seguro com a Unión del Duero, Compañía de Seguros de Vida, S.A.	(11 199)	3 508
Fundos utilizados	(22 334)	(21 192)
Outros movimentos	(1 194)	(6 828)
Saldo final	113 031	141 572

O detalhe do gasto e rendimento total reconhecido na conta de ganhos e perdas por compromissos e pensões e obrigações similares, nos exercícios de 2008 e 2007, distribuído entre as diferentes rubricas, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Juros e encargos assimilados (custo por juros)	5 176	5 515
Dotações líquidas para provisões (dotações para fundos de prestação definida)	3 346	(1 377)
Gastos com pessoal (dotações para fundos de prestação definida)	-	-
Gastos com pessoal (dotações para fundos de contribuição definida)	6 186	5 516
Total	14 708	9 654

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, não existiam activos corpóreos propriedade dos Planes de Pensões ocupados pelo Grupo, nem outros activos financeiros emitidos pelo Grupo e adquiridos pelos Planos. O detalhe do justo valor dos principais tipos de activos que formavam os activos dos Planos a 31 de Dezembro de 2008 e 2007:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Acções	2 797	22 450
Instrumentos de dívida	98 108	75 573
Imóveis	-	-
Apólices de seguros	19 665	20 093
Outros activos	1 395	508
Total	121 965	118 624

Em seguida apresenta-se o valor de determinadas razões relacionadas com os compromissos pós emprego de prestação definida a 31 de Dezembro de 2008, juntamente com os dados destas mesmas razões dos últimos quatro exercícios, para efeitos comparativos:

	Milhares de euros				
	2008	2007	2006(*)	2005	2004
Valor actual das obrigações de prestação definida	124 386	141 093	161 590	69 009	76 374
Justo valor das coberturas	124 386	141 093	161 590	69 009	78 953
Excedente / (Défice)	-	-	-	-	2 579
Acertos por experiência no valor dos activos do plano	-	-	-	-	-
Acertos por experiência no valor actual das obrigações	-	-	-	-	-

(\*) A 26 de Outubro de 2006 o Conselho de Administração da Caja Duero aprovou um Plano de Pré-reformas que foi oferecido aos empregados nascidos entre 1 de Janeiro de 1947 e o 31 de Dezembro de 1950, e que, entre outras condições, tivessem uma antiguidade mínima de 10 anos no quadro. O custo inicial deste Plano foi de 94 160 milhares de euros, e foi registado na conta de ganhos e perdas do exercício de 2006.

A rubrica "Justo valor das coberturas" do quadro anterior inclui o justo valor dos activos de Planos de Pensões, das apólices de seguros contratadas para a cobertura de compromissos assumidos com os seus empregados e os fundos de pensões internos constituídos pelo Grupo.

#### Provisões para riscos e compromissos contingentes

---

Esta epígrafe inclui o montante das provisões constituídas para a cobertura de riscos contingentes, entendidos como as operações nas quais o Grupo garante obrigações de terceiros, ocorridas como consequência de garantias financeiras concedidas ou outro tipo de contratos, e de compromissos contingentes, entendidos como compromissos irrevogáveis que podem dar lugar ao reconhecimento de activos financeiros.

O detalhe desta epígrafe do balanço consolidado e o movimento experimentado nos exercícios de 2008 e 2007 é o seguinte:

	Milhares de euros		
	Específica	Genérica	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2006	1 027	12 655	13 682
Dotações com inclusão nos resultados			
Determinados individualmente	527	-	527
Determinados colectivamente	-	120	120
Diferenças de câmbio	-	(7)	(7)
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	1 554	12 768	14 322
Dotações com inclusão nos resultados			
Determinadas individualmente	14 687	-	14 687
Determinadas colectivamente	-	(2 737)	(2 737)
Diferenças de câmbio	-	3	3
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	16 241	10 034	26 275

#### Outras provisões

-----

O movimento do resto das provisões contabilizadas pelo Grupo durante 2008 e 2007 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	Provisões para impostos	Outras provisões
Saldos a 31 de Dezembro de 2006	-	2 828
Dotações do exercício	-	4 010
Fundos recuperados	-	-
Fundos utilizados	-	(4 000)
Outros movimentos	-	799
Saldos a 31 de Dezembro de 2007	-	3 637
Dotações do exercício	3 219	3 861
Outros movimentos	-	641
Saldos a 31 de Dezembro de 2008	3 219	8 139

Dada a actividade a que o Grupo se dedica, o mesmo não tem responsabilidades, gastos, activos, nem provisões e contingências de natureza ambiental que pudessem ser significativos relativamente ao património, à situação financeira e aos resultados da mesma. Por este motivo não se incluem discriminações específicas no presente relatório das contas anuais em relação a informação de questões ambientais.

### 23. ACERTOS POR AVALIAÇÃO DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Esta epígrafe dos balanços consolidados agrega o montante líquido das variações do justo valor dos activos classificados como disponíveis para venda que, segundo se indica na Nota 3, devem classificar-se como parte integrante do património líquido do Grupo. As referidas variações são registadas nas contas de ganhos e perdas quando ocorre a venda dos activos nos quais têm origem.

O movimento do saldo desta epígrafe inclui-se na demonstração de rendimentos e gastos reconhecidos.

A discriminação por entidades dos acertos por avaliação é a seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Caja Duero	(30 260)	80 568
Sociedades do grupo:		
Unión del Duero Seguros de Vida, S.A.	-	(460)
Unión del Duero Seguros Generales, S.A.	369	122
Finanduro, S.V., S.A.	6 933	20 195
Outras	-	(58)
Sociedades multigrupo:		
Liquidambar Inversiones Financieras, S.L.	(3 675)	307
Sociedades associadas:		
Unión del Duero Seguros de Vida, S.A.	2 140	
EBN Banco, S.A.	1 668	8 326
Outras sociedades associadas	(957)	(2 502)
Total	<u>(23 782)</u>	<u>(106 498)</u>

## 24. FUNDOS PRÓPRIOS

O detalhe, por conceitos e por entidades, do saldo de reservas a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Reservas limitadas (Caja Duero)		
Reservas de reavaliação	119 767	120 727
Reservas voluntárias e reservas (perdas) de consolidação		
Da entidade dominante (Caja Duero)	951 046	860 693
De entidades do grupo e multigrupo		
Grupo de Negocios Duero, S.A.	12 912	9 187
Unión del Duero Seguros de Vida, S.A.	-	4 509
Unión del Duero Seguros Generales, S.A.	3 048	1 945
Finanduro, S.V., S.A.	1 916	1 671
Gesduero, S.G.I.I.C., S.A.	1 421	1 418
Duero Pensiones, E.G.F.P., S.A.	-	739
Diode Worldwide, S.A.U.	1 304	-
Restantes empresas do grupo e multigrupo	303	(639)
De entidades associadas		
EBN Banco, S.A.	9 699	7 864
Air Nostrum Líneas del Mediterráneo, S.A.	2 157	(3 881)
Restantes entidades associadas	783	864
Total	1 104 356	1 005 097

As entidades alheias ao Grupo eram proprietárias (directamente ou por meio das suas entidades dependentes) de, pelo menos, 10% do património líquido das seguintes entidades dependentes do Grupo:

Sociedade	% do Património propriedade de terceiros	
	2008	2007
Bolsaduro, S.I.C.A.V., S.A.	-	15
Conexiones y Servicios del Duero, S.A.	48	48

A contribuição para o resultado consolidado das entidades consolidadas é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Caja de Ahorros de Salamanca y Soria	32 597	97 421
Unión del Duero, Cía. de Seguros de Vida, S.A.	-	8 797
Grupo de Negocios Duero, S.A.U.	38 139	6 590
Gesduero, S.G.I.I.C., S.A.	2 019	2 664
Finanduro, S.V., S.A.	3 682	2 439
Unión del Duero, Cía de Seguros Generales, S.A.	4 949	4 534
Outras sociedades dependentes do Grupo	1 753	2 164
Sociedades multigrupo	(7 256)	1 266
Sociedades associadas (Nota 27.2)	1 994	4 147
Total	77 877	130 022

## 25. RISCOS CONTINGENTES

O detalhe das garantias financeiras concedidas pelo Grupo, no fecho do exercício de 2008 e 2007, é mostrado a seguir:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Garantias financeiras	275 989	348 365
Outras garantias e cauções	674 868	771 019
Créditos documentários emitidos irrevogáveis	25 928	24 267
Créditos documentários confirmados	-	52
Outros riscos contingentes	20	517
Total	976 805	1 144 220

Uma parte significativa destes montantes atingirá o seu vencimento sem que nenhuma obrigação de pagamento para o Grupo se materialize, pelo que o saldo conjunto destes compromissos não pode ser considerado uma necessidade futura real de financiamento ou liquidez a conceder a terceiros pelo Grupo.

Os rendimentos obtidos dos instrumentos de garantia são registados no capítulo "Comissões Recebidas" das contas consolidadas de ganhos e perdas e calculam-se aplicando a taxa estabelecida no contrato do qual provêm, sobre o custo nominal da garantia.

Excepto pelo indicado noutros capítulos deste relatório, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a Entidade não tinha activos que garantissem operações realizadas pela mesma ou por terceiros.

## 26. FUNDOS E OBRAS SOCIAIS

A discriminação, por conceitos, dos saldos afectos à Obra Social da Caja Duero, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é a seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Aplicação fundo Obra Social		
Imobilizado corpóreo (Nota 17):		
Valor do custo	34 241	33 292
Amortização acumulada	(14 919)	(14 196)
Total	<u>19 322</u>	<u>19 096</u>
Fundo obra social		
Dotação		
Aplicada ao activo corpóreo	19 322	19 096
Gastos comprometidos no exercício	34 953	32 000
Gastos de manutenção	(33 380)	(30 862)
Montante não comprometido	3 808	1 836
Montante comprometido para investimentos	97	-
Reservas de reavaliação	-	-
Outros passivos	9 205	9 034
Total	<u>34 005</u>	<u>31 104</u>

Os movimentos ocorridos durante os exercícios de 2008 e 2007 no fundo de obra social são os seguintes:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Saldo inicial	31 104	28 135
Distribuição dos excedentes do exercício anterior	36 000	33 000
Gastos de manutenção do exercício	(33 380)	(30 862)
Outros	281	831
Saldo final	<u>34 005</u>	<u>31 104</u>

O orçamento de gastos e investimentos da Obra Social para o exercício de 2008 ascende a 36 000 milhares de euros (2007: 35 000 milhares de euros).

O movimento do imobilizado corpóreo afecto à Obra Social encontra-se detalhado na Nota 16.

A obra social desenvolvida pela Caja Duero realiza-se em três âmbitos:

- Obra social própria. As actividades realizadas são: obra social, obra cultural, recuperação patrimonial própria, cooperação com países em via de desenvolvimento, e formação e emprego. Em 2008, esta obra social consumiu 65% do orçamento (em 2007, 70%).
- Obra social em colaboração. As actividades realizadas são: projectos de formação de âmbito universitário, projectos de I+D, colaboração com fundações culturais e de recuperação patrimonial e outras colaborações com outros colectivos. Em 2008, esta obra social consumiu 25% do orçamento (em 2007: 20%).
- Obra social alheia. As actividades realizadas são relativas à juventude e desporto, entidades sociais, juntas de freguesia, deputados e outros organismos públicos e outros colectivos. Em 2008, esta obra social consumiu 10% do orçamento (em 2007, 10%).

Anualmente, a Assembleia Geral da Caja Duero realiza a aprovação e liquidação do orçamento da Obra Social. A Comissão Delegada da Obra Social é o órgão encarregado da administração do referido orçamento.

O detalhe dos activos corpóreos afectos à Obra Social, em relação à sua atribuição a obras em colaboração ou próprias, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Imobilizado afecto à obra social própria	18 313	17 167
Imobilizado afecto à obra social em colaboração	1 009	1 929
Imobilizado afecto à obra social alheia	-	-
Total	19 322	19 096

Não existe qualquer tipo de restrição para a mudança de utilização ou para a transmissão da propriedade dos activos corpóreos afectos à Obra Social.

## 27. SITUAÇÃO FISCAL

O saldo da epígrafe dos "Activos fiscais" agrega os montantes a recuperar por impostos nos próximos doze meses ("Activos fiscais - Correntes") e os montantes dos impostos a recuperar em exercícios futuros, incluídos os derivados de créditos por deduções ou benefícios fiscais pendentes de compensação ("Activos fiscais - Diferidos). O saldo da epígrafe dos "Passivos fiscais" inclui o montante de todos os passivos de natureza fiscal, distinguindo-se entre os correntes e os diferidos, com excepção das provisões de impostos que são agregadas na epígrafe das "Provisões" do balanço consolidado em anexo.

A Entidade dominante agregou os benefícios fiscais relativos às deduções e bonificações da quota do Imposto sobre Sociedades previstas no regulamento do referido imposto.

O detalhe das epígrafes dos Activos e Passivos fiscais a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, respectivamente, é o seguinte:

	Milhares de euros			
	2008		2007	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Correntes	78 801	6 349	16 514	10 830
Diferidos	129 376	74 946	144 160	144 600
Total	208 177	81 295	160 674	155 430

O movimento ocorrido nas epígrafes de activos e passivos fiscais correntes e diferidos durante os exercícios 2008 e 2007 é o seguinte:

	Milhares de euros							
	2008				2007			
	Activos fiscais		Passivos fiscais		Activos fiscais		Passivos fiscais	
	Correntes	Diferidos	Correntes	Diferidos	Correntes	Diferidos	Correntes	Diferidos
Saldo inicial	16 514	144 160	10 830	144 600	31 057	92 917	8 588	160 736
Inclusões	75 729	102 772	1 590	11 994	15 237	120 977	-	7 865
Baixas	(13 840)	(121 108)	-	(75 900)	(30 339)	(68 428)	(138)	(25 571)
Outros (*)	398	3 552	(6 071)	(5 748)	559	(1 306)	2 380	1 570
Saldo final	78 801	129 376	6 349	74 946	16 514	144 160	10 830	144 600

(\*) Movimento líquido contribuído por sociedades independentes e multigrupo

A conciliação entre os lucros do exercício e as bases tributáveis correspondentes aos exercícios de 2008 e 2007 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Lucro do exercício, antes da provisão para o Imposto sobre Sociedades	75 144	169 900
Acertos de consolidação	32 596	5 432
Aumentos (diminuições) por diferenças permanentes:	(17 680)	(27 594)
Resultado contabilístico ajustado	90 060	147 738
Quota sobre o resultado contabilístico ajustado (2007: 32,5%; 2006: 35%)	27 018	48 015
Deduções		
Por dupla imposição	(24 889)	(10 729)
Outras	(5 792)	(3 045)
TOTAL	(3 663)	34 241
Outros	995	5 568
Gasto por I. Sociedades	(2 668)	39 809

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a Caja Duero não tinha pendentes de aplicação deduções na quota do Imposto sobre Sociedades de exercícios futuros pela geração de deduções que não puderam ser absorvidas em exercícios anteriores ao aplicar-se com limite sobre a quota (45%).

Em 2007, a taxa impositiva foi de 32,5%, sendo que a Lei 35/2006, de 28 de Novembro estabeleceu uma taxa impositiva de 30% para os períodos impositivos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2008.

Os prazos estimados de reversão dos activos e passivos fiscais diferidos a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são os seguintes:

	Milhares de euros			
	Activos		Passivos	
	2008	2007	2008	2007
2008	-	4 549	-	718
2009	2 863	4 474	485	718
2010	4 049	4 377	670	718
2011 e seguintes	113 993	99 390	68 729	65 736
Não determinado	8 471	31 370	5 062	76 710
	129 376	144 160	74 946	144 600

A Entidade agregou a isenção por reinvestimento de lucros extraordinários estipulada no artigo 42 do Texto Refundido da Lei do Imposto sobre Sociedades, reflectindo, a seguir, os dados relativos aos últimos exercícios:

Exercício	Rendimento agregado (milhares de euros)	Ano do reinvestimento
2001	1 819	2000 / 2001
2002	7 069	2002
2003	14 820	2003
2004	732	2004
2005	1 322	2005
2006	1 178	2006
2007	1 122	2007
2008	36 692	2008

A 8 de Abril de 2008, a Caja Duero recebeu um documento da Agência Tributária, comunicando o início de acções de inspecção de comprovação dos seguintes períodos e impostos: para os exercícios de 2003 a 2006, o Imposto sobre sociedades; desde Março de 2004 a Dezembro de 2007, o Imposto sobre o valor acrescentado, Retenções e pagamentos por conta (de rendimentos de trabalho, profissionais, capital mobiliário obrigações a não residentes); e para os exercícios de 2004 a 2007, a Declaração anual de operações, e a Declaração de recapitulação de entrega e aquisições intracomunitárias de bens. Adicionalmente, a Caja Duero tem abertos para inspecção os restantes períodos e impostos estabelecidos pelo regulamento em vigor.

Devido às diferentes interpretações que podem ser feitas das normas fiscais aplicáveis às operações realizadas pela Caja Duero, poderiam existir, para os impostos e exercícios abertos a inspecção, e para os anos pendentes de inspecção, determinados passivos fiscais de carácter contingente, que não são susceptíveis de quantificação objectiva. No entanto, na opinião dos Administradores da Caja Duero, bem como dos seus assessores fiscais, a possibilidade de, em futuras inspecções, os referidos passivos contingentes serem materializados é remota e, em qualquer caso, a dívida tributária que pudesse derivar deles não afectaria significativamente as contas anuais em anexo.

## 28. CONTA DE GANHOS E PERDAS

### 28.1 Juros e rendimentos assimilados, juros e encargos assimilados, resultados líquidos de operações financeiras e perdas líquidas por deterioração de activos financeiros.

A composição do saldo destas epígrafes das contas consolidadas de ganhos e perdas em anexo, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Juros e rendimentos assimilados		
Depósitos em bancos centrais	10 017	7 672
Depósitos em entidades de crédito	15 020	28 800
Crédito a clientes	771 056	648 264
Valores representativos de dívida	123 364	76 185
Activos duvidosos	333	193
Rectificação de rendimentos por operações de cobertura	-	132
Outros juros	362	376
Total	920 152	761 622
Juros e encargos assimilados		
Depósitos de bancos centrais	(9 010)	(154)
Depósitos de entidades de crédito	(42 944)	(46 063)
Depósitos de clientes	(485 181)	(292 718)
Débitos representados por valores negociáveis	(83 204)	(90 297)
Passivos subordinados	(24 241)	(20 924)
Rectificação de gastos por operações de cobertura	(10 287)	(1 974)
Custo por juros dos fundos de pensões	(5 176)	(5 515)
Outros juros	(9)	(8)
Total	(660 052)	(457 653)

	Milhares de euros	
	2008	2007
Resultado de operações financeiras (líquido)		
Carteira de negociação	589	10
Activos financeiros disponíveis para venda	25 474	76 238
Outros	127	1
Total	26 190	76 249
Perdas por deterioração de activos (líquido)		
Activos financeiros disponíveis para venda	(44 555)	(4 454)
Investimentos a crédito	(116 236)	(80 590)
Total	(160 791)	(85 044)

## 28.2 Resultados de entidades avaliadas pelo método da participação

A contribuição para o resultado consolidado das entidades avaliadas pelo método da participação nos exercícios de 2008 e 2007 foi a seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Unión del Duero Seguros de Vida, S.A.	3 913	-
ENB Banco, S.A.	1 186	2 440
Air Nostrum Líneas del Mediterráneo, S.A.	3 587	4 619
Inversiones Alaris, S.A.	(1 206)	(1 527)
Outros	(8 919)	(1 385)
Total	(1 439)	4 147

## 28.3 Comissões

As epígrafes "comissões recebidas" e "comissões pagas" das contas de ganhos e perdas em anexo agregam o montante de todas as comissões a favor, pagas ou a pagar pelo Grupo, adquiridas no exercício, excepto as que fazem parte integral da taxa de juro efectiva dos instrumentos financeiros. Os critérios seguidos para o seu registo nos resultados encontram-se detalhados na Nota 3.s).

O detalhe dos gastos e rendimentos por comissões durante os exercícios de 2008 e 2007 é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
<u>Comissões pagas</u>		
Comissões cedidas a outras entidades e responsáveis	(6 645)	(5 121)
Comissões pagas por operações com valores	(151)	(152)
Outras comissões	(1 018)	(1 150)
Total	<u>( 7 814)</u>	<u>(6 423)</u>
 <u>Comissões cobradas</u>		
Por riscos contingentes	8 931	10 332
Comissões de disponibilidade de compromissos contingentes	1 917	2 218
Por câmbios de divisa e moeda estrangeira	94	106
Por serviços de cobranças e pagamentos	35 262	31 848
Por serviços de valores	6 272	6 459
Por comercialização de produtos financeiros não bancários	7 470	2 301
Outras comissões		
Por assessoria e direcção de operações singulares	24	72
Por operações de factoring	891	588
Outras	23 809	27 396
Total	<u>84 670</u>	<u>81 320</u>

#### 28.4 Outros produtos de exploração

O detalhe desta epígrafe da conta de ganhos e perdas dos exercícios de 2008 e 2007 é o seguinte:

	<u>Milhares de euros</u>	
	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Rendimentos de contratos de seguros e resseguros emitidos	39 734	93 774
Rendimentos dos investimentos imobiliários	3 615	4 175
Outros produtos		
Comissões financeiras compensadoras de custos directos	6 032	6 849
Outras	24 779	11 537
Total	<u>74 160</u>	<u>116 335</u>

## 28.5 Gastos com pessoal

A composição do saldo desta epígrafe das contas de ganhos e perdas em anexo é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Salários e gratificações do pessoal activo	(120 136)	(114 692)
Quotas da Segurança Social	(27 097)	(25 753)
Dotações para planos de prestação definida	(61)	-
Dotações para planos de contribuição definida	(6 125)	(5 516)
Indemnizações por despedimentos	(163)	(304)
Gastos com formação	(239)	(706)
Outros gastos com pessoal	(4 070)	(4 298)
Total	(157 891)	(151 269)

O número médio de empregados durante os exercícios de 2008 e 2007, bem como a distribuição por sexos do quadro do Grupo, no fecho dos referidos exercícios, é a seguinte:

	Número de funcionários					
	2008			2007		
	Nº médio no exercício	Nº a 31/12 Homens	Mulheres	Nº médio no exercício	Nº a 31/12 Homens	Mulheres
Nível I	50	43	7	50	42	7
Nível II	88	83	6	89	82	6
Nível III	119	91	28	121	87	28
Nível IV	265	210	60	271	190	53
Nível V	519	410	115	523	391	106
Nível VI	154	106	47	164	108	48
Nível VII	173	106	65	201	122	58
Nível VIII	140	80	89	91	39	53
Nível IX	172	50	114	210	84	119
Nível X	239	115	119	249	114	131
Nível XI	74	41	51	99	36	53
Nível XII	428	146	281	334	158	254
Nível XIII	110	20	47	106	49	77
Grupo 2	48	29	18	53	29	20
Obra Social	39	16	21	45	17	25
Funcionários no estrangeiro	65	47	19	59	48	16
Funcionários de empresas do Grupo	78	50	28	92	58	34
Total	2 761	1 643	1 115	2 757	1 654	1 088

No que diz respeito aos membros do Conselho de Administração, a distribuição por sexos no fecho do exercício de 2008 está representada por 14 homens e 3 mulheres (2007: 15 homens e 2 mulheres).

## 2828.6 Outros gastos gerais de administração

A composição do saldo desta epígrafe das contas de ganhos e perdas em anexo é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
De imóveis, instalações e material	(24 281)	(22 658)
Informática	(8 751)	(7 184)
Comunicações	(7 759)	(7 229)
Publicidade e propaganda	(10 595)	(20 052)
Gastos judiciais e com advogados	(902)	(410)
Relatórios técnicos	(2 914)	(2 948)
Serviços de vigilância e transferência de fundos	(3 795)	(3 281)
Prémios de seguros e seguro automóvel	(498)	(524)
Por órgãos de governo e controlo	(1 636)	(1 825)
Gastos de representação e deslocação de pessoal	(2 270)	(2 237)
Quotas de associações	(646)	(600)
Serviços administrativos subcontratados	(3 910)	(3 928)
Contribuições e impostos		
Sobre imóveis	(739)	(673)
Outros	(2 031)	(1 910)
Outros gastos	(5 160)	(6 286)
Total	(75 887)	(81 745)

## 28.7 Ganhos e perdas na baixa de activos não classificados como não correntes em venda

A composição do saldo destas epígrafes das contas de ganhos e perdas em anexo é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Ganhos por vendas		
Imobilizado corpóreo	2 132	1 520
Participações	87 270	12 103
Perdas por vendas		
Imobilizado corpóreo	(7)	(20)
Total	89 395	13 603

## 29. PARTES VINCULADAS

A política seguida pela Caja e pelo seu Grupo consolidado na concessão de empréstimos, depósitos, aceitação e operações de natureza análoga com partes vinculadas não difere da política comercial geral da mesma para o resto dos clientes. O pessoal-chave da direcção com relação laboral com a Caja e outras entidades do Grupo possui os mesmos benefícios, nas relações comerciais com a Entidade, que o resto do quadro da mesma.

Os saldos e transacções, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, da Caja Duero com partes vinculadas, antes dos acertos de consolidação, são os seguintes:

	Milhares de euros							
	Entidades dependentes		Entidades associadas		Negócios conjuntos		Pessoal da direcção e conselheiros	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
ACTIVO								
Créditos	488	-	179 320	71 515	67 776	57 900	36 203	48 271
PASSIVO								
Depósitos	135 812	233 898	60 965	22 133	2 700	3 102	13 436	11 722
Outros passivos	1 283	5 283	-	-	-	-	-	-
CONTAS D								
Passivos contingentes	25 930	5 003	34 364	25 258	4 029	17 764	-	-
Garantias financeiras	-	-	6 144	7 249	13 588	10 673	7 228	31 640
PERDAS E								
GANHOS								
Rendimentos:								
Juros e rendimentos assimilados	179	32	7 390	3 411	3 720	2 634	2 613	2 995
Comissões recebidas	13 138	20 680	594	442	365	209	-	-
Outros produtos	430	729	-	-	-	-	-	-
Gastos:								
Juros e encargos assimilados	9 025	11 739	2 522	353	29	76	411	207
Comissões pagas	509	927	-	-	-	-	-	-
Outros gastos	-	7	-	-	-	-	-	-

As remunerações recebidas pelos membros do Conselho de Administração da Caja Duero, correspondentes aos exercícios de 2008 e 2007, que não figuram na folha de vencimentos e, por isso, não representam gastos com pessoal, foram-no por ajudas de custo de assistência e deslocação, e o seu detalhe é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Agustín Prieto González	8,64	12,00
Ángeles Armisén Pedrejón	11,45	4,22
Antonio Muñoz Sánchez	34,08	36,48
Carlos Martínez Mínguez	6,24	9,73
Cristina Vidal Fernandez	8,64	-
Emilio Melero Marcos	-	6,24
Felipe Tomás Canillas Martín	12,96	4,67
Fernando Corral Corral	16,87	17,39
Francisco Javier León de la Riva	5,28	37,26
Francisco Rubio Garcés	12,74	15,79
Francisco Villaverde Romero	-	10,08
Gerardo Pastor Ramos	41,28	42,72
Isaías García Monge	30,78	9,46
José Antonio de Santiago-Juárez López	-	17,28
Juan Antonio Martín Mesonero	28,65	31,01
Julián Lanzarote Sastre	27,36	13,44
Luis Enrique Clemente Cubillas	17,28	15,66
María Encarnación Redondo Jiménez	13,47	13,36
Rosa Isabel Cuesta Cofreces	-	13,21
Vicente de la Peña Robledo	10,56	13,92
Victoriano Pedraz Fuentes	29,28	30,72
Total	315,56	354,64

Adicionalmente, durante o exercício de 2008, os membros do Conselho de Administração da Caja Duero, na sua qualidade de conselheiros de outras sociedades do Grupo, receberam remunerações das referidas sociedades no montante de 185 milhares de euros (2007: 224 milhares de euros).

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o número de membros da Direcção do Grupo ascende a 11 pessoas, sendo os cargos que a compõem os seguintes: um Presidente Executivo, um Director Geral, dois Directores Gerais Adjuntos, três Subdirectores Gerais, três Directores Gerais de sociedades do grupo e um Secretário-geral.

No quadro seguinte apresenta-se a remuneração auferida pelo referido colectivo nos exercícios de 2008 e 2007:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Pagamentos a curto prazo	2 032,07	1 883,81
Prestações pós-emprego	48,31	51,04
Total	2 080,38	1 934,85

Adicionalmente, durante o exercício de 2008, os membros da Direcção do Grupo, na sua qualidade de conselheiros de outras sociedades do Grupo, receberam remunerações das referidas sociedades no montante de 142 milhares de euros (2007: 133 milhares de euros).

Da mesma forma, os montantes pagos em 2008, na rubrica de prestação pós-emprego, a antigos membros do pessoal da alta direcção e do Conselho de Administração da Caja, ascenderam a 565,91 milhares de euros (537,96 milhares de euros em 2007). Os custos pagos foram introduzidos nos fundos de pensões internos constituídos nos exercícios anteriores.

### 30. OUTRAS INFORMAÇÕES

#### 30.1 Informações por segmentos de negócio

##### Segmentos de negócio

Os diferentes segmentos ou linhas de negócio estabeleceram-se de acordo com a estrutura organizacional do Grupo, tendo em conta a natureza dos produtos e serviços oferecidos, os riscos associados a cada linha, os clientes a que são dirigidos, a informação utilizada pelos Administradores e a Direcção do Grupo no processo de tomada de decisões e para o seguimento do negócio.

O negócio financeiro do Grupo está centrado na banca universal desenvolvida através da rede de agências da Caja e compreende a actividade com clientes particulares, estabelecimentos comerciais, pequenas e médias empresas e promotores, aos quais se oferecem o conjunto de produtos de poupança à ordem e a prazo, empréstimos hipotecários, créditos ao consumo, financiamento a curto e longo prazo, garantias, cartões de crédito, fundos de investimento e de pensões, etc... Adicionalmente, o Grupo comercializa produtos de seguro através das seguradoras do Grupo, utilizando a rede de agências da Caja.

O negócio financeiro desenvolve-se através da rede de agências da Caja, independentemente de o seu registo contabilístico se realizar nos livros da Caja ou das suas filiais. No quadro seguinte mostra-se um resumo da actividade do Grupo:

	Milhares de euros									
	Financeiro		Seguros		Resto		Acertos		Total do grupo	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Margem de juros	260 020	300 822	(206)	-	(1 054)	-	1 340	3 147	260 100	303 969
Margem bruta	422 271	496 929	9 435	22 210	1 136	1 058	(6 285)	(20 622)	426 557	499 575
Resultado da actividade de exploração	(3 667)	166 810	7 070	17 523	(205)	613	(6 149)	(20 376)	(2 951)	164 570
Resultados antes dos impostos	75 144	169 899	7 070	16 797	(205)	532	(6 865)	(17 328)	75 144	169 900
Activos por segmentos	20 713 827	18 902 464	53 542	518 507	34 075	32 367	(57 788)	(194 394)	20 743 656	19 258 944
Passivos por segmentos	19 555 106	17 659 664	39 072	458 941	28 557	26 160	(37 670)	(127 966)	19 585 065	18 016 799

## Segmentos geográficos

O Grupo desenvolve a quase totalidade de sua actividade no território espanhol (de um total de 562 agências, tem apenas 19 em Portugal), sendo que a tipologia dos seus clientes e dos produtos oferecidos são similares em todo o território, pelo que o Grupo considerou um único segmento geográfico.

### 30.2 Negócios fiduciários e serviços de investimento

O detalhe dos recursos dos clientes, fora do balanço consolidado do Grupo a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Sociedade e Fundos de Investimento	821 214	1 133 174
Fundos de pensões	529 398	556 044
Aforro em contratos de seguro	361 792	393 385
Carteiras de clientes geridas discrecionalmente	181 348	213 565
Recursos geridos	1 893 752	2 296 168
Recursos comercializados mas não geridos	16 172	29 537
Total	1 909 924	2 325 705

Adicionalmente, a Caja Duero presta serviços de administração e custódia de valores dos seus clientes. Os compromissos assumidos pela Entidade dominante a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 em relação a este serviço são os seguintes:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Valores propriedade de terceiros		
Instrumentos de capital	456 942	828 182
Instrumentos de dívida	2 802 044	3 151 674
Total	3 258 986	3 979 856

A Entidade dominante entende que não existem responsabilidades que possam ser derivadas do não cumprimento das suas obrigações fiduciárias.

### 30.3 Contratos de agência

Durante os exercícios finalizados a 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, o Grupo não realizou operações nem manteve vínculos com agentes que cumpram o estabelecido no artigo 22 do Real Decreto 1245/1995, de 14 de Julho.

### 30.4 Obrigações de crédito

O detalhe das obrigações com créditos nos exercícios de 2008 e 2007 agrupados por contrapartida e indicando o limite e o montante pendente de disposição é o seguinte:

	Milhares de euros			
	2008		2007	
	Limite	Disponível	Limite	Disponível
Disponível por terceiros				
Pelo sector da Administração Pública	182 142	129 166	159 459	123 259
Por outros sectores residentes	3 917 866	2 126 472	4 536 384	2 705 241
Por não residentes	89 143	53 238	126 698	85 991
Total	4 189 151	2 308 876	4 822 541	2 914 491

A 31 de Dezembro de 2008, os montantes de disponibilidade imediata ascendiam a 1 046 825 milhares de euros e os disponíveis condicionados à ocorrência de factos futuros eram 1 312 879 milhares de euros (a 31 de Dezembro de 2007: 1 239 912 e 1 648 048 milhares de euros, respectivamente).

A taxa de juro média oferecida para estas obrigações é de 6% em 2008 (2007: 6,48%).

### 30.5 Auditoria externa

Os honorários pagos pela auditoria de contas e outros serviços do Grupo, em 2008 e 2007, são os seguintes:

	Milhares de euros		
	Auditoria de contas anuais	Outros serviços	Total
• Exercício 2008	322	135	457
• Exercício 2007	328	99	427

### 30.6 Saldos e depósitos abandonados

Em conformidade com o indicado no artigo 18 da Lei 33/2003, de 3 de Novembro, sobre o património das administrações públicas, os saldos e depósitos nas entidades do Grupo votados ao abandono, conforme o disposto no citado artigo ascendem, a 31 de Dezembro de 2008 a 2 milhares de euros, aproximadamente (2007: 2 milhares de euros).

### 30.7 Serviço de atendimento ao cliente

O artigo 17 do Mandato ECO/734/2004, de 11 de Março, do Ministério da Economia, estabelece a obrigação para os departamentos e serviços de atendimento ao cliente e, se for o caso, para as entidades defensoras do consumidor, de entidades financeiras, de apresentar anualmente ao Conselho de Administração um relatório explicativo do desenvolvimento da sua função durante o exercício precedente. O resumo do referido relatório é o seguinte:

- Resumo estatístico das queixas e reclamações atendidas

Durante o exercício de 2008, atenderam-se 633 queixas e reclamações (em 2007: 628). As comissões em general ocupam um lugar proeminente no número das reclamações recebidas ao longo do ano de 2008.

No fecho do exercício de 2008, existiam 94 processos em tramitação.

O resumo por matérias é o seguinte:

	Número	
	2008	2007
Operações do activo	134	74
Operações do passivo	118	237
Outros produtos bancários	77	62
Serviços de cobrança e pagamento	82	71
Serviços de investimento	58	36
Seguros e fundos de pensões	77	93
Vários	87	55
Total	633	628

Os abatimentos ocorridos em 2008 e 2007 como consequência das reclamações recebidas foram os seguintes:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Operações de activo	7	6
Operações do passivo	8	4
Outros produtos bancários	6	1
Serviços de cobrança e pagamento	21	12
Seguros e fundos de pensões	3	6
Serviços de investimento	5	37
Vários	7	1
Total	57	67

- Áreas de melhoria

Por outro lado, como consequência das queixas e reclamações recebidas, há que destacar, entre outras, as sugestões relativas a:

- Incorporação de data de retenção nos rendimentos de cheques com cláusula "salvo boa cobrança".
- Contemplar, nas transferências recebidas do estrangeiro, o câmbio da moeda correspondente.
- Nas transferências recebidas do exterior, a agência deve comunicar ao beneficiário as comissões compartilhadas ou não antes de proceder ao depósito das mesmas.

Modificar o impresso de depósito em conta, permitindo colocar "a favor de...", antes de "à ordem de" e "conceito".

- Modificação do procedimento a seguir em caso de falecimento de um titular da conta.
- Informar os clientes da Banca Electrónica da data-valor dos rendimentos e encargos para evitar descobertos por avaliação e a consequente cobrança de juros sobre o excedido.

### 31. FACTOS POSTERIORES À DATA DO BALANÇO

Independentemente do indicado anteriormente, após 31 de Dezembro de 2008, e até 26 de Março de 2009, data de formulação por parte do Conselho de Administração da Caja Duero das suas contas anuais consolidadas, não ocorreu nenhum acontecimento significativo que deva ser incluído nas contas anuais consolidadas em anexo para que estas mostrem adequadamente a imagem fiel do património, da situação financeira e dos resultados do Grupo.

## ANEXO I.

Informação adicional sobre sociedades dependentes e multigrupo do Grupo Caja Duero a 31/12/08.

Sociedade	Sede	Actividade	% de participação directa e indirecta	Milhares de euros							Capital autorizado pelas Assembleias de Accionistas	
				Valor contabilístico Caja Duero	Líquido da	Capital	Reservas (*)	Resultado Lucros (Perdas)	Total dos activos	Data	Montante (milhares de €)	Período de autorização
<u>Sociedades do grupo</u>												
Caja Duero Capital, S.A.	Madrid	Sociedade de Carteira	100,00	60	60	121	140	100 424	31/12/08	-	-	
Conexiones y Servicios Duero, S.A.	Valladolid	Serviços Auxiliares	52,00	40	60	152	78	851	31/12/08	-	-	
Dueromediación Op. Banca Seguros, S.A.U.	Madrid	Correctores de seguros	100,00	303	120	282	162	1 277	31/12/08	-	-	
Finanduro, S.V., S.A.	Madrid	Sociedade de valores	100,00	12 020	12 020	8 849	3 682	29 441	31/12/08	-	-	
Gesduero, S.G.I.I.C., S.A.	Madrid	Gestora de fundos de investimento	100,00	4 188	4 164	1 439	2 007	13 571	31/12/08	-	-	
Grupo de Negocios Duero, S.A.U. (**)	Valladolid	Gestão financeira	100,00	104 587	63 500	8 871	45 178	136 126	31/12/08	-	-	
Unión del Duero Seguros Generales, S.A.	Madrid	Seguros	100,00	4 000	4 737	4 784	4 949	53 542	31/12/08	-	-	
Diode Worldwide, S.A.U.	Madrid	Gestão de participações	100,00	17 523	3 600	9 437	110	75 285	31/12/08	-	-	
<b>Total</b>				<b>142 721</b>								
<u>Sociedades Multigrupo</u>												
Alqlunia Duero, S.L.	Toledo	Promoção imobiliária	40,00	N/A	3 220	-28	945	33 878	30/11/08	-	-	
Capredo Investments GMBH	Suíça	Gestão de participações	50,00	20 427	26	40 828	-	40 854	31/12/08	-	-	
Cartera Perseidas, S.L.	Madrid	Gestão de participações	40,54	18 000	44 401	2 368	3 900	80 200	31/12/08	-	-	
Global Duero, S.A.	Madrid	Gestão de participações	50,00	1 500	10 000	-1 808	-890	26 414	31/12/08	-	-	
Lares Val del Ebro, S.A.	Madrid	Promoção imobiliária	33,33	N/A	6 001	- 1 686	-834	18 785	31/12/08	-	-	
Liquidambar Inversiones Financieras, S.L.	Madrid	Sociedade de investimento	13,33	12 402	150 038	-27 089	-57 479	74 840	31/12/08	-	-	
Madriduro Sistemas Informáticos, A.C.E.	Portugal	Serviços informáticos	50,00	106	212	-	-	258	31/12/08	-	-	
Madrigal Participaciones S.A.	Valladolid	Sociedade de investimento	30,87	20 376	66 006	-13	1 471	68 021	31/12/08	-	-	
Marcos Sotoserrano, S.L.	Salamanca	Fábrica de elaboração de presuntos	50,00	7 500	17 494	-4 860	-256	43 918	31/12/08	-	-	
Rochduero, S.L.	Cádiz	Promoção imobiliária	40,00	N/A	6 675	-40	- 1 288	32 465	30/11/08	-	-	
Servialogos Asesoramiento Integral, S.A.	Madrid	Estudos financeiros	16,67	300	1 800	-58	-370	948	31/12/08	-	-	
Soria Futuro, S.A.	Soria	Sociedade de investimentos	45,50	1 421	3 305	-207	268	3 367	30/11/08	-	-	
<b>Total</b>				<b>82 032</b>								

(\*) Incluem “Acertos por avaliação” registados como “Património Líquido”.

## ANEXO I.

Informação adicional sobre sociedades associadas do Grupo Caja Duero a 31/12/08.

Sociedade	Sede	Actividade	% de participação directa e indirecta	Milhares de euros							
				Valor líquido contabilístico da Caja Duero	Valor consolidado	Capital	Reservas	Resultado	Total dos activos	Data	
<u>Sociedades associadas</u>											
Agrotech, S.A.	Barcelona	Biotecnologia aplicada à agric.	37,36	N/A	-	2 275	-2 275	-	4 407	30/10/08	
Air Nostrum Líneas Áreas Mediterráneo, S.A.	Valência	Transporte aéreo regular	21,90	72 426	77 593	770	85 182	16 381	472 330	30/10/08	
Ariex Complex S.A.	Madrid	Sector Aeronáutico	38,40	28 670	27 296	6 443	13 367	-3 031	108 061	30/11/08	
Autovía Los Pinares, S.A.	Valladolid	Auto-estrada, portagem sombra	20,00	2 724	2 313	13 618	-764	-1 292	104 299	30/11/08	
Barrancarnes Industrial S.A	Portugal	Alimentação	40,00	6 604	6 801	11 000	475	106	25 784	30/11/08	
Blindados Grupo Norte S.A	Navarra	Transporte de fundos	23,23	5 480	5 480	17 585	-9 850	-	29 591	30/11/08	
Bruesa Duero S.L.	Saragoça	Promoção imobiliária	35,00	N/A	319	1 000	-191	-20	20 960	30/11/08	
Camping El Brao, S.A.	Oviedo	Promoção imobiliária	25,00	N/A	1 079	469	3 851	-4	630	30/11/08	
Corporación Hotelera Dominicana, S.A.	R. Dominicana	Hotel na R. Dominicana	25,00	N/A	15 982	64 891	-2 507	-8 824	124 695	30/11/08	
Corporación Hotelera Oriental, S.A.	R. Dominicana	Hotel na R. Dominicana	25,00	N/A	2 514	8 571	2 199	-2 226	8 947	30/11/08	
Desarrollos Urbanísticos Veneciola, S.L.	Madrid	Promoção imobiliária	20,00	N/A	8 252	60 000	-13 674	-5 496	146 525	10/12/08	
Dibaq Diproteg, S.A.	Segovia	Alimentação animal	27,00	N/A	13 033	2 751	38 371	-4 211	169 836	31/10/08	
Duero pensiones, EGFP, S.A	Madrid	Gestora de fundos de pensões	50,00	3 170	3 912	5 385	1 730	704	8 688	31/12/08	
EBN Banco de negocios, S.A.	Madrid	Entidade financeira	20,00	9 231	21 721	39 281	62 956	5 928	972 071	31/12/08	
Euromilenio Proyectos, S.L.	Logroño	Promoção imobiliária	20,00	706	269	3 500	-1 176	-979	12 410	31/12/08	
Fonteduro, S.A.	Madrid	Actividade hoteleira	20,00	N/A	829	5 755	-801	-812	58 609	31/12/08	
Ganja Cerromonte, S.L.	León	Quinta ovina	38,76	N/A	-	774	-756	-18	3 060	30/11/08	
Industrias derivadas del aluminio, S.L.	Valladolid	Fabrico de iluminação técnica	25,86	N/A	38 229	8 453	57 620	3 678	171 158	30/11/08	
Infodesa, S.A.	Madrid	Informática	25,00	300	1 668	1 202	5 805	-335	17 446	31/10/08	
Instalação e Serviços Energéticos de Portugal, S.A.	Portugal	Instalações de gás e outras	45,00	N/A	-	-	-	-	-	-	
Inversiones Alaris	Pamplona	Gestão de participações	33,33	N/A	8 116	11 879	14 989	-3 617	46 811	31/12/08	
Invest. y Desarrollo Energías Renovables S.L.	León	Electricidade de origem eólica	20,41	N/A	2 681	15 718	-259	-2 426	197 288	30/11/08	
Jamones Burgaleses, S.A.	Burgos	Alimentação	40,00	3 466	3 793	8 665	268	542	19 566	30/11/08	
Leonesa Astur de Piensos, S.A.	León	Comércio de produtos agrícolas	42,12	N/A	4 105	1 093	8 945	-292	41 214	31/12/08	
Losán Hoteles, S.L.	Saragoça	Aluguer de imóveis	20,00	5 400	5 168	13	15 440	-813	30 472	30/09/08	
Metales extruídos SL	Valladolid	Fabrico de perfis de alumínio	20,00	N/A	14 599	13 182	60 751	-938	173 763	30/11/08	
Prados Verdes, S.L.	Madrid	Alimentação	22,69	N/A	-	-	-	-	-	-	
Promotora Vallisoletana de Mercados, S.A.	Valladolid	Gestão de mercados	28,69	N/A	630	2 116	66	14	2 203	30/11/08	
Qualia Lácteos, S.L.	Ciudad Real	Indústria laticínios	26,47	1 000	596	8 050	-1 193	-1 528	28 021	30/11/08	
Tech Foundries, S.A.	Barcelona	Gestão de participação	20,00	N/A	-	470	-470	-	2 358	30/09/08	
Unión del Duero Seguros de Vida, S.A.	Madrid	Seguros	50,00	18 713	25 797	27 158	16 609	7 826	455 940	31/12/08	
				157 890	292 774						

(\*) Incluem "Acertos por avaliação" registados como "Património Líquido".

(\*\*) Sociedades com capital pendente de desembolso.

## ANEXO I

Informação adicional sobre sociedades dependentes e multigrupo do Grupo Caja Duero a 31.12.07.

Sociedade	Sede	Actividade	% de participação directa e indirecta	Milhares de euros							Capital autorizado pelas Assembleias de Accionistas	
				Valor contabilístico Caja Duero	Líquido da	Capital	Reservas (*)	Resultado Lucros (Perdas)	Total dos activos	Data	Montante (milhares de €)	Período de autorização
<b>Sociedades do grupo</b>												
Bolsaduro SICAV S.A.	Salamanca	S.I.C.A.V.	88,18	2 297		2 398	648	213	3 267	31/12/07	-	-
Caja Duero Capital, S.A.	Madrid	Sociedade de Carteira	100	60		60	-13	134	99 925	31/12/07	-	-
Conexiones y Servicios del Duero, S.A.	Valladolid	Serviços auxiliares	52	40		60	147	92	396	31/12/07	-	-
Diode Worldwide, S.A.U.	Madrid	Gestão de participações	100	17 523		3 600	6 688	-	60 768	31/11/07	-	-
Dueromediación Operadora de Banca-Seguros, S.A.U.	Madrid	Agência de Seguros	100	303		120	261	437	1 752	31/12/07	-	-
Duro Pensiones, E.G.F.P., S.A.	Madrid	Gestora de fundos de pensões	100	6 339		5 385	1 449	1 357	8 946	31/12/07	-	-
Finanduro, S.V., S.A.	Madrid	Sociedade de Valores	100	12 020		12 020	21 867	2 439	47 397	31/12/07	-	-
Gesduero, S.G.I.I.C. S.A.	Madrid	Gestora de fundos de investimento	100	4 188		4 164	1 436	2 664	15 303	31/12/07	-	-
Grupo de negocios Duero, S.A.U.	Valladolid	Gestão financeira	100	73 055		54 011	22 158	9 837	87 052	31/12/07		
Unión del Duero, Cía de Seguros de Vida, S.A.	Madrid	Seguros	100	25 000		27 158	10 906	8 797	475 497	31/12/07		
Unión del Duero, Cía de Seguros Generales, S.A.	Madrid	Seguros	100	4 000		4 737	3 434	4 534	43 010	31/12/07	-	-
Total				144 825								
<b>Sociedades Multigrupo</b>												
Alqunia Duero, S.L.	Toledo	Promoção imobiliária	40	N/A		3 220	-25	-3	28 588	30/11/07	-	-
Cartera Perseidas, S.L.	Madrid	Gestão de participações	40,54	18 000		44 401	-459	2 802	77 087	31/12/07		
Global Duero, S.A.	Madrid	Gestão de participações	50	5 000		10 000	-1 010	-514	24 008	30/11/07		
Lares Val del Ebro, S.A.	Madrid	Promoção imobiliária	33,33	N/A		6 001	-90	-132	18 446	31/12/07	-	-
Liquidambar Inversiones Financieras, S.L.	Madrid	Sociedade de investimento	13,33	20 000		150 038	1 740	1 478	154 546	31/12/07	-	-
Madriduro Sistemas Informáticos, A.C.E.	Portugal	Serviços informáticos	50	106		212	-	-	214	31/12/07	-	-
Madrigal Participaciones S.A.	Valladolid	Sociedade de investimento	30,87	20 376		66 006	-939	1 137	66 825	30/11/07	-	-
Rochduero, S.L.	Cádiz	Promoção imobiliária	40	N/A		5 475	-40	30	32 580	30/11/07	-	-
Servialogos Servicios Financieros, S.A.	Madrid	Estudos financeiros	25	300		1 200	-	-	1 200	31/12/07	-	-
Soria Futuro, S.A.	Soria	Sociedade de investimentos	45,5	1 421		3 305	-187	-4	3 144	31/07/07	-	-
Total				65 203								

(\*) Incluem "Acertos por avaliação" registados como "Património Líquido".

## ANEXO 1.

Informação adicional sobre sociedades associadas do Grupo Caja Duero a 31/12/07.

Sociedade	Sede	Actividade	% de participação directa e indirecta	Milhares de euros							
				Valor líquido contabilístico da Caja Duero	Valor consolidado	Capital	Reservas	Resultado	Total dos activos	Data	
<u>Sociedades associadas</u>											
Agrotech, S.A.	Barcelona	Biotecnologia aplicada à agric.	37,36	N/A	-	2 275	-1 110	-1 454	5 497		30/11/07
Air Nostrum Líneas Áreas Mediterráneo, S.A.	Valência	Transporte aéreo regular	21,98	72 705	73 443	770	61 289	21 013	519 386		31/10/07
Ariex Complex S.A.	Madrid	Sector Aeronáutico	38,4	28 670	28 670	6 442	13 917	-	149 506		31/12/07
Autovía Los Pinares, S.A.	Valladolid	Auto-estrada, portagem sombra	20	1 770	1 756	8 852	-79	16	73 877		30/11/07
Barrancarnes Transformación Artesanal S.A	Portugal	Alimentação	40	6 604	6 775	11 000	63	425	23 451		30/11/07
Bruesa Duero S.L	Saragoça	Promoção imobiliária	35	N/A	80	1 000	-123	-772	17 909		30/09/07
Camping El Brao, S.A	Oviedo	Promoção imobiliária	25	N/A	1 024	469	168	-1 024	634		30/11/07
Corporación Hotelera Dominicana, S.A.	R. Dominicana	Hotel na R. Dominicana	25	17 996	16 581	64 891	-10 855	-50	55 927		30/11/07
Corporación Hotelera Oriental, S.A.	R. Dominicana	Hotel na R. Dominicana	25	2 418	2 226	8 571	-1 151	-28	7 696		30/11/07
Desarrollos Urbanísticos Veneziaola, S.L.	Madrid	Promoção imobiliária	20	N/A	10 345	60 000	-5 589	-3 109	159 738		30/11/07
Dibaq Diproteg, S.A.	Segovia	Alimentação animal	27	N/A	15 248	2 752	32 186	917	141 438		31/10/07
EBN Banco S.A.	Madrid	Entidade financeira	20	9 231	27 798	39 281	87 067	12 202	714 631		31/12/07
Euromilenio Proyectos, S.L.	Logroño	Promoção imobiliária	20	706	683	3 500	-31	-55	13 932		31/12/07
Fonteduero, S.A	Madrid	Actividade hoteleira	20	N/A	222	2 250	-461	-718	25 497		30/11/07
Ganja Cerromonte, S.L.	León	Quinta ovina	38,76	N/A	41	774	-300	-370	3 159		30/11/07
Ider, S.L.	León	Electricidade de origem eólica	20,41	N/A	1 745	8 686	-364	122	108 131		30/11/07
Infodesa, S.A.	Madrid	Informática	25	301	1 701	1 202	4 505	1 093	19 051		30/11/07
Insegal, S.A.	Portugal	Instalações de gás e outras	45	N/A	-	399	-288	-111	993		31/12/07
Inversiones Alaris	Pamplona	Gestão de participações	33,33	N/A	8 122	3 869	21 517	-4 581	40 087		31/12/07
Jamones Burgaleses, S.A.	Burgos	Alimentação	40	3 466	3 752	8 665	200	507	21 622		30/11/07
Leonesa Astur de Piensos, S.A.	León	Comércio produtos agrários	42,12	N/A	4 346	1 093	8 348	878	41 211		30/11/07
Losán Hoteles, S.L.	Saragoça	Aluguer de imóveis	20	5 400	5 175	13	17 286	-2 625	327 819		30/09/07
Prados Verdes, S.L.	Madrid	Alimentação	22,69	N/A	-	1 763	-1 239	-1 065	-		-
Promotora Vallisoletana de Mercados, S.A.	Valladolid	Gestão de mercados	28,69	N/A	625	2 116	-76	140	2 183		30/11/07
Tech Foundries, S.A.	Barcelona	Gestão de participações	20	-	-	470	709	-399	65 556		30/11/07
Total					149 267	210 358					

(\*) Incluem "Acertos por avaliação" registados como "Património Líquido".

(\*\*) Sociedades com capital pendente de desembolso.

## ANEXO II

O balanço individual (resumido) da CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é o seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
<b><u>ACTIVO</u></b>		
Caixa e depósitos em bancos centrais	154 518	261 812
Carteira de negociação	350 038	107 584
Outros activos financeiros de justo valor com variações em perdas e ganhos	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	3 273 070	3 294 185
Investimentos a crédito	14 487 435	14 002 579
Carteira de investimento a vencimento	968 879	-
Acertos a activos financeiros por macro-coberturas	-	-
Derivados de cobertura	72 543	36 604
Activos não correntes em venda		5 345
Participações	365 120	359 295
Contratos de seguro vinculados a pensões	6 314	5 578
Activo corpóreo	593 462	531 584
Activo incorpóreo	176	293
Activos fiscais	201 005	157 452
Restantes activos	15 129	29 098
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>20 597 972</b>	<b>18 791 409</b>
<b><u>PASSIVO</u></b>		
Carteira de negociação	79 339	82 313
Outros passivos financeiros de justo valor com variações em perdas e ganhos	-	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	19 118 260	17 115 774
Acertos a passivos financeiros por macro-coberturas	-	-
Derivados de cobertura	14 853	87 863
Passivos associados a activos não correntes em venda	-	-
Provisões	154 173	151 251
Passivos fiscais	72 735	135 050
Fundo de obra social	34 005	31 104
Restantes passivos	25 537	27 337
Capital reembolsável à ordem	-	-
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>19 496 902</b>	<b>17 630 692</b>
<b><u>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</u></b>		
Fundos próprios	1 131 330	1 080 149
Acertos por avaliação	(30 260)	80 568
<b>TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b>	<b>1 101 070</b>	<b>1 160 717</b>
<b>TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO</b>	<b>20 597 972</b>	<b>18 791 409</b>
<b><u>PRÓ-MEMÓRIA</u></b>		
Riscos Contingentes	976 083	1 142 933
Compromissos Contingentes	2 413 883	2 981 962

## ANEXO II

A conta de ganhos e perdas individual (resumida) da CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
Juros e rendimentos assimilados	919 700	739 997
Juros e encargos assimilados	(661 757)	(461 937)
Remuneração de capital reembolsável à ordem (apenas cooperativas de crédito)	-	-
<b>A) MARGEM DE JUROS</b>	<b>257 943</b>	<b>278 060</b>
Rendimento de instrumentos de capital	89 482	41 318
Comissões recebidas	77 497	74 140
Comissões pagas	(5 715)	(5 972)
Resultado de operações financeiras (líquido)	25 992	75 978
Diferenças de câmbio (líquido)	1 539	(233)
Outros produtos de exploração	22 677	20 095
Outros encargos de exploração	(6 369)	(9 898)
<b>B) MARGEM BRUTA</b>	<b>463 046</b>	<b>473 488</b>
Gastos de administração	(225 570)	(223 643)
Amortização	(13 761)	(13 125)
Dotações para provisões (líquido)	(20 705)	(3 926)
Perdas por deterioração de activos financeiros (líquido)	(151 643)	(83 940)
<b>C) RESULTADO DAS ACTIVIDADES DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>51 367</b>	<b>148 854</b>
Perdas por deterioração dos restantes activos (líquido)	(17 098)	(7 443)
Ganhos (perdas) na baixa de activos não classificados como correntes em venda	40 275	3 343
Diferença negativa em combinações de negócios	-	-
Ganhos (perdas) de activos não correntes para venda não classificados como operações interrompidas	-	-
<b>D) RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>74 544</b>	<b>144 754</b>
Imposto sobre lucros	12 637	(29 960)
Dotação obrigatória para obras e fundos sociais	-	-
<b>E) RESULTADO DO EXERCÍCIO PROCEDENTE DE OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>	<b>87 181</b>	<b>114 794</b>
Resultado de operações interrompidas (líquido)	-	-
<b>F) RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>87 181</b>	<b>114 794</b>

## ANEXO II

A demonstração das variações no património (resumido) da CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é a seguinte:

I. Demonstração dos rendimentos e gastos reconhecidos (resumida) correspondente aos exercícios anuais terminados a 31 de Dezembro

	Milhares de euros	
	2008	2007
A) RESULTADO DO EXERCÍCIO	87 181	114 794
B) OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS	(110 828)	(55 402)
Activos financeiros disponíveis para venda	(158 325)	(81 866)
Cobertura dos fluxos de caixa	-	-
Coberturas dos investimentos líquidos em negócios no estrangeiro	-	-
Diferenças de câmbio	-	-
Activos não correntes em venda	-	-
Ganhos / (Perdas) actuariais no plano de pensões	-	-
Restantes rendimentos e gastos reconhecidos	-	-
Imposto sobre lucros	47 497	26 464
TOTAL DOS RENDIMENTOS / GASTOS RECONHECIDOS (A+B)	(23 647)	59 392

## ANEXO II

II.1 Demonstração total de variações no património líquido (resumida) correspondente ao exercício anual terminado a 31 de Dezembro de 2008.

Milhares de euros										
Fundos próprios										
	Capital / Fundo de dotação	Prémio de emissão	Reservas	Outros instrumentos de capital	Menos: Valores próprios	Resultados do exercício	Menos: dividendos e retribuições	Total de fundos próprios	Acertos por avaliação	Total de património líquido
Saldo inicial a 31 de Dezembro de 2007	-	-	965 355	-	-	114 794	-	1 080 149	80 568	1 160 717
Acertos por alteração do critério contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acerto por erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial ajustado	-	-	965 355	-	-	114 794	-	1 080 149	80 568	1 160 717
Total de rendimentos e (gastos) reconhecidos	-	-	-	-	-	87 181	-	87 181	(110 828)	(23 647)
Outras variações do património líquido	-	-	78 794	-	-	(114 794)	-	(36 000)		(36 000)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2008	-	-	1 044 149	-	-	87 181	-	1 131 330	(30 260)	1 101 070
Milhares de euros										
Fundos próprios										
	Capital / Fundo de dotação	Prémio de emissão	Reservas	Outros instrumentos de capital	Menos: Valores próprios	Resultados do exercício	Menos: dividendos e retribuições	Total de fundos próprios	Acertos por avaliação	Total de património líquido
Saldo inicial a 31 de Dezembro de 2006	-	-	902 753	-	-	95 601	-	998 354	135 970	1 134 324
Acertos por alteração do critério contabilístico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acerto por erros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo inicial ajustado	-	-	902 753	-	-	95 601	-	998 354	135 970	1 134 324
Total de rendimentos e (gastos) reconhecidos	-	-	-	-	-	114 794	-	114 794	(55 402)	59 392
Outras variações do património líquido	-	-	62 602	-	-	(95 601)	-	(32 999)	-	(32 999)
Saldo final a 31 de Dezembro de 2007	-	-	965 355	-	-	114 794	-	1 080 149	80 568	1 160 717

## ANEXO II

A demonstração de fluxos de caixa (resumida) da CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA, a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é a seguinte:

	Milhares de euros	
	2008	2007
A) FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE EXPLORAÇÃO	963 482	234 648
1. Resultado do exercício	87 181	114 794
2. Acertos para obter os fluxos de caixa das actividades de exploração:	179 905	106 438
3. (Aumento) / Diminuição líquida dos activos de exploração	(1 162 907)	(2 419 983)
4. Aumento / (Diminuição) líquida dos passivos de exploração	1 859 303	2 403 439
5. Cobranças / (Pagamentos) por imposto sobre lucros	-	29 960
B) FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1 053 551)	(211 247)
6. Pagamentos	(1 151 835)	(233 804)
7. Cobranças	98 284	22 557
C) FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(17 225)	216
8. Pagamentos	(150 000)	-
9. Cobranças	132 775	216
D) EFEITO DAS VARIAÇÕES DAS TAXAS DE CÂMBIO	-	-
E) AUMENTO / (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDA DA CAIXA E EQUIVALENTES (A+B+C+D)	(107 294)	23 617
F) CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	261 812	238 194
G) CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO (E+F)	154 518	261 812
PRO MEMORIA		
COMPONENTES DA CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO		
Caixa	93 711	84 609
Saldos equivalentes à caixa em bancos centrais	60 807	177 203
Outros activos financeiros	-	-
Menos: descobertos bancários reintegráveis à ordem	-	-
TOTAL DA CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO	154 518	261 812

## **RELATÓRIO DE AUDITORIA**

CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA  
E SOCIEDADES DEPENDENTES

Contas Anuais Consolidadas e Relatório de Gestão Consolidado  
correspondentes ao exercício anual terminado a  
31 de Dezembro de 2008



**ERNST & YOUNG**



## ERNST & YOUNG

### RELATÓRIO DE AUDITORIA DE CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS

À Assembleia Geral da  
CAJA DE AHORROS DE SALAMANCA Y SORIA

1. Auditámos as contas anuais consolidadas da Caja de Ahorros de Salamanca y Soria (a Entidade Dominante) e Sociedades Dependentes que compreendem o balanço consolidado a 31 de Dezembro de 2008 e a conta consolidada de ganhos e perdas, a demonstração consolidada das variações do património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o relatório correspondentes ao exercício anual terminado na referida data, cuja formulação é da responsabilidade dos Administradores da Entidade Dominante. A nossa responsabilidade é expressar um parecer sobre as referidas contas anuais consolidadas no seu todo, com base no trabalho realizado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Espanha, que requerem a análise, através de amostras selectivas, dos documentos justificativos das contas anuais consolidadas e a avaliação da sua apresentação, dos princípios contabilísticos aplicados e das estimativas realizadas.

2. De acordo com a legislação comercial, os Administradores da Entidade Dominante apresentam, para efeitos comparativos, juntamente com cada uma das rubricas do balanço consolidado, da conta consolidada de ganhos e perdas, da demonstração consolidada das variações no património líquido, da demonstração consolidada de fluxos de caixa e do relatório, para além dos números do exercício de 2008, os correspondentes ao exercício anterior. O nosso parecer refere-se exclusivamente às contas anuais consolidadas do exercício de 2008. Com a data de 29 de Fevereiro de 2008, emitimos o nosso relatório de auditoria acerca das contas anuais consolidadas do exercício de 2007, no qual expressamos um parecer favorável.

3. Na nossa opinião, as contas anuais consolidadas do exercício de 2008, em anexo, dão, em todos os aspectos significativos, a imagem fiel do património consolidado e da situação financeira consolidada da Caja de Ahorros de Salamanca y Soria e Sociedades Dependentes a 31 de Dezembro de 2008 e dos resultados consolidados das suas operações, das variações do património líquido consolidado e dos seus fluxos consolidados de caixa correspondentes ao exercício anual terminado na referida data e contêm a informação necessária e suficiente para a sua interpretação e compreensão adequada, em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira adoptadas pela União Europeia, que são uniformes em relação às aplicadas no exercício anterior.

4. O relatório de gestão consolidado do exercício de 2008, em anexo, contém as explicações que os Administradores da Entidade Dominante consideram oportunas sobre a situação da Caja de Ahorros de Salamanca y Soria e Sociedades Dependentes, a evolução dos seus negócios e outros assuntos, não sendo parte integrante das contas anuais consolidadas. Verificámos que a informação contabilística constante no referido relatório de gestão consolidado está em conformidade com a das contas anuais

consolidadas do exercício de 2008. O nosso trabalho como auditores limita-se à verificação do relatório consolidado de gestão com o alcance mencionado neste mesmo parágrafo e não inclui a revisão de informação diferente da obtida a partir dos registos contabilísticos das Entidades Consolidadas.

2 de Abril de 2009

CÂMARA DOS  
TÉCNICOS OFICIAIS DE  
CONTAS DE ESPANHA

Membro:  
ERNST & YOUNG, S.L.

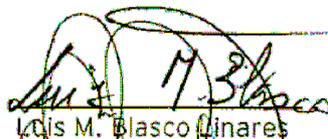
Ano 2009 N° 01/09/06366

Emolumento: 88,00 EUR

Este relatório está sujeito à  
taxa aplicável estabelecida  
na Lei 44/2002 de 22 de  
Novembro

ERNST & YOUNG, S.L.

(Inscrita no Registo Oficial de Auditores de Contas  
com o N° S0530)



Luis M. Blasco Linares

Sede Social: Pl Pablo Ruiz Picasso, 1, 28020 Madrid  
Inscrita no Registo Comercial de Madrid no  
Tomo 12749, Livro 0, Fólio 215, Secção 8,  
Folha M-23123, Inscrição 116, N.I.F. B-78970506